



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JACI OLIVEIRA MARQUES

**GÊNERO, POLÍTICA E VIOLÊNCIA: O QUE OS ESTUDANTES TÊM A DIZER
SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?**

FORTALEZA
2019

JACI OLIVEIRA MARQUES

GÊNERO, POLÍTICA E VIOLÊNCIA: O QUE OS ESTUDANTES TÊM A DIZER SOBRE
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Diversidades Culturais, Estudos de Gênero e Processos Identitários.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fábio Paiva.

FORTALEZA
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M318g Marques, Jaci Oliveira.
GÊNERO, POLÍTICA E VIOLÊNCIA : O que os Estudantes têm a Dizer Sobre a Violência Contra a Mulher? / Jaci Oliveira Marques. – 2019.
147 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Luiz Fábio Paiva.

1. Gênero. 2. Violência. 3. Política. 4. Ensino Médio. I. Título.

CDD 301

JACI OLIVEIRA MARQUES

GÊNERO, POLÍTICA E VIOLÊNCIA: O QUE OS ESTUDANTES TÊM A DIZER SOBRE
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Diversidades Culturais, Estudos de Gênero e Processos Identitários.

Aprovada em: 28/08/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Ana Vlória
Centro Universitário UniFanor (UNIFANOR)

Prof.^a Dra. Alba Pinheiro de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico esta dissertação à Dona Mazé e à Dona Núbia, que do jeito delas me ensinaram que “não se nasce mulher, torna-se”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Edite, que para mim é o que existe de mais próximo de Deus e foi quem mais batalhou comigo para eu chegar até aqui. Agradeço a meu pai, Sérgio, que se esforça muito para ser Deus, mas que é bem melhor como pai do que como divindade. Agradeço aos meus irmãos, Raoni e Guarany, que nunca me atrapalharam e, como minha mãe sempre disse, muito ajuda quem não atrapalha.

Sou profundamente grata as minhas tias Marcelle, Germana, Mônica e aos primos Giovanni, Marina, Sofia e Maíra, além da minha boadrasta, Lair, pelo suporte afetivo e emocional e por todo esse tempo me aguentando, o que já é motivo para agradecimento.

Sou especialmente grata ao tio Marcelo e à tia Gláucia que me ajudaram na escrita e na correção do texto desta Dissertação desde minha qualificação até o final do processo. Sem eles, realmente não alcançaria este objetivo.

Sou grata também à Célia que faz parte da minha vida desde criança e que desde então cuida de mim.

Agradeço ao Paulo, meu amigo, que esteve comigo nesta luta desde o final da graduação e me ajudou em todas as etapas deste trabalho, assim como ao Pedro que chegou no finalzinho deste caminho e se tornou meu companheiro, mas que foi fundamental para sua conclusão, me dando forças para seguir com este trabalho.

Congratulo-me com minha Galera da Pesada, que me mantiveram mentalmente sã e feliz durante esse percurso, me levando para ser jovem no Complexo Cultural de Entretenimento do Benfica e em outros bairros da cidade, assim como com os Mestrandos Trunqueiros da minha turma, que estão na luta para terminar essa peleja também, mas que tornaram minhas sextas-feiras depois da aula menos produtivas, porém mais agradáveis.

Aos professores, técnicos e coordenadores das escolas visitadas agradeço nas pessoas de Josiara, Rafael, Fernando, Leonardo e Joel, os quais me abriram as portas de suas escolas, me acompanharam e me guiaram por elas, sem os quais não seria possível produzir a pesquisa cujos dados estão registrados no texto desta Dissertação.

Ao corpo técnico e docente da Universidade Federal do Ceará agradeço nas pessoas do Professor Fábio Gentile, do Seu Nilson, da Dani e da Lorena.

Agradeço também aos membros da banca, Professoras Alba Carvalho, Ana Rita e Ana Vlândia, que aceitaram o convite para compor essa banca, com a mesma gentileza com que influenciaram a minha trajetória acadêmica e pessoal, seja no PIBID, na graduação, no

mestrado, ou no Partido. Elas fizeram parte da construção desta Dissertação em diversas dimensões.

Por último, e certamente o mais importante, meu belíssimo, queridíssimo e maravilhoso orientador, que me deu o suporte e o apoio necessários desde o início do mestrado, lendo e relendo esta Dissertação. O Professor Luiz Fábio esteve em todas as etapas deste processo de forma ativa e presente.

Muito obrigada a todos que contribuíram nesse processo.

RESUMO

A realização da pesquisa de mestrado cujos dados estão registados nesta Dissertação, realizou 15 (quinze) grupos focais, envolvendo 91 (noventa e um) participantes. Entre março de 2018 e abril de 2019 foram feitas incursões em cinco escolas: uma Escola Estadual de Ensino Médio Integral (EEEMI), localizada no bairro Montese; uma Escola Estadual de Ensino Profissionalizante (EEEP) no bairro Messejana e três Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEM), localizadas nos bairros Serrinha, Antônio Bezerra e Centro. O que é descrito neste trabalho dissertativo é o resultado da observação da fala e da percepção dos estudantes acerca do que é compreendido como violência contra a mulher, portanto, profundamente marcado pelas subjetividades e moldado por meio dos esquemas de classificação edificados por estes estudantes. É observado a complexificação discurso dos jovens sobre gênero e sobre violência contra a mulher, tornando-se um discurso consciente e organizado que compreende diversas formas de violência como psicológica e financeira, e não a física como sua única forma. Busco adentrar neste universo da pesquisa através do que Lowy cunhou de marxismo weberiano, tentando fazer uma aproximação dialética entre autores da sociologia compreensiva como FOUCAULT, ARENDT, SCOTT, BUTLER e BOURDIEU através de uma metodologia materialista histórica e dialética. Utilizo também as sociólogas do feminismo e do gênero LOURO, SAFFIOTTI, PATEMAN, DAVIS e CISNE na construção da mulher como sujeito histórico desta pesquisa, além de ZALUAR, IASI, ABRAMOS, FREITAS, CARVALHO e GUERRA para construir categorias acerca de violência e juventude.

Palavras-chave: gênero; violência; política; ensino médio.

ABSTRACTS

This masters research whose data are recorded in this dissertation, carried out 15 (fifteen) focus groups, involving 91 (ninety one) boys and girls. Between March 2018 and April 2019, were made this groups in five schools: a Full Time State High School (EEEMI), located in the Montese neighborhood; a Vocational Education State School (EEEP) in the Messejana neighborhood and three State High Schools (EEEM), located in the Serrinha, Antônio Bezerra and Centro neighborhoods. What is described in this dissertation is the result of the observation of students speech and perception about what is understood like violence against women, thus deeply marked by subjectivities and shaped by the classification schemes built by these students. The complex discourse of young people about gender and violence against women is observed, becoming a conscious and organized discourse that comprises various forms of violence as psychological and financial, and not physical as its only form. I seek to enter this research universe through what Lowy coined of Weberian Marxism, trying to make a dialectical approach between authors of comprehensive sociology such as FOUCAULT, ARENDT, SCOTT, BUTLER and BOURDIEU through a historical and dialectical materialistic methodology. I also use the sociologists of feminism and gender LOURO, SAFFIOTTI, PATEMAN, DAVIS and CISNE in the construction of women as historical subject of this research, besides ZALUAR, IASI, ABRAMOS, FREITAS, CARVALHO and GUERRA to build categories about violence and youth.

Keywords: genre; violence; politics; high school.

LISTA DE ESCOLAS VISITADAS

- E1 – Escola Estadual de Ensino Médio Regular, edificada no bairro Centro;
- E2 – Escola Estadual de Ensino Médio Regular, situada no bairro Antônio Bezerra;
- E3 – Escola Estadual de Ensino Médio Integral, localizada no bairro Montese;
- E4 – Escola Estadual de Ensino Médio Regular, fixada no bairro Serrinha;
- E5 – Escola Estadual de Ensino Profissionalizante, erguida no bairro Messejana.

LISTA DE INTERLOCUTORES COM IDADE E ESCOLA

Foram escutados 91 estudantes ao todo, destes, 44 são citados no decorrer do trabalho com os nomes fictícios citados abaixo:

1 – Ana, 16 anos, estudante da E2;

2 – Amanda, 15 anos, estudante da E3;

3 – Beatriz, 15 anos, E1;

4 – Bruna, 17 anos, E2;

5 – Bruno, 16 anos, E1;

6 – Camila, 15 anos, E1;

7 – Carla, 15 anos, E4;

8 – Carlos, 16 anos, E2;

9 – Carol, 17 anos, E2;

10 – Célia, 17 anos, E4;

11 – Daniela, 16 anos, E1;

12 – Dionísio, 17 anos, E2;

13 – Dora, 17 anos, E2;

14 – Enzo, 16 anos, E5;

15 – Eduarda, 16 anos, E4;

16 – Flora, 17 anos, E2;

17 – Fernanda, 15 anos, E1;

18 – Fernando, 16 anos, E1;

19 – Flávia, 16 anos, E2;

20 – Flávio, 16 anos, E4;

21 – Isaura, 14 anos, E1;

22 – Hector, 15 anos, E3;

23 – Hellen, 17 anos, E2;

24 – Hugo, 16 anos, E3;

25 – Janine, 16, anos, E5;

26 – Joane, 15 anos, E1;

27 – João, 15 anos, E4;

28 – Júnior, 15 anos, E1;

29 – Ketlyn, 15 anos, E2;

- 30 – Luciana, 16 anos, E2;
- 31 – Maria, 15 anos, E3;
- 32 – Marina, 17 anos, E5;
- 33 – Matheus, 17 anos, E4;
- 34 – Mayara, 15 anos, E1;
- 35 – Murilo, 17 anos, E4;
- 36 – Nádia, 14 anos, E1;
- 37 – Nicolás, 17 anos, E5;
- 38 – Nilton, 18 anos, E4;
- 39 – Noélia, 15 anos, E3;
- 40 – Pedro, 17 anos, E3;
- 41 – Robério, 16 anos, E1;
- 42 – Victor, 17 anos, E4;
- 43 – Yara, 16 anos, E2;
- 44 – Wesley 15 anos, E2.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O GATO DE ALICE E O TRAÇADO METODOLÓGICO	21
2.1	Enquanto se escreve o projeto, o campo ri	26
2.2	Do universo pesquisado	36
3	DEMOCRACIA NO BRASIL, JUVENTUDE E (DES)IGUALDADE DE GÊNERO	40
3.1	Crise econômica, política e o caminho para o golpe: onde ficam as mulheres?	42
3.2	A juventude e a política na presente década	52
3.3	O impeachment de Dilma e a violência de gênero no Brasil	58
4	FALANDO DE GÊNERO	64
4.1	O gênero que as une, a classe que as separa	70
4.2	Fragilidade, virilidade e dominação	75
4.3	Uma epistemologia feminista	79
4.4	A violência marcada pelo gênero	84
5	VIOLÊNCIA VIVIDA	93
5.1	A violência no seio da família	95
5.2	Lei Maria da Penha	102
5.3	Violência moral e psicológica: controle, ameaças e humilhações	106
5.4	Violência econômica ou patrimonial e a insipiência dos mecanismos de defesa de direitos	108
5.5	Violência sexual: ausências e omissões	110
6	O OLHAR SOBRE O OUTRO	120
6.1	Violência motivada?	121
6.2	Combater a violência contra a mulher passar por debater a escola	125
7	CONCLUSÃO	129
	REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

Durante a pesquisa de mestrado cujos dados estão registados nesta Dissertação, foram organizados 15 (quinze) grupos focais, envolvendo 91 (noventa e um) participantes. Foram realizadas, de março de 2018 a abril de 2019, incursões em cinco escolas: uma Escola Estadual de Ensino Médio Integral (EEEMI), localizada no bairro Montese; uma Escola Estadual de Ensino Profissionalizante (EEEP), no bairro Messejana e três Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM), localizadas nos bairros Serrinha, Antônio Bezerra e Centro.

Para iniciar esta exposição, recorreremos aos depoimentos de três interlocutores: Robério, Joane e Ana¹. Eles são estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual de Ensino Integral localizada na cidade de Fortaleza-CE. Em diferentes grupos focais, durante o trabalho de campo, conversamos com esses três alunos e rapidamente obtivemos respostas absolutamente distintas entre si sobre a recorrência da violência contra a mulher. O primeiro diz observar mais casos em outras cidades, mas acredita que “em Fortaleza, praticamente não acontece”, de acordo com o que vê na televisão; a segunda, por outro lado, aponta ser “uma coisa muito cotidiana” e afirma a recorrência dessa violência em sua família; a terceira, por sua vez, acredita que a violência contra a mulher está em todos os cantos, e “começa com o desrespeito”.

Apesar da idade e do grau de formação que os aproximam, o gênero, a raça, o local de moradia, enfim, a trajetória os diferencia. Algumas respostas demonstraram grande entendimento sobre questões de gênero e uma visão mais nítida sobre a violência contra a mulher, enquanto outras corresponderam a representações do senso comum e a reproduções midiáticas. Esses três estudantes demonstraram percepções completamente diferentes, muitas vezes conflitantes, sobre o tema ao longo dos diálogos que construímos. Mas o que de fato distancia suas percepções sobre o tema objeto da pesquisa e o que as aproxima?

Assim, lanço mão nesta introdução dos depoimentos desses três interlocutores como exemplo das diferenças que se evidenciaram e se fortaleceram em cada entrevista e diálogo, formal ou informal, que estabelecemos com os jovens. Na presente exposição, pretendemos assimilar as percepções dessas pessoas sobre a violência contra a mulher: como situam, relatam, nomeiam e vivenciam esta prática em sua realidade social. O desafio de analisar os e as estudantes não unicamente através da visão acadêmica, mas, principalmente,

1 Para evitar identificação dos interlocutores da pesquisa, foram adotados nomes fictícios.

por intermédio da percepção deles próprios, motiva esta pesquisa, que intenta adentrar nas experiências e nas significações que constroem sobre si e sobre os outros.

Assim como as diferenças nas falas de Joane, ana e Robério, em todas as escolas visitadas, seria possível montar esquemas semelhantes que demonstram as diferentes opiniões dos estudantes, como também seria admissível fazer o contrário e evidenciar a similitudes entre suas falas. Nesta introdução, uso como exemplo as falas destes três alunos da mesma escola na tentativa de realizar um diálogo mais profícuo, exemplificando algumas questões.

O empenho deste trabalho está, portanto, em compreender os vários significados socialmente construídos sobre este fenômeno, sendo orientada pela fala dos jovens em idade escolar da cidade de Fortaleza-CE.

O interesse pelo tema “violência contra a mulher” enquanto vivência acadêmica não surgiu de forma instantânea ou aleatória, antes fez parte de toda a nossa trajetória de vida e de militância. Em nosso percurso acadêmico, durante o Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, efetuado na Universidade Federal do Ceará – UFC, já havíamos pesquisado questões sobre Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTTs dentro do ambiente escolar e o desenvolvimento das relações entre a escola e esta comunidade. Tal temática se distingue da atual, visto que se direciona não a uma parcela da população escolar, mas a toda ela, por meio de suas interpretações da realidade, mas apresenta alguns interesses em comum, tais quais: a compreensão da complexidade da vida dos e das estudantes dentro do ambiente escolar; a intercessão do colégio com suas vidas reais e; as relações de afeto e de violência que vivenciam dentro e fora da escola. Assim, a provocação gerada pela cisão entre a vida dos estudantes e a escola afeta profundamente esta pesquisa.

Nesse sentido, a ideia que alimentou o plano investigativo surgiu a partir da necessidade de compreender a percepção da juventude sobre o cenário da violência contra a mulher. Não obstante, por intermédio do campo, acabamos por abordar diversos outros aspectos da fala dos estudantes e das estudantes, desvelando uma realidade rodeada por violência. Tirar o véu que esconde a violência vivida por esses sujeitos tornou-se parte dos objetivos no caminhar desta pesquisa. As hipóteses iniciais passaram ao largo da realidade desses jovens, que possuem uma vida mais marcada pela violência do que se poderia supor. A convivência escondia e silenciava suas verdadeiras realidades, as linguagens e os códigos usados entre eles em seus ambientes cotidianos não demonstravam a existência de situações de violência vividas. A vergonha e o medo são categorias fundamentais para a compreensão dos silêncios que ocupam as falas dos e das jovens nesses ambientes.

Este trabalho, portanto, objetiva situar, a partir da fala dos e das depoentes, as agressões compreendidas por eles como violência contra a mulher, o que muitas vezes é expresso por meio de relatos de situações violentas experimentadas por eles próprios. Em seus depoimentos, os estudantes misturam suas experiências passadas com as atuais e suas expectativas futuras na tentativa de explicar o conceito de “violência contra a mulher” e as formas como esta violência é significada e construída dentro de seus contextos específicos. Assim como Freitas (2003), entendemos que

[...] a matéria-prima da minha interpretação é o repertório cultural dos informantes do qual pude me aproximar pelo privilegiamento dos relatos orais, pela experiência da observação pessoal e pela busca de compreensão de suas posturas básicas, reveladoras das suas representações de mundo. (FREITAS, 2003. p. 23)

Portanto, o nosso interesse investigativo se encontra mais nos significados construídos em torno das situações que os participantes da pesquisa classificam como violentas do que nas violências por eles vivenciadas.

Porém, na busca por entender o que é nomeado pelos jovens² como práticas de violência contra a mulher e os vários significados construídos socialmente sobre o fenômeno, acabamos por cruzar com a realidade implícita em suas falas. O que era inacessível se tornou evidente e inevitável.

Nesses relatos, as lembranças se cruzam com os tempos passado e presente e revelam, desta forma, um modo próprio de situar os fatos, rememorá-los da maneira possível e segundo a dinâmica interna de cada grupo social. Ao que pareceu, todos têm algo a dizer, supor, inferir, detalhar e (re)criar, simbolicamente, o sentido dos fatos e atribuir-lhes valores com fortes elementos subjetivos. (PADOVANNI, 2011 p. 187)

O que é descrito neste trabalho dissertativo é, portanto, profundamente marcado pelas subjetividades e moldado por meio dos esquemas de classificação edificados por estes estudantes por meio das realidades que eles vivenciam. Em cada relato, há um pouco da vida de cada um desses jovens. Assim, apesar de me interessar principalmente pelos significados construídos sobre o fenômeno, rapidamente descobrimos que estaria constantemente rodeada não apenas pelos significados, mas também pelas narrativas de violência.

Compreendendo que aquilo que nomeamos como violência é histórico e socialmente construído, o leque de significações do que se entende por violência de gênero

2 Dialogamos sobre juventude, ao longo deste trabalho, no entanto, trataremos aqui não como uma faixa etária, mas como propõe ABRAMOS, como uma categoria para analisar os impasses do tempo presente: “De um modo geral, pode-se dizer que a ‘juventude’ tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos, assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas [...]” (ABRAMOS, 1997, p.79)

traz à tona a realidade da luta travada pelos diversos grupos sociais, como o poder de nomear o que é esta violência e o que a diferencia das demais formas de agressões (FOUCAULT, 2016). Traz-se também a noção de que a violência é um meio de dominação, mas não o fim em si mesmo (ARENDRT, 2016). Neste caso, ela é um elemento fortalecedor da dominação masculina. Do ponto de vista institucional, ela tem sido vista como a imposição por meio da força física, ou como a imposição da norma, por intermédio de uma expressão excessiva ou autoritária de poder.³ (ZALUAR,1994).

É importante ressaltar que, assim como Bianchini (2013), nesta análise, não é compreendida como violência de gênero nenhuma violência perpetrada por uma mulher contra um homem. Embora esses casos existam, eles não são motivados pelo gênero, portanto, não podem ser caracterizados como tal. A violência marcada pelo gênero está justamente ligada aos papéis atribuídos a cada gênero e, em nossa sociedade, a mulher ocupa a posição de dominada. (BIANCHINI, 2013).

Nesse sentido, a violência praticada pelos homens é determinada pela desigualdade de gênero e tem o intuito de manter o controle e o domínio deles sobre as mulheres, escancarando a realidade destas relações como relações de poder e de dominação dos primeiros sobre as segundas. Sendo o gênero uma construção histórica e social de caráter relacional e ligada à cultura, a violência marcada pelo gênero está relacionada à absorção de papéis e relações construídas sobre as identidades, sob as quais toda a sociedade é sujeitada pelas determinações do masculino e feminino (CASIQUE, FUREGATO, 2006; SAFFIOTTI, 2015).

Nessa perspectiva, podemos observar que a aplicação da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006) também está ligada ao fato de a violência ser baseada no gênero da vítima, isto é, caracteriza-se a ação por uma violência perpetrada contra a mulher. Apesar de ser uma lei que busca coibir a violência doméstica, ela entende que estar só existe em função das relações de dominação do homem sobre a mulher. É válido ressaltar que esse tipo de violência, embora se dê predominante no ambiente doméstico, perpassa instituições, rituais, práticas cotidianas e ocupa diversos espaços na nossa sociedade.

3 A dificuldade na definição do que é violência e de qual violência se fala se deve ao fato de o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Violência vem do latim *violentia*, que remete à vis (força, vigor, emprego de força física ou dos recursos do corpo para exercer a sua força vital). Essa força torna-se violência, quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente (ZALUAR,1999).

Por isso, a opção de eleger como categoria de análise a “violência contra a mulher”, pois ela constitui o cerne da investigação cujos resultados ora são expostos.

Fugiu aos pressupostos desta pesquisa a compreensão dos jovens sobre esse tipo de violência: não imaginava tamanha compreensão da temática na ótica de pessoas tão jovens, mas através do campo, foi perceptível que os estudantes entendem o que é a violência contra a mulher e suas motivações. Eles não apenas reconhecem a violência física, mas também as diversas outras formas de abuso que marcam a vida de uma mulher. Isso porque, a nosso ver, em poucos anos⁴, o discurso dos jovens sobre gênero e sobre violência contra a mulher se tornou complexo, consciente e organizado. Deste modo, entendemos que a violência contra a mulher pode manifestar-se física, psicológica, sexual, econômica, moral e simbolicamente (CASIQUE; FUREGATO, 2006; SAFFIOTTI, 2015).

Na exposição desta Dissertação, dialogamos numa perspectiva histórica com o mundo do trabalho e com as tradições marxistas. Na tentativa de aprofundar as bases teóricas do objeto investigado, também cotejamos outras vertentes de pesquisa sociológica compreensiva. Buscamos apresentar uma perspectiva de fazer sociológico propondo um diálogo entre suas diferentes tradições com o intuito de contribuir para a construção de uma sociologia racional. É válido ressaltar, no entanto, que, assim como propõe Lowy (2014), esta análise não será uma síntese eclética de diferentes linhas sociológicas, mas uma apropriação dialética de uma crítica à modernidade ocidental, neste caso, debruçando-nos sobre os estudos de gênero.

Assim, analisamos o panorama político do Brasil da década iniciada em 2011, especialmente no que diz respeito às mudanças no cenário das políticas de mulheres e das mulheres na política, de forma a unir a fala dos estudantes que participaram da pesquisa a acontecimentos recentes que envolvem a cena política nacional, debruçando-nos sobre golpe institucional de 2016 e tratando-o como um marco no avanço do pensamento conservador e da naturalização da violência de gênero.

Observamos, então, a partir da análise dos depoimentos dos interlocutores, a presença de relações “mutuamente benéficas” entre o conservadorismo e o intervalo democrático, as quais fortalecem o machismo e o liberalismo e são reforçadas por eles, tendo como maior vítima a mulher da classe trabalhadora.

Embora a obra de um pesquisador esteja intimamente ligada às suas paixões e considerando que não exista, de fato, imparcialidade do conhecimento, fez-se necessário que

4 Referimo-nos aqui principalmente às mudanças operadas nesta última década (2011 – 2019) que coincidem com o fim dos anos de nossa juventude escolar e o crescimento e a popularização das mídias sociais.

“apertássemos o botão” para atenuar nossas paixões, a fim de que elas não direcionassem o campo, permitindo assim que os interlocutores falassem o que quisessem falar e não aquilo que queríamos ouvir.

Enquanto categoria de análise, a noção de “pensamento relacional” (BOURDIEU, 2000) nos permitiu construir de forma racional o campo, arquitetando questões e movimentos que possibilitaram a nossa percepção de que o silêncio dos estudantes sobre tal temática, em seus ambientes cotidianos, não é expressão da falta de compreensão sobre a problemática, mas do medo e da vergonha das violências vivenciadas. Tal silenciamento representa, por outro lado, a banalização e a naturalização da violência contra a mulher.

Levando-se em consideração as rápidas mudanças e a complexidade dos discursos produzidos pelos estudantes que participaram da pesquisa, tornou-se essencial que levássemos em consideração o contexto histórico e as mudanças conjunturais recentes acontecidas no país durante a década atual e suas reverberações e influências nas falas dos interlocutores. Para tal, observamos algumas predisposições formadoras das visões de mundo (BOURDIEU, 1998) destes jovens nascidos, em sua grande maioria, após o ano 2000. Eles vivem um processo de mundialização das informações (IANNI, 1998), por intermédio do rápido fluxo de comunicações que acessam, por meio de mídias e redes sociais, sendo fortemente influenciados por acontecimentos em nível mundial que aparecem na *Internacional-Networking*. A observação empírica das redes sociais nos permite, então, perceber que, ao mesmo tempo em que avança o conservadorismo, existe um grande crescimento dos discursos feministas, que atingem esses jovens de forma massiva.

Para compreender as percepções dos estudantes, é necessário situá-los dentro de um contexto histórico em que são levadas em consideração as grandes mudanças na conjuntura nacional, principalmente no que diz respeito aos embates políticos no campo do gênero e da violência contra a mulher. Por isso, partimos do pressuposto de que a segunda década do século XXI é marcada por um novo tempo na civilização do capital, que trouxe profundas mudanças nas estratégias do capitalismo, o qual vive sua maior crise (MÉSZÁROS, 2014). Essas transformações afetam diretamente a vida dos estudantes nos aspectos sociais e econômicos.

Portanto, neste momento histórico, em que o capital é mundializado pela via financeira, as mulheres são submetidas a um novo papel no mundo do trabalho, ocupando as funções mais precárias. Esse período caracteriza-se também pelo avanço do conservadorismo, que influencia, por meio de várias mídias, a juventude e que fortalece o avanço de uma nova direita, que expressa ódio de classe, de raça e de gênero, esbravejando sua intolerância e

caminhando em nível mundial, impulsionada pela força do neoliberalismo (CARVALHO e GUERRA, 2016).

No contexto brasileiro, a crise do capitalismo é aprofundada por uma crise política em nossa “democracia liberal de baixa intensidade” (SANTOS, 2016), que descamba no que parte da sociedade chama de golpe de 2016, que derruba a presidenta Dilma Rousseff, por meio de um impeachment marcado por um discurso violento e misógino. De acordo com Aronovich (2016), a história do golpe é também a história do fortalecimento do preconceito e da misoginia, dando legitimidade para que o que há de mais reacionário em nossa sociedade saia de seus porões. Tudo isso ocorre justamente no momento de amadurecimento desses jovens, de sua passagem de criança para adolescente, em sua socialização secundária, quando passam a fortalecer a importância de seus colegas e amigos na formação de sua personalidade e *habitus*.

Assim, com o intuito de adentrar o campo, entendemos que a violência contra a mulher é uma temática extremamente sensível para os interlocutores e, levando em consideração a possibilidade de vivências relacionadas a essa violência e a possível reverberação psicológica, fez-se necessária uma aproximação sensível e sutil, quase pessoal, da pesquisadora com os interlocutores e as interlocutoras, tentando gerar uma sensação de segurança para acolher suas falas. A entrada nas escolas e o diálogo com os estudantes se deu pela metodologia de rede e de autoindicação, por meio da qual alguns interlocutores nos apresentavam a outros interessados em participar da pesquisa, gerando uma rede de contatos, como será mais explicitado nos capítulos a seguir.

Por meio da exposição em curso, apresentamos os resultados de uma pesquisa que buscou saber, prioritariamente, o que os estudantes compreendem como violência contra a mulher, mas que acabou por gerar dados sobre a própria violência. A averiguação foi realizada por intermédio da metodologia de grupos focais e da observação sistemática com construção de diário de campo no ambiente escolar, na busca de *linkar* a realidade do ambiente escolar, as falas dos interlocutores e a conjuntura histórica que influencia seus depoimentos.

Como forma de organização da Dissertação, no primeiro capítulo, realizamos uma discussão teórico-metodológica da construção do objeto investigativo, apontando o caminho traçado, seus erros e acertos, dialogando com diversas linhas sociológicas na intenção de contribuir para o caminhar de uma pesquisa de campo nos moldes como foi pensada. Seguindo os caminhos propostos por uma metodologia bourdieusiana, fortalecemos a ideia de um trabalho de pesquisa relacional, gerando uma rede de sentidos em volta do objeto.

No segundo capítulo, apresentamos alguns resultados investigativos, trazendo à tona o pensamento político dos estudantes no que diz respeito à perspectiva do gênero e da violência contra a mulher, criando elos entre o momento histórico em que vivemos e suas percepções sobre a temática averiguada.

Ao longo do terceiro capítulo, efetuamos um diálogo entre a história e a sociologia do gênero com os estudos sobre violência e com a fala dos estudantes. Assim, intencionamos apontar, nas falas dos jovens, o que existe de mais concreto que demonstra as suas compreensões e percepções sobre o tema em questão.

No quarto capítulo, intitulado *Violência Vivida*, aprofundamos a análise sobre as falas dos depoentes a respeito da violência contra a mulher. Esse momento é marcado por depoimentos de experiências vividas e vivenciadas pelos e pelas estudantes, trazendo à luz a presença da violência em suas vidas e a invisibilidade dela em seu cotidiano. Também realizamos um debate jurídico-legal em torno da Lei Maria da Penha e sobre o que eles e elas entendem a respeito dessa legislação protetiva.

O quinto capítulo compreende um aprofundamento do capítulo anterior, fazendo um recorte sobre o ambiente de violência sexual a que os interlocutores desta averiguação foram submetidos ao longo de suas vidas.

Por fim, encerramos esta exposição trazendo à tona uma reflexão sobre a percepção dos estudantes a respeito das questões que envolvem a violência contra a mulher, a partir do resgate de suas falas sobre o que leva um homem a agredir uma mulher, explicitando as contradições e os paradoxos contidos em seus depoimentos.

A constituição de um objeto investigativo passa pela formulação de uma pergunta de partida que deve guiar todo o processo de averiguação. É impossível construir um objeto de pesquisa, portanto, sem saber para onde se vai. Para chegar às respostas almejadas, é necessário ao pesquisador que ele inicialmente formule as perguntas certas e que siga uma trilha metodológica que permita alcançar as suas respostas. Caso contrário, o trabalho fica como Alice que, no País das Maravilhas, ao questionar o Gato risonho sobre qual caminho deveria seguir, ouve dele que, para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve (CARROLL, 2010).

O busílis desta investigação gira em torno da percepção da violência contra a mulher por parte dos jovens em idade escolar da cidade de Fortaleza: o que eles compreendem, veem, vivenciam e nomeiam como tal. Torna-se relevante lembrar que o real é relacional e, logo, não é possível compreender um objeto sociológico sem perceber a teia de relações que o constituem. Afinal, “[...] pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.” (BOURDIEU, 2000, p. 31).

Desse modo, com base no pensamento de Bourdieu (2000), tornou-se necessário que partíssemos de um contexto pré-definido, passando por um sistema de relações construídas de forma coerente, para se chegar ao objeto na forma como ele deveria ser observado. Por isso, foi fundamental que aprofundássemos estudos sobre o período histórico da segunda década do século XXI, a fim de poder compreender a teia de relações que levam os jovens de Fortaleza a perceberem a violência contra a mulher de uma dada maneira e não de outra.

Para pôr luz sobre o objeto investigativo que envolve violência e gênero tanto quanto política e educação, assumimos como referência fundante uma visão dialética e histórica. Ao mesmo tempo, cotejamos a vertente interpretativa da Sociologia, uma vez que, para promover o desenlace da trilha investigativa, transitamos entre o materialismo e a interpretação das subjetividades. Tomamos, assim, essas duas correntes de pensamento não como visões contraditórias, mas como elementos complementares para o entendimento do que aqui expomos.

Entendemos que o momento de construção do objeto deve ser sobretudo o de “desconstrução de certezas, o que requer a ruptura das adesões mais profundas e inconscientes” (BOURDIEU, 2000, p. 51). Essa postura nos autorizou a “[...] aprender a pesquisa como uma atividade racional – e não como uma espécie de busca mística.” (Idem,

2000, p.18). Por isso, em nosso processo investigativo, buscamos nos divorciarmos da reafirmação de “verdades”, em busca da produção de novos conhecimentos sobre a violência contra a mulher que pudessem contribuir para o avanço das tradições sociológicas.

Desse modo, produzir esta averiguação se constituiu em um grande desafio, na medida em que o objeto investigativo nos obrigou a abordá-lo de forma histórica, conectando-o ao mundo do trabalho e às tradições marxistas. Ao mesmo tempo, dialogamos com outras vertentes de investigação sociológica, sem as quais não nos seria possível adentrar e aprofundar o objeto de pesquisa, uma vez que ele envolve percepções, emoções e subjetividades.

É válido também ressaltar que o pensar sociológico que se buscou construir aqui está sempre laçando pesquisa e militância em diversos níveis. Assim, tentamos deslocar o fazer sociológico de uma mera construção epistemológica para uma construção ao mesmo tempo dialética, histórica e compreensiva, na busca provocante de dar resposta aos desafios demandados do objeto investigativo.

Dentro de uma perspectiva dialética, histórica e materialista, apresentamos a mulher como sujeito histórico, mas também como sujeito de um processo sociocultural, multifacetado, que envolve lutas pelo próprio entendimento do que é ser mulher. Apresentamos, dessa forma, uma perspectiva de fazer sociológico que questiona a inflexibilidade da teoria, propondo um diálogo entre diferentes tradições sociológicas na perspectiva de contribuir para uma construção de uma sociologia racional, sem vícios.

Entendendo que o sociólogo, enquanto sujeito, nunca se separa de sua produção teórica, utilizamos como base metodológica o que Lowy (2014) designa como marxismo weberiano, não produzindo uma síntese eclética de diferentes linhas sociológicas. Assim, buscamos a apropriação dialética de uma crítica à modernidade ocidental para nos debruçarmos sobre os estudos de gênero.

Considerando que uma das premissas metodológicas em pesquisa no campo das Ciências Sociais é ter condições que garantam ao pesquisador a produção de seu trabalho com objetividade, nesta investigação, partimos do pressuposto de que tal objetividade não se conquista por meio do paradigma positivista⁵, segundo o qual o pesquisador tem de ver a

5 O positivismo é uma corrente filosófica e epistemológica surgida na França do século XIX, com August Comte (1798 – 1857), que propõe que apenas o conhecimento científico é o conhecimento verdadeiro. Assim, só seria possível se comprovar qualquer fato, se testado, por meio de metodologias científicas, propondo um conhecimento apartado de crenças ou pressuposições. Para Émile Durkheim (1858 – 1917), teórico positivista e fundador da Sociologia, a ciência da sociedade deveria seguir regras metodológicas próximas às das ciências da natureza: objetivas, neutras e livres de juízo de valor. Para ele, a sociedade segue as mesmas leis que regulam a natureza.

realidade com olhos absolutamente imparciais e neutros, afastados de seu campo. O envolvimento com o objeto investigativo, em alguns casos, como neste, torna-se inevitável e profundamente necessário para a realização da pesquisa. Em nenhum momento essa implicação constitui-se em uma deficiência investigativa (VELHO, 1978).

Faz-se necessário lembrar que não existe ciência neutra. Toda ela é constituída por teorias e, neste caso, por tradições sociológicas. Estamos cômnicos de que a nossa principal tarefa para reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes é a tentativa de romper com adesões preconcebidas, aquelas que com frequência estão inconscientes, sem que sequer sejam perceptíveis. Por isso, esta é uma tarefa de fortalecimento de dúbvidas. Neste exercício, é necessário questionar todos os pressupostos apontados, inclusive os que motivaram a pesquisadora a abordar o campo (BOURDIEU, 2000).

A despeito de acreditar na ideia de que o pesquisador não interfere no campo representa uma quimera, busquei abordar o campo deixando os pressupostos no papel. Nos grupos focais, ouvi integralmente o que os estudantes tinham a dizer, com o intuito de interferir o mínimo possível em seus depoimentos. Durante os momentos com esses grupos, muitas vezes houve surpresas, uma vez que as falas dos depoentes iam de encontro a todas as nossas suspeitas investigativas. Nesse sentido, contrariando as hipóteses formuladas, o campo definiu seu próprio caminho. Em decorrência disso, a produção sociológica do caminho metodológico foi ultrapassada pelas falas dos interlocutores. Esse fato, per se, evidenciou que a construção de uma boa metodologia não necessariamente produz uma boa averiguação científica. É necessário algo de mais humano na pesquisa qualitativa, o que requer sensibilidade do investigador.

A eficácia na utilização da técnica da entrevista em profundidade não só depende do domínio da metodologia em que se insere, mas também exige uma atitude «antropológica» do entrevistador. A empatia é fundamental na entrevista. A psicologia social há muito que definiu essa condição básica para o sucesso da relação, nomeadamente na relação terapêutica (C. Roger). No entanto, a sociologia, porventura marcada por um formal distanciamento provocado pelo conceito de objectividade científica, tem sido levada ao uso exagerado de um rígido esquema predefinido de questões. (LALANDA, 1998, p. 876)

A pesquisa qualitativa, como no presente o caso, é sempre permeada por uma série de questionamentos acerca de sua neutralidade e da veracidade de suas conclusões. Porém, ao assumir tais técnicas e métodos, ratificamos a importância da diversidade de opiniões e de posicionamentos para que um pesquisador possa obter uma versão mais próxima possível da realidade. Partimos, assim, do princípio de que a fala dos interlocutores

representa “[...] uma sucessão de contextos interactivos e de personagens, onde as experiências relatadas não só afectam esses contextos, mas também transformam os próprios actores [...]” (LALANDA, 1998, p. 878). Seguindo essas pistas investigativas, realizamos os grupos focais e, de depoimento em depoimento, constituímos um fio condutor social e historicamente referenciado, que conferiu sentido à realidade investigada, contribuindo para o desenlace da pesquisa.

De acordo com Lalanda (1998), uma entrevista corresponde a uma versão da realidade construída por intermédio da memória dos narradores. Na busca do resgate dessas narrativas, constituímos uma teia de representações a partir das múltiplas narrativas dos interlocutores, que transpassam diferentes vivências e experiências, construindo ricas narrativas orientadas pelos objetivos da pesquisa. Para possibilitar o levantamento de dados reais, deixamos evidentes os interesses e os objetivos da pesquisa, fortalecendo a relação de confiança entre a pesquisadora e o grupo. Essa postura estimulou a atitude colaborativa dos interlocutores, ao mesmo tempo em que favoreceu a dimensão ética da pesquisa.

É sabido que a metodologia de pesquisa é um meio para se chegar a um fim. Em se tratando de uma pesquisa qualitativa, a obtenção de dados se efetiva pela percepção de sentidos e subjetividades. Essa percepção não pode ser alcançada por intermédio de números, mas sim por meio do exercício de alteridade⁶, da capacidade de enxergar o outro e a si mesmo. Para tal, faz-se necessário desconstruir o familiar e o que achamos que já conhecemos. O fundamental para essa modalidade investigativa foi o meu feeling de pesquisadora, para promover soluções aos problemas que construímos na averiguação. Consoante Lalanda (1998), no exercício investigativo pudemos perceber que nada pode substituir o contato do sociólogo com o interlocutor, pois é por meio dessa experiência que se apresentam os resultados em uma pesquisa compreensiva. Também pudemos verificar que os dados não estão apenas nas falas, mas também nas expressões, interjeições e reações dos participantes da pesquisa.

Consideramos como princípio que as justificativas acadêmicas de uma pesquisa social derivam das motivações pessoais de cada pesquisador. Por isso, a escolha de um campo investigativo é motivada por suas trajetórias e é fruto de suas formações e afinidades. Nessa perspectiva, a violência motivada pelo gênero, além de ser um intrigante objeto de pesquisa, é um tema que invade-nos a vida e nos provoca enquanto pesquisadora, ao nos depararmos

6 Alteridade refere-se à capacidade de se colocar em uma posição diferente. É a relação entre o indivíduo inserido na sociedade e o indivíduo enquanto partícula, em que um só existe em relação ao outro. Essa é a capacidade de se ver através dos olhos do outro, estranhando o familiar e se aproximando do diferente.

todos os dias nos jornais com notícias e relatos de mulheres acerca da violência a que elas são submetidas. Percebemos que o discurso do senso comum sobre esse tipo de violência também permeia as relações cotidianas das mulheres. No entanto, existe um enorme leque de significações para aquilo que elas sofrem, praticam, entendem e nomeiam como violência contra a mulher. Por isso, fez-se necessário que traduzíssemos tais significações em dados sociológicos, para que fosse possível trabalhar de forma efetiva no combate a essa violência.

Toda representação da vida social possui uma visão apenas parcial e direcionada, atendendo a determinado objetivo e não sendo capaz de propiciar uma percepção mais totalizadora do objeto representado. O ofício de sociólogo não autoriza generalizações atemporais, uma vez que se percebe que todas as “verdades” são frutos de convenções sociais. Não existem, portanto, valores atemporais que não sejam referenciados socialmente. Assim, o que é considerado como violência contra a mulher é moldado pelo período histórico e pela sociedade. Nessa direção, a nosso ver, nada é mais real do que o acordado pelas pessoas. Por isso, buscamos refletir nosso mundo social por meio das falas dos jovens na cidade de Fortaleza.

Vale salientar que uma investigação é sempre relativa, pois toda visão é filtrada por um ponto de vista e pelas trajetórias dos interlocutores. Cabe ao investigador interpretar e construir a pesquisa entendendo que a realidade é composta pelas diversas visões que compõem o campo. Uma mesma fala, dita em situações diferentes, pode exprimir sentidos absolutamente distintos, “[...] falar uma mesma língua não só não exclui que existam grandes diferenças no vocabulário mas que significados e interpretações diferentes podem ser dados às palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas [...]” (VELHO, 1978, p. 71). Por isso, ao ouvirmos a mesma história a partir de pontos de vista diversos, tivemos o cuidado ético de relatar o campo por meio de premissas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, sem apagar as intencionalidades dos interlocutores.

Em nossas análises, percebemos que a visão da juventude também coincidem em muitos momentos com o senso comum, expressando uma entre tantas versões da realidade social. As demais formas de representação da vida social, seja a do cientista, a do escritor, a do jovem ou a do sociólogo, foram construídas a partir de influências e de pré-noções advindas do senso comum (BECKER, 2009). Portanto, é necessário que o trabalho do sociólogo dialogue sempre com o senso comum, sem nunca deixar de questioná-lo. As falas dos participantes desta pesquisa são, de certa forma, uma média da representação das pessoas em geral, da mesma forma que a escola é um microcosmo que pode representar um grande

setor da sociedade. Percebendo essa realidade, afirmamos que o senso comum assumiu um valor fundamental para que esta investigação chegasse ao seu desenlace.

2.1 Enquanto se escreve o projeto, o campo ri

É famoso um ditado que afirma que: “- Enquanto nós fazemos planos, Deus ri.” Ao aplicar por analogia esse ditado ao cenário da pesquisa realizada cujos resultados ora apresentamos, percebemos que enquanto escrevíamos o projeto, o campo ria. Desde a construção do projeto até as pesquisas bibliográficas, formulamos um planejamento de como seria delineada, passo a passo, esta investigação. A escolha de determinados caminhos metodológicos foi se adaptando às necessidades e às provocações do campo. Foi necessário que invertêssemos de cima a baixo muito do que havia sido planejado. Não obstante, se o traçado metodológico se modificou bastante durante sua condução, os objetivos iniciais se mantiveram, levando-nos a fazer as perguntas certas para alcançarmos as respostas almejadas.

Desde o princípio, compreendemos a violência contra a mulher como uma temática extremamente sensível para os interlocutores e profundamente influenciada pelo senso comum. Levando em conta a possibilidade de vivências relacionadas a essa violência e à possível reverberação psicológica, sempre pensamos em uma aproximação sensível, que me permitisse uma relação mais humana e pessoal com os interlocutores. Essa atitude permitiu que nos colocássemos no lugar do outro, de modo a poder captar suas experiências particulares. Sem esse mergulho, não seria possível perceber suas experiências e alcançar seus sentidos mais profundos.

Assim, entramos no campo com a certeza de que deveria haver uma aproximação da forma mais íntima possível com os interlocutores, dando-lhes tempo de fala e acolhimento em suas exposições mais difíceis. Segundo DaMatta (1978), é necessário recuperar as relações entre pesquisador e pesquisado, pois este constitui o aspecto mais humano do trabalho do investigador. Na sua concepção “só há dados quando há empatia” (1978, p. 35). É isso que possibilita a um informante contar os relatos necessários à pesquisa qualitativa. Ou seja, é a empatia que “[...] permite distinguir o piscar mecânico e fisiológico de uma piscadela sutil e comunicativa.” (Ibidem)

As dificuldades para compreender o piscar sutil não estão apenas no discurso corrido do entrevistado e na empatia entre os estudantes, mas sobretudo na confiança construída entre os atores. No exercício do trabalho de campo, percebemos não ser fácil separar os interlocutores que falam o que pensam daqueles que falam o que imaginam que o

pesquisador deseja ouvir. Para fugir dessa encruzilhada, buscamos construir uma relação de confiança entre a pesquisadora e os informantes, sempre por meio de um diálogo aberto e informal, explicando os interesses da pesquisa. Essa opção metodológica se revelou positiva tanto no que concerne às técnicas usadas para a seleção dos participantes como, posteriormente, para o recorte dos dados a serem analisados, como explicitaremos no decorrer deste capítulo.

Na busca por interpretar o que é dito e o que não é dito, examinamos minuciosamente diferentes instrumentos metodológicos e distintas técnicas de trabalho de campo que pudessem nos levar aos discursos e à apreensão de significados, crenças e valores que nos possibilitassem conferir sentidos a determinadas práticas. Iniciamos, assim, os diálogos com os jovens na expectativa de fazer uma análise discursiva sobre a violência contra a mulher e pudemos verificar que a percepção deles da violência não é unívoca. Ela é vivenciada, compreendida e representada de diferentes formas por díspares atores sociais.

A princípio, imaginamos que seriam realizadas entrevistas em espaços públicos da cidade, como praças, praias e demais locais de interação juvenil, onde seria possível dialogarmos com um grande número de jovens adolescentes. Em princípio, pode parecer simples requisitar uma conversa informal com alguém em uma praça, porém, ao constatar que os sujeitos desta pesquisa são em sua maioria menores de 18 anos, pareceu-nos imprudente estabelecer qualquer comunicação sem alguém que intermediasse os diálogos. Assim, surgiu uma primeira mudança metodológica, quando passamos a adotar as escolas como *locus*, tornando-as cenários desta pesquisa.

Porém, foi na seleção da técnica investigativa que o campo nos deu sua primeira gargalhada. Inicialmente, imaginávamos que o trabalho com entrevistas semiestruturadas, conversando com estudantes individualmente, seria a melhor escolha no intuito de construir uma conversa mais íntima, facilitando-nos a aproximação e garantindo mais privacidade, discrição e acolhimento às falas dos participantes. Todavia, tornou-se necessária a nós a compreensão de que o discurso não é um construto individual, mas sim coletivo. Sendo assim, como não pretendíamos apenas coletar as histórias de vida dos estudantes e levantar suas denúncias e vivências, mas acima de tudo verificar suas percepções e o que eles dizem, não apenas em segredo, mas também em público, sobre violência contra a mulher, a técnica de grupo focal se impôs, obrigando-nos a assumi-la como uma determinação do campo investigativo.

Além da perspectiva coletiva do discurso, foi válido perceber que, quanto mais íntima e próxima for a forma de diálogo com o entrevistado, mais cúmplice será a sua relação

com seus pares. Verificamos, assim, que a fala de um adolescente incentivava a do outro e que, enquanto um se identificava com as temáticas e acrescentava detalhes ao depoimento alheio, outro podia discordar e se sentia à vontade para questionar seu par, apontar-lhe situações e discordar dele. Desse modo, as comunicações dos integrantes dos grupos focais passaram a ser o principal motivador das conversas, na medida em que um comentário fomentava outro, provocando profundas discussões e diminuindo os impactos da nossa presença frente aos diálogos produzidos.

Faz-se necessário ressaltar que a teoria de James Scott (2013), sobre a existência de díspares discursos, construídos por diferentes atores sociais, consoantes suas disposições na ação dialógica, foi fundamental para o desenlace da pesquisa de campo, sobretudo quando se tratando de falas coletivas. Conforme sua teoria, há discursos ocultos e públicos com diferentes intencionalidades. Para o autor, as aparentes formas de aceitação da subordinação pelos discursos dos dominados faz parte de uma estratégia de sobrevivência e de formas de simulação que se destinam a ocultar a revolta e a resistência. Os primeiros seriam aqueles que só são ditos entre iguais, dominantes entre dominantes e dominados entre dominados. No caso da análise dos discursos sobre gênero, seriam mulheres que falam apenas entre si e homens que conversam entre seus pares. Com relação aos segundos, eles se caracterizariam como aqueles que são ativados em espaços nos quais interagem dominantes e dominados. Ou seja, no caso da presente investigação, entre homens e mulheres (SCOTT, 2013).

Para Scott, os grupos subordinados, como é o caso das mulheres, criam discursos ocultos a partir de suas vivências e experiências. São falas construídas coletivamente, por meio de experiências de sofrimento que lhes são comuns, representando uma crítica à dominância. No entanto, tais discursos não poderiam ser expressos de forma mais livre, pois poderiam redundar em retaliação. Para tornar claro o entendimento, tomamos aqui como exemplo os discursos femininos, inerentes ao senso comum, que afirmam que: “– Todos os homens são em potencial estupradores!”. Ao dizer isso apenas entre mulheres, há um eco positivo de compreensão mútua, por se entender que até conhecer os homens, ou mesmo após conhecê-los, não há como ter certeza de que eles não são estupradores. Entretanto, quando uma mulher diz isso em espaços mistos, por exemplo em uma rede social, surgirão vários indivíduos que a rechaçarão por generalizar os homens. Logo, esse tipo de discurso não é aceito na esfera pública.

Assim, nos grupos focais femininos, foi possível obter relatos íntimos e pessoais, os quais não surgiram com a mesma naturalidade ou com o mesmo nível de representação nos grupos focais mistos. Nos encontros em que dialogamos apenas com mulheres, conseguimos

observar de forma propínqua as violências vividas por essas meninas e tivemos a real noção de como a violência contra a mulher afeta intimamente o cotidiano da maioria dessas garotas.

Ao mesmo tempo, observamos que os discursos públicos são construídos principalmente por aquilo que os grupos dominantes desejam que seja dito, trazendo uma visão positiva das relações de dominação – um espelho no qual o dominador gostaria de se ver, ocultando a versão dos subordinados. Tais discursos representam uma grande assimetria entre as falas, mas somente podem ser proferidos em espaços que são compostos por dominantes e dominados. Considerando o exemplo anterior, homens e mulheres em espaços públicos não dirão que eles são potenciais estupradores, pois essa fala tenderia a provocar retaliação. No entanto, ambos falam de estupradores como “monstros” ou “doentes”, difamando a imagem dos estupradores e os diferenciando dos “normais”. Dessa forma, retira-se o peso das costas dos homens comuns e da sociedade machista e patriarcal. Assim, a imagem destes últimos é boa, diferente da dos potenciais estupradores, na medida em que apenas uma pequena parcela dos homens é tida como um “monstro”, e não os homens como um todo, socializados em meio a um universo social violento. Dessa forma, apenas os “anormais” devem ser aviltados.

Ao longo de nossa inserção no campo, observamos que, nos grupos focais mistos, as mulheres tiveram em muitos momentos suas falas cerceadas e interrompidas pelos rapazes que, em sua grande maioria, falaram mais vezes e por mais tempo do que elas. Em vários momentos, foram assumidas posturas conciliadoras nas exposições feitas pelas meninas, tendo em vista o descrédito e os questionamentos acerca de suas afirmações. Ao mesmo tempo em que asseveravam de forma categórica alguns de seus pensamentos, as meninas chegavam a asseverar coisas em sentido contrário. Um exemplo disso é a afirmação recorrente, nos grupos mistos, de que “– Nem todos os homens são iguais.” Quando as jovens afirmavam que homens eram “de tal forma”, elas imediatamente se contradiziam ao afirmarem que eles são diferentes e não podem ser generalizados.

Importa afirmar que as interrupções e os questionamentos dos meninos exerceram certa coerção nas falas das moças e, muitas vezes, elas recuaram diante dos debates, demovendo alguns argumentos apresentados, para que outras alegações fossem consideradas. Apesar de termos observado situações como essa nos grupos focais, convém salientar que, segundo Scott (2013), por meio do discurso público, são construídos espaços de resistência:

A simulação da aceitação da ordem dominante e do respeito pelas normas do discurso público, com os seus gestos e rituais de deferência e de respeito, deve, então, ser vista como um teatro em que se encenam a submissão e a partilha das normas e regras das elites dominantes, não só com o objectivo da salvaguarda e

proteção dos dominados, mas, em muitos casos, como formas da retórica com o que estes tentam obter vantagens decorrentes da invocação das normas que permeiam o discurso oficial, em particular do paternalismo invocado pelos grupos dominantes. (SCOTT, 2013, p. 8)

Nessa perspectiva, podemos inferir que a “mudança” nos discursos das participantes do grupo focal e seus recuos podem se configurar como uma “simulação da aceitação da ordem dominante”.

Do mesmo modo que os discursos ocultos são construídos pelos dominados, eles também o são pelos dominantes, posto que são construídos que apresentam as faces da dominação mais sombria e violenta, que não pode ser mostrada, pois difere do discurso público, por meio do qual buscam construir uma autoimagem positiva. Assim, esse discursos públicos tendem a ser enganadores e manipuladores, já que montam representações distorcidas da realidade. De acordo com Scott (2013), esses discursos são assumidos publicamente pelos oprimidos como uma estratégia de luta e de resistência e pelos opressores como uma tática de dominação, sugerindo que a dominação existe em benefício dos dominados, gerando um eco de assujeitamento. Dessa forma, discursos misóginos e violentos só podem possuir reverberação em espaços apenas masculinos, posto que em ambientes públicos também seriam rejeitados, pois não mostram a face positiva dos homens pela qual eles desejam ser reconhecidos. No entanto, em nossas análises, não foi possível observar grandes diferenças entre os discursos públicos e ocultos dos meninos, na medida em que as falas dos grupos mistos e masculinos não destoavam. Ou seja, apresentavam traços muito semelhantes.

Assim, como se pode ver, apesar de termos planejado inicialmente efetuar a investigação tomando como recurso entrevistas semiestruturadas, a técnica que se mostrou mais eficaz para esta pesquisa foram os grupos focais⁷, uma vez que por meio deles nos foi possibilitado observar os discursos com base nas falas coletivas. Logo, ao utilizarmos grupos focais femininos, masculinos e mistos, foi-nos possível perceber que as falas são estruturadas em sistemas de dominação, nos quais existem mecanismos de insubordinação infrapolítica – nos discursos ocultos – e estruturas de dominação explícitas que perpassam os discursos públicos. Por intermédio desses diferentes grupos focais, observamos as diferenças discursivas entre os grupos mistos, aqueles formados apenas por mulheres e aqueles compostos somente por homens.

7 De acordo com Morgan (1997), grupos focais compõem uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coletam informações por meio das interações coletivas, o que permite observar a interação do próprio grupo entre si, podendo gerar opiniões coletivas e/ou revelar divergências do grupo.

Convém ressaltar nosso questionamento sobre a veracidade dos discursos de homens e de mulheres, considerando que eles não são constituídos nos espaços de exposição, mas sim anteriormente, por intermédio de arranjos infrapolíticos. Esse questionamento era fruto de uma inquietação nossa com base na observação sobre os ambientes escolares, onde há espaços específicos para que discursos públicos e ocultos se reproduzam. Apesar de não haver demarcações territoriais separando meninos de meninas, a própria dinâmica da escola trata de construir espaços que os dividem. Logo, tornou-se necessária para o desenlace investigativo a interlocução nos grupos integrados só por mulheres e de outros compostos somente por homens antes das interações discursivas nos grupos focais mistos.

Assim, surge o primeiro dilema deste processo, que seria o acesso aos discursos ocultos. A proposta de grupos focais conforma-se como tentativa de ver de que modo os mecanismos de defesa e de dominação se constroem por meio das falas em diferentes contextos. No entanto, entendemos que nenhum desses discursos representa de forma integral a realidade sobre o gênero. Consideramos que todos se consubstanciam em verdades parciais, evidenciadas por intermédio de construções coletivas. Desse mundo, tanto os discursos ocultos, manifestos nos grupos focais masculinos ou nos femininos, como os discursos públicos, produzidos nos grupos focais mistos, são registros que se impõem como uma das verdades, pois todos são dotados de sentido, mas não representam a totalidade do discurso sobre a violência contra a mulher. Foi, portanto, necessário que cavássemos uma entrada sutil no ambiente escolar, a fim de que os estudantes pudessem se sentir à vontade para demonstrar o que seus discursos públicos ocultavam.

Para formar os grupos focais, optamos por trabalhar com uma metodologia de rede, na qual um interlocutor, no caso os professores e coordenadores das escolas visitadas, apresentavam-nos a outros professores e coordenadores que, por sua vez, mediavam nossa aproximação junto aos estudantes. Como será explicado mais à frente, os grupos focais também contaram com a autoindicação daqueles estudantes que desejavam participar da pesquisa.

Assim, procuramos inicialmente escolas nas quais já havia um diálogo prévio com um ou mais professores, para que a entrada em sala de aula e a interlocução com a coordenação pedagógica fosse facilitada. Preliminarmente, ao adentrar a escola, busquei, sempre que possível, realizar uma pequena residência, frequentando-a por dois ou três dias na expectativa de efetuar uma observação sistemática do *locus* de investigação. Além disso, construímos um pequeno diário de campo, para só depois iniciar a constituição dos grupos focais. No entanto, a dinâmica do ambiente escolar e da pesquisa nem sempre permitiram que

esses momentos de observação ocorressem anteriormente à realização dos grupos focais, já que muitas vezes era de interesse da escola que fossem efetuados o mais rápido possível ou em datas e horários determinados, coincidentes com as faltas de professores, ou em aulas como as do Projeto Professor Diretor de Turma (PDT)⁸ ou do Núcleo de Trabalho, Pesquisa e Prática Social (NTPPS)⁹. Segundo as administrações escolares, os conteúdos dessas disciplinas eram mais fáceis de serem ocupados para a realização da pesquisa. Apesar destas dificuldades, dentro do possível, foram realizadas visitas em todas as escolas onde se deu a pesquisa com a intenção de observar seus ambientes.

Sendo assim, constituímos quinze grupos focais em cinco escolas diferentes. Construimos o roteiro de entrevista de forma semiestruturada, com estrutura linear, de modo que uma resposta encaminhasse à pergunta posterior, permitindo-nos, assim, uma comparação entre tópicos específicos em diferentes grupos focais. No entanto, essa estrutura não foi pensada de modo rijo, o que permitiu a flexibilidade necessária para o desenlace de uma pesquisa qualitativa. Dessa maneira, foi possível direcionar o olhar de pesquisadora consoante o interesse investigativo. Tal postura permitiu que os estudantes falassem mais sobre um tema ou sobre outro, que misturassem os tópicos ou até que criassem novas questões. Agindo assim, foi possível coletar mais dados relevantes sobre o que os estudantes tinham a dizer a respeito da violência contra a mulher.

De acordo com Gondim (2002), existem duas principais abordagens em ciências sociais: a nomotética e a hermenêutica. A primeira se identifica com as pesquisas quantitativas, que aproximam as ciências sociais das ciências da natureza em seus métodos. A segunda é identificada com as metodologias de investigações qualitativas, o que diferencia os objetos de estudos destas duas áreas do conhecimento. Esta última afirma a importância de se criar um método diferente do experimental que possibilite a busca pelos significados dos discursos (GONDIM, 2002). Nesse sentido, assumimos como técnica de análise dos dados de pesquisa obtidos nos grupos focais a abordagem hermenêutica das ciências sociais.

8 O PDT existe no Estado do Ceará desde 2008. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), o professor de qualquer disciplina pode assumir o cargo de diretor de turma, passando a ser responsável por uma única turma da escola. Os diretores de turma possuem um horário na grade escolar com sua turma, o que lhe permite uma aproximação maior com os estudantes e um conhecimento pormenorizado deles em cada sala de aula, dialogando com os estudantes, podendo mediar conflitos que existem normalmente no ambiente escolar.

9 O NTPPS constitui um projeto da SEDUC que existe desde 2012. Ele “[...] é um componente curricular integrador e indutor de novas práticas que tem como finalidade o desenvolvimento de competências socioemocionais, por meio da pesquisa, da interdisciplinaridade, do protagonismo estudantil, contribuindo fortemente para um ambiente escolar mais integrado, motivador e favorável à produção de conhecimentos.” Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/e-o-que-e-o-ntpps/> acesso em 01 de ago. 2019

O grupo focal é caracterizado por ser uma técnica de pesquisa de coleta de dados obtidos em interações grupais. Nele, discutem-se os temas sugeridos pelo pesquisador, funcionando como uma entrevista coletiva. Com frequência, ele é visto como uma técnica de pesquisa que fica no meio do caminho entre a observação participante e as entrevistas diretas, sendo uma relevante técnica de pesquisa no processo de construção de representações e de percepções, como é o caso desta investigação.

O pesquisador em um grupo focal tem como função principal moderar a entrevista coletiva. Logo, ele atua como um facilitador, que busca orientar a discussão no sentido desejado para a obtenção dos dados relevantes à pesquisa. O entrevistador de grupo não observa as opiniões de modo individual, mas do grupo como um todo. Se uma opinião é dada por um indivíduo, mesmo não sendo endossada por todo o grupo, ela é relevante para efeito de análise e é referida como uma resposta do grupo na interpretação dos resultados. A premissa dos grupos focais é que eles tendam a reproduzir discursos macrossociais, fugindo de visões individuais (GONDIM, 2002).

Conforme mencionado anteriormente, na condução de cada um dos grupos buscamos proporcionar um ambiente acolhedor e franco junto aos estudantes. Seguindo um roteiro prévio de condutas, sempre iniciamos as sessões apresentando a nossa condição de pesquisadora, mestranda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). Em seguida, discorriamos sobre as intencionalidades do projeto, deixando claro aos interlocutores quais os seus objetivos. Para tranquilizá-los, ressaltávamos o anonimato de suas respostas, para que pudessem participar de forma voluntária e consciente.

Inicialmente, imaginamos que a seleção dos informantes se daria de forma aleatória, buscando cumprir o cálculo de uma amostragem representativa. No entanto, na dinâmica da investigação, evidenciamos as impossibilidades do que havia sido planejado. Novamente o campo ria, ao nos demonstrar a inviabilidade de trabalharmos com amostras aleatórias. Em primeiro lugar, para a escolha fortuita, seria necessária a apropriação dos dados dos estudantes de cada escola para sorteá-los, na tentativa de gerar aleatoriedade, o que por si só já demandaria profunda disponibilidade da escola e comprometimento de cada uma delas com a pesquisa. Em segundo lugar, seria necessário retirar estes estudantes de suas aulas, possivelmente em salas diferentes, cujos docentes teriam de consentir a saída dos alunos, o que nem sempre é factível devido tanto ao calendário escolar quanto à vontade dos professores. Por fim, deparamo-nos com uma barreira que poderia ser edificada pelos próprios alunos: como poderíamos retirá-los de sala de aula esperando deles obter dados subjetivos, sem que desejassem participar da pesquisa?

Agindo assim, praticaríamos uma imposição vertical o que certamente comprometeria a coleta de dados, uma vez que, ao contrário da aplicação de um questionário, no qual as respostas podem ser objetivas, a relação desejada neste campo exigia a participação voluntária dos estudantes para que se pudessem obter suas respostas. Em uma tentativa de aproximação mais intimista, por intermédio das coordenações pedagógicas, conseguimos ocupar tempos de aula em que a falta, na visão da administração, prejudicasse o menos possível aos estudantes em suas disciplinas regulares, como foi o caso das aulas do NTPPS e das do PDT. Deste modo, evitamos problemas com os professores que não apresentassem disponibilidade para dispensar alguns alunos e desviamos a presença de estudantes que não tivessem interesse em participar da pesquisa. Ao mesmo tempo, fugimos de uma visão vertical que poderia ser tomada por parte dos estudantes em relação à nossa condição de pesquisadora, esperando com isto que eles se sentissem mais à vontade para que pudessem dizer não o que pensavam que queríamos ouvir, mas o que de fato achavam, sentiam e viviam. De resto, a aleatoriedade na amostra dos dados não se constituía em garantia de que os discursos dos estudantes correspondessem a verdades.

Assim, optamos pela autoindicação dos estudantes, que se deu da forma mais simplificada possível. Em cada sala de aula indicada pelos professores ou pela coordenação, apresentamo-nos como pesquisadora, explicando de forma superficial a pesquisa, informando o tema e sua motivação. Em seguida, solicitamos que aqueles que tivessem interesse em participar de um grupo de conversa sobre a temática “violência contra a mulher”, durante o período daquela aula, levantassem a mão, evidenciando sua aceitação. Como resultado, apresentaram-se em cada sala entre 5 (cinco) e 7 (sete) estudantes. A partir daí, eles eram encaminhados a um ambiente mais acolhedor, indicado pela equipe gestora ou pelos próprios estudantes, para que pudessemos conversar sem interrupção.

Ao longo do processo de pesquisa, houve muito questionamento acerca da neutralidade dos estudantes em participar desta investigação, no sentido de se esse procedimento metodológico não direcionaria ou influenciaria seus resultados. No entanto, ao reavaliar a técnica e a metodologia empregadas, reforçamos nossas certezas quanto à natureza de uma pesquisa qualitativa e de seu campo investigativo. Diferente de um levantamento quantitativo, a investigação qualitativa não é, em tempo algum, composta por números, por quantidades de amostragem ou por porcentagens disso ou daquilo (a despeito de que esses elementos também possam constar em pesquisas qualitativas).

O que encerra uma pesquisa qualitativa é a saturação dos dados. Isto é, quando já não mais ocorrem dados novos, para de fazer sentido que o pesquisador continue a ampliar a

amostra, uma vez que não é uma porcentagem ou um número o que se busca obter. Portanto, compreendemos que não seria a autoindicação dos estudantes que poderia distorcer os resultados investigativos. De fato, o que poderia fazê-lo seria a não diversidade das perguntas e a ausência de espontaneidade das respostas. Assim, foram elencados alguns elementos de diversidade pelos quais balizamos nossa postura investigativa, como: a dessemelhança entre as escolas, o que nos possibilitou captar o perfil de diversos estudantes; o paralelismo de gênero, o que nos permitiu ouvir tanto meninos quanto meninas e; a existência de díspares perfis de estudantes, para que não dialogássemos apenas com aqueles que diriam aquilo que eles imaginavam que queríamos ouvir. Na intenção de buscar respostas distintas, em algumas salas nas quais muitos estudantes se disponibilizaram a participar dos grupos, solicitamos ao professor da turma que ele selecionasse os estudantes de acordo com alguns estereótipos construídos como os “mais bagunceiros” ou os “mais religiosos”.

A autoindicação dos alunos para participar da averiguação não se deu necessariamente por identificação com a temática, por determinada opinião ou por mais conhecimento sobre o tema. Assim, este critério de escolha dos depoentes não teria como alterar os resultados da pesquisa. Tendo em vista a enorme diversidade de respostas obtidas nos grupos focais, observamos que a motivação dos estudantes em participar da pesquisa não era necessariamente a vontade de participar da pesquisa em si, mas a simples vontade de sair de sala. Apesar de não haver a aleatoriedade na escolha dos estudantes, como inicialmente planejado, os resultados demonstraram que diversos perfis de estudantes, com crenças e opiniões distintas, participaram dos grupos focais.

Do mesmo modo que é impossível separar um prédio de um bairro e este da cidade (VELHO, 2013), não é possível isolar a fala dos estudantes de suas histórias e de suas trajetórias. Corroborando essa assertiva, foi-nos possível interpretar o sentido das falas dos participantes da pesquisa, na tentativa de entender o mundo do interlocutor e como ele compõe o campo em suas sutilezas e significados. Por meio dos grupos focais e dos diálogos informais entre os sujeitos envolvidos, buscamos compreender certas adesões irracionais a alguns discursos e a coexistência de valores muitas vezes diametralmente opostos, como é marca da sociedade moderna. Buscamos também entender as falas dos interlocutores e as contradições em suas representações, como é o caso da representação do feminino, pois, em um mesmo depoimento, o estudante pode tratar a mulher como “santa” ou “merecedora de

violência”¹⁰, diferenciando a mulher que é “divina”, “livre de pecado” e “mãe” das mulheres “suja”, que “fazem por onde”.

2.2 Do universo pesquisado

De acordo com os objetivos metodológicos tracejados e executados, realizamos três grupos focais por escola, cada um composto de cinco a sete estudantes, abrangendo diferentes turmas de estudantes matriculados do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, com idades entre 14 e 18 anos. Como critério, buscamos a participação dos alunos nos grupos focais em respeito às suas condições de homens e mulheres, sempre em quantidades aproximadas. No que concerne à escolha das escolas, buscamos a diversificação social dos participantes dos grupos, com base na natureza da instituição: se regular, integral ou profissionalizante, e se pública ou privada. Também levamos em consideração a localização na cidade de Fortaleza-CE. Dada a dificuldade de penetração nas escolas particulares, a pesquisa se concentrou nas 5 (cinco) instituições públicas¹¹ listadas abaixo, nas quais se realizaram os grupos focais:

- E1 – Escola Estadual de Ensino Médio regular, edificada no bairro Centro;
- E2 – Escola Estadual de Ensino Médio regular, situada no bairro Antônio Bezerra;
- E3 – Escola Estadual de Ensino Médio Integral, localizada no bairro Montese;
- E4 – Escola Estadual de Ensino Médio regular, fixada no bairro Serrinha;
- E5 – Escola Estadual de Ensino Profissionalizante, erguida no bairro Messejana.

Convém afirmar que procuramos estabelecer um diálogo com algumas escolas particulares, sendo 2 (duas) de grande porte, consideradas como algumas das principais escolas da cidade de Fortaleza-CE, e 4 (quatro) instituições particulares de pequeno porte, localizadas na periferia e no centro da cidade, perfazendo um total de 6 (seis) instituições. No entanto, não nos foi permitida a entrada em nenhuma das grandes unidades, sob a justificativa de que seria atrapalhado o andamento do cotidiano escolar. Em duas delas, não foi possível sequer falar diretamente com a coordenação, o que inviabilizou a realização da pesquisa nesses espaços antes mesmo que houvesse um contato direto com a equipe gestora.

Em uma das escolas de pequeno porte, houve inicialmente o interesse na realização da investigação. No entanto, após ser detalhado o tema da pesquisa, a postura

10 As categorias “santa” e “pecadora” são reproduzidas e construídas, por meio da fala dos estudantes.

11 As identidades das Escolas foram preservadas por entendermos que elas não são necessárias para o desenlace desta pesquisa.

tomada pela escola foi outra, encerrando rapidamente a interlocução. Assim, na maioria das escolas particulares, não foi possível minimamente dialogar acerca do tema investigativo, havendo uma barreira *a priori* com qualquer atividade que não dissesse respeito ao currículo disciplinar da escola. Como resultado deste esforço investigativo, constatamos a falta de interesse das escolas particulares em dialogar sobre o tema, uma vez que rapidamente se encerraram as interlocuções, sendo-nos negada a entrada nas escolas. Atestamos, assim, que elas não têm interesse em manter diálogo com a comunidade científica no sentido de ampliar junto aos alunos os vários debates que circulam socialmente e que são objetos de pesquisas acadêmicas.

Reconhecendo, portanto, as limitações da pesquisa, iniciamos os grupos focais apenas nos espaços das escolas públicas, que, ao contrário das escolas particulares, abriram-nos suas portas para a realização da pesquisa. A ponte que permitiu este diálogo foi construída com o auxílio e a colaboração de professores e de gestores de escolas estaduais, que desde o princípio demonstraram-se inteiramente disponíveis e solícitos para acompanhar a pesquisa, evidenciando o completo interesse na elucidação do tema “violência contra a mulher” dentro do ambiente escolar.

Para sistematizar os dados, elaboramos uma amostra por escola envolvendo os 15 (quinze) grupos focais realizados. Assim, consoante a tabela que segue, foram constituídos 10 (Dez) grupos mistos, 3 (três) femininos e 2 (dois) masculinos (Tabela 1):

Tabela 1: Grupos focais realizados nas escolas

Escolas	Mistos	Fe mininos	Mas culinos	Total
E1	2	1	0	3
E2	2	1	0	3
E3	2	0	1	3
E4	2	0	1	3
E5	2	1	0	3
Total	10	3	2	15

Fonte: autoria própria

Com relação à quantidade dos declarantes que participaram dos grupos focais, eles totalizam 91 (noventa e um) estudantes, sendo 50 (cinquenta) mulheres e 41 (quarenta e um) homens, demonstrando um certo equilíbrio, no que tange à representação de cada gênero nos grupos. Essa distribuição se mostrou fundamental para que melhor pudéssemos analisar os discursos dos e das participantes acerca da “violência contra a mulher”. Esses dados estão ilustrados na Tabela 2:

Tabela 2: Participação dos estudantes nos grupos focais conforme o sexo

Escola	Homens	Mulheres	Total
E1	7	12	19
E2	7	9	16
E3	12	6	18
E4	11	9	20
E5	4	14	18
Total	41	50	91

Fonte: autoria própria

Atendendo a diferentes interesses da pesquisa, os quais serão explicitados ao longo da presente exposição, o roteiro de entrevista que guiou os grupos focais foi constituído de 5 (cinco) questões, conforme se pode ver a seguir:

- 1) O que você entende por violência contra a mulher?
- 2) Você sente que a violência contra a mulher é algo próximo a você?
- 3) O que você acha que leva um homem a agredir uma mulher?
- 4) O que você entende da Lei Maria da Penha?
- 5) A sua escola trabalha esta temática através de alguma disciplina ou de algum projeto curricular ou extracurricular?

A primeira questão busca obter respostas bem gerais e representa basicamente a pergunta de partida dos grupos focais. A segunda nos diz mais sobre a incidência da violência e a proximidade dos estudantes com ela. Sobre a questão seguinte, é importante suscitar que

não há justificativas para os atos de violência, embora muitas vezes elas fossem a base das respostas dos estudantes. Por meio desse questionamento, buscamos observar a compreensão deles sobre as motivações para violência de gênero e a influência de fatores externos para que ela aconteça.

A quarta pergunta foge um pouco desta linha de raciocínio e procura saber se os estudantes compreendem o mais importante mecanismo legal de defesa e proteção das mulheres contra as violências sobre elas praticadas por homens. Por fim, a última questão objetiva investigar o papel da escola e sua influência no combate à violência contra a mulher.

Por intermédio dessas cinco questões, foi possível adentrar na vida dos interlocutores em dimensões maiores do que as esperadas. Obtivemos dados não apenas sobre suas visões e entendimentos sobre o tema, mas também acerca de suas próprias vidas e da forma como dimensionam a violência em seu cotidiano e como se relacionam com ela. Essas informações complexificaram os dados coletados e suas análises.

É válido pontuar que Iasi (2006), ao estudar a formação da consciência de classe, parte da inquietação sobre como se rebelam os indivíduos moldados à conformidade. Esta pesquisa funciona do mesmo modo, observando a movimentação, as observâncias e rebeldias dos e das jovens e passando por uma análise sobre a consciência e as marcas da força de uma ideologia supostamente feminina que “[...] as institui como apolíticas, passivas e submissas...” (CISNE 2014 p. 15).

A força da alienação e da dominação ideológica forja um discurso que nem sempre é representado como o desejado pelos atores. Partindo desse pressuposto, a dinâmica de rebeldia e de conformidade é a base desta pesquisa. A pergunta de partida que a movimenta, diferente de Cisne (2014) e Iasi (2006), não diz respeito à consciência de classe, mas à consciência voltada para a percepção acerca da violência contra a mulher, entendendo que esta percepção e os discursos envolvem os processos coletivos de formação de consciência, podendo ser voltados para a transformação ou para a manutenção da ordem social e política. Desse modo, comendo a dimensão histórica dos que travam a luta do gênero como fenômeno histórico.

3 DEMOCRACIA NO BRASIL, JUVENTUDE E (DES)IGUALDADE DE GÊNERO

Do ponto de vista histórico, esta Dissertação se desenha também por intermédio do estudo da política brasileira na presente década. Retornamos um pouco no tempo para compreendermos as mudanças no cenário político e suas influências no contexto da (des)igualdade de gênero e das percepções juvenis. Esse resgate possibilitou-nos fazer uma apreciação discursiva e uma reflexão sobre a representação do padrão feminino, contextualizando-o com base na análise das mudanças conjunturais nacional e internacional.

Nos dias de hoje, a juventude apresenta uma íntima relação com o espaço e o tempo presentes, o aqui e o agora. O tempo está acelerado, tudo muda muito rápido e a vida se apresenta como efêmera. Por isso, ele se constitui como parte relevante de dilemas e conflitos dos jovens e funcionou, para esta pesquisa, como uma chave-analítica para que pudéssemos traduzir a sociedade e seus códigos. Com a revolução industrial, o tempo parou de ser medido exclusivamente pelo viés biológico: o dia e a noite, as estações do ano... Ele passou a ser o tempo da máquina e do relógio... Hoje, em meio à era pós-industrial, caminhamos rumo à inalcançável velocidade das tecnologias da informação e da comunicação: agora estamos sob o domínio do computador e do celular. Assim, a contração do tempo e o ciberespaço tornaram-se partes constitutivas das identidades juvenis (PAIS, 1990).

É na adolescência que começamos a tomar consciência de nosso ser individual e social. Neste momento, damos um salto, elevando-nos de uma condição “biológica” para uma cultural. É quando analisamos os valores socialmente aprendidos na família e os verificamos na prática. Essa análise de valores e comportamentos constitui-se em elemento necessário para o estudo da sociedade.

Nos grupos focais realizados, os depoentes afirmaram que a rede mundial de computadores lhes permitiu o acesso a uma maior quantidade de informações e que estas podem contribuir para que as mulheres superem a violência de gênero. Eles deixam nítido em suas falas que a velocidade das informações conforma um agente de efeito positivo para mudanças sociais, avançando no combate à violência contra a mulher:

Tem a questão da informação, porque hoje em dia tem muita informação, então não tem mais como as mulheres ficarem ocultadas em um canto, não tem como as pessoas reprimir elas mais, entendeu (sic.)? Como a informação tá em todo canto, na internet, ficou mais fácil elas saberem o direito que elas têm. O que elas podem fazer e o que elas devem fazer caso ocorra alguma violência contra elas. (Murilo)¹²

12 Todas as transcrições, presentes ao longo da Dissertação, mantiveram as marcas de oralidade e as inadequações, do ponto de vista da gramática normativa, como forma de tornar os depoimentos mais fidedignos.

A educação é meio que algo evolutivo, porque a gente sempre aprende, então gerações futuras vão saber mais que a gente, vão ter mais informação. (Enzo)

Eu creio que a gente deveria pensar mais agora no nosso presente para depois pensar no nosso futuro. Eu creio que, se a gente mudar agora o que tá acontecendo, é quase certeza que na geração futura não vai mais acontecer essa tal violência. Temos que mudar as coisas de agora, porque querendo ou não é a partir da crença que começa essas coisas... Vai começando o machismo. E se eu aprendi que isso é errado, então eu não vou passar isso pros meus filhos. Então o presente é a chave: o passado a gente esquece e vai mudando o presente. (Nícolas)

Neste breve diálogo realizado no grupo focal misto, em uma escola erguida no bairro Messejana, Murilo, Enzo e Nícolas nos dão pistas da importância de se pensar sobre os últimos dez anos (2010-2019), para que seja possível reverter o quadro de violência contra a mulher. Eles afirmaram que “a informação está em todo canto”, que “as gerações futuras vão saber mais que a gente” e que devemos “mudar o presente”.

Diante disso, é possível entender que, neste espaço de tempo, se forjaram as opiniões, falas e compreensões dos jovens interlocutores da pesquisa. As categorias temporais a que se referem os estudantes são vagas. O que compreenderia o passado e o presente em suas percepções? A nosso ver, o presente a que se referem é o agora, enquanto o espaço mencionado é o da World Wide Web (WWW). Suas referências imediatas estão encerradas nos espaços e tempos presentes. As possibilidades de alterá-las são apresentadas de forma instantânea, sem levar em conta a historicidade de cada espaço de tempo. Qual marco temporal balizam suas falas? Como traduzi-las sem pensar seu tempo histórico?

As difusas falas dos estudantes sobre o tempo e o espaço presentes obrigam-nos a recuperar o traçado histórico de 2010 até o tempo presente, passando pela análise do chamado Golpe de 2016, pela eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro no ano de 2018 (2019-?) e pela análise do momento político atual. Esse recobrimento faz-se necessário uma vez que serve de pano de fundo para as análises empreendidas sobre as representações acerca da violência contra a mulher. Nos depoimentos dos estudantes, foram feitas alusões ao fortalecimento de grupos cujas concepções políticas são fortemente patriarcais. Esse crescimento ocorre ao mesmo tempo em que se dá o aumento da disputa política feminista pela hegemonia da sociedade.

Todos esses estudantes nasceram no presente século. Nenhum acompanhou de modo mais efetivo as transformações sociais ocorridas nos recentes governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva¹³ (2003 – 2011) e Dilma Vana Rousseff (2011 – 2016). Até o ano de

13 Luiz Inácio Lula da Silva foi metalúrgico e sindicalista, organizador das grandes greves do ABC Paulista – composto pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul – no final da

2016, quando da realização da pesquisa de campo, a única referência de governo/governança que eles conheciam era a do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, suas percepções políticas estavam intimamente ligadas às visões construídas sobre estes governos. Ao mesmo tempo em que falaram sobre o acesso às informações vividas neste período e a velocidade delas, ignoraram a importância do processo histórico que os trouxe até aqui.

Na cena brasileira, a conjuntura pré e pós golpe datado do ano de 2016¹⁴ (LOWY, 2016) dá um looping, alterando de cima a baixo a política de gênero dentro do país, por intermédio dos discursos políticos e das políticas de Estado. Este é um novo tipo de ruptura política, que surge sob uma “roupagem democrática”, em que a presidente eleita foi derrubada por uma leitura flexível da Constituição Federal, por meio de diversas artimanhas jurídicas apoiadas pelo parlamento e pelo poder judiciário (JINKINGS, 2016). Esse golpe e a eleição do presidente Bolsonaro fazem parte de um retrocesso conservador que avança tanto na América Latina quanto mundo afora. Para refazer o caminho que leva a este momento, discorreremos sobre a crise da democracia no país, refletimos sobre política internacional e refletimos a respeito da crise econômica mundial.

3.1 Crise econômica, política, e o caminho para o golpe: onde ficam as mulheres?

A América Latina, desde a década de 1980, vive os reflexos do Consenso de Washington: uma agenda, a ser seguida pelos países periféricos e devedores para se “inserir no capitalismo”, que prevê medidas como privatização de estatais, abertura do capital, pagamento da dívida externa e realização de mudanças nos modelos educacionais – já que o mundo do trabalho e os artificios da reestruturação produtiva são indissociáveis dos processos educacionais (WORLD BANK, 1995; LEHER, 1999).

O Brasil inicia sua agenda de ajustes a essas determinações do sistema do capital de maneira tardia, na década de 1990, após a reabertura democrática, o que se consolida com o “momento Real”¹⁵, nos governos dos presidentes Itamar Augusto Cautiero Franco (1992 –

ditadura militar. Membro de uma família do sertão pernambucano que migrou para São Paulo, Lula foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e foi eleito Presidente em 2002 e reeleito em 2006, encerrando seu mandato com 90% de aprovação popular.

14 “Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, ‘constitucional’, ‘institucional’, parlamentar ou o que se preferir. Mas golpe de Estado.” (LOWY, 2016)

15 A expressão “momento Real” se refere ao Brasil, no percurso do ajuste da era Cardoso, iniciada por Itamar, cujo marco histórico é o Plano Real.

1995)¹⁶ e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003).¹⁷ Eles fortalecem a agenda de Washington, inserindo o Brasil de forma periférica e subordinada às grandes nações imperialistas, coadunando com a desindustrialização do país e fortalecendo o mercado de commodities. Esse caminho também foi trilhado por seu sucessor, Lula, que disseminou, por exemplo, o agronegócio.

Ao preservar a política econômica de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu se aproveitar da desvalorização do câmbio, ocorrida no ano 2002, que decresceu a inflação e deu força para as políticas de distribuição de renda e efetividade a elas, marca de seus dois mandatos (PAIVA, 2014). A época dos governos Lula (2003 a 2010) foi marcada por uma política que se refletiu em quase toda a América Latina: a constituição de governos de esquerda progressistas, mas que não fugiam aos ditames do capital, seguindo à risca a Agenda de Washington sem fazer reformas estruturais, se submetendo ao rentismo neo-extrativista (CARVALHO; GUERRA, 2016), não havendo nenhuma tentativa de superação da dependência de matrizes energética fósseis.

Neste contexto contraditório, foi possível um grande avanço nas políticas voltadas para a igualdade de gênero, como é o caso do projeto Minha Casa Minha Vida, consignado na Lei nº 11.977 (BRASIL, 2009), datada de 07 de julho de 2009, e do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004), disposto na Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que trouxeram benefícios diretos e indiretos às mulheres. Essas duas medidas conferiram a elas mais autonomia. A primeira, ao registrar o imóvel em seus nomes e a segunda, por lhes possibilitar uma renda fixa. Em um país no qual até pouco tempo mulheres não poderiam ter sequer um Cadastro de Pessoa Física (CPF)¹⁸, tirá-las da situação de dependência financeira em que viviam era abrir espaço para a autonomia feminina.

Também no governo Lula, foi instituída a Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM), desvinculando a Secretaria de Estado dos Direitos das Mulheres do Ministério da Justiça, o que deu caráter ministerial a esse órgão. Importa também ressaltar a aprovação da Lei Maria da Penha no ano de 2006, um projeto inovador voltado ao combate à

16 Itamar Franco foi eleito vice-presidente da República em 1989 e tornou-se presidente, entre os anos de 1992 e 1995, após o impeachment de Fernando Collor de Melo (1990 – 1992).

17 Fernando Henrique Cardoso é sociólogo e cientista político, fundador do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Foi ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda durante o governo de Itamar Franco, tornando-se seu sucessor, sendo eleito em 1995 e reeleito em 1999 como presidente da República.

18 Até 1962, com o surgimento do Estatuto da Mulher Casada, as mulheres eram tuteladas inteiramente por seus pais e maridos. Apenas após este marco elas perdem o status de sujeitos civilmente incapazes. Assim, foi regulamentado o livre exercício de suas profissões, permitindo-lhes ter uma carreira independente do cônjuge. Também lhes foi autorizada a administração autônoma dos bens, heranças e legados, os quais até então seriam apenas direito e responsabilidade do cônjuge varão

violência doméstica, criando medidas protetivas diferenciadas para as mulheres e punitivas para os seus agressores.

A despeito da importância dessas iniciativas governamentais, que instituíram instrumentos de proteção ou de garantia de direitos para as mulheres, os depoentes desta pesquisa não mostraram conhecimentos sobre a existência delas e muito menos as identificaram como políticas voltadas para mulheres, posto que eles não as mencionaram, evidenciando desconhecimento sobre as efetivas mudanças sociopolíticas ocorridas neste período. Ressalve-se como exceção a lei Maria da Penha.

Cabe destacar que, em muitas ocasiões, os estudantes enveredaram em debates políticos, posicionando-se de diferentes formas sobre questões que dizem respeito, direta ou indiretamente, ao combate à violência contra a mulher. Porém, a visão negativa da política institucional constituiu uma confluência entre todos os discursos dos estudantes. Para eles, o estado e seus diferentes governos são vistos de modo semelhante a agentes que não executam suas obrigações na defesa da cidadania. Em suas concepções, esses entes públicos, contrariamente, contribuem para desagregar a sociedade. Paradoxalmente, em muitos momentos, os depoentes reforçaram a violência e a opressão marcada pelo gênero como uma questão de ordem política e social. Esse é o caso de Eduarda, quando questiona um ditado popular que diz: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Para ela, a violência contra a mulher é um problema de ordem social:

Isso não é um problema de marido e mulher, é um problema do país. Nosso país sofre muito com esse problema, é um problema social. Então tem muita gente que acha que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Só que não é briga de marido e mulher, é uma briga inteira que mexe contigo. (Eduarda)

Eduarda nos dá o mote para se pensar a violência e a opressão das mulheres por um viés político, apontando que essas não são questões individuais, mas que constituem problemas que afetam todo o país. Ao negar o ditado, a adolescente confronta a ideia da supremacia do homem sobre a mulher ao mesmo tempo em que afirma a questão da violência como uma questão de ordem pública.

Nos anos de 2007 e 2008, irrompeu uma crise da bolsa de valores dos Estados Unidos, que abalou o capital financeiro,¹⁹ e se espalhou pelo mundo. No Brasil, a crise emerge no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016). A despeito dessa crise, ela conseguiu ampliar projetos da gestão anterior, tendo como principais beneficiárias as mulheres que

19 Capital financeiro é a soma do capital bancário com o capital produtivo. Isto é, quando o dinheiro pode se valorizar, por meio da venda de títulos e ações, sem necessariamente produzir mercadorias. Nele, o dinheiro passa a produzir mais dinheiro e o capital produtivo passa a ter valor especulativo.

foram fortalecidas nesse processo. A então presidenta também instituiu projetos voltados para a saúde da mulher mãe, como a Rede Cegonha (BRASIL, 2013)²⁰, e as leis que garantiram amparo médico e psicológico para vítimas de violência sexual. O Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013 (BRASIL, 2013a), e a Lei nº 12.845, datada de 01 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013b), dispõem sobre o atendimento integral a pessoas vítimas de violência sexual e estabelecem diretrizes para o atendimento a essas vítimas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Apesar da importância dessas políticas para a sociedade, deduzimos que essas legislações de amparo às mulheres também não são do conhecimento dos estudantes, uma vez que eles não as mencionaram em seus depoimentos.

O segundo mandato de Dilma Rousseff é repleto de contradições: a presidenta é eleita com um discurso de esquerda e aplica um projeto econômico neoliberal com pequeno recorte progressista, iniciando uma agenda política de ajustes austeros. Junto com ela, foi eleito o Congresso Nacional mais conservador desde o ano de 1964.²¹ Nele, a representatividade de mulheres deixou muito a desejar: apenas 10% (dez por cento) da Câmara de Deputados e 13% (treze por cento) do Senado Federal compunham as bancadas de mulheres. A falta de representatividade política delas também se constituiu em motivo de preocupação dos participantes dos grupos focais. É o caso de Janine, que, além de perceber a pequena participação das mulheres na política, afirma ser difícil acreditar que os homens possam propor legislações protetivas, como aquelas que se referem ao combate ao assédio sexual:

Eu também acredito que a representatividade das mulheres na política também pode abrir novos caminhos, porque, apesar de a gente ter mulheres na política, é tipo pouquíssimo. Se você for ver, sei lá, é tipo 90% de homem [...] Apesar dos homens, alguns homens os que têm consciência entenderam que a mulher tem o seu direito e ela merece o que ela conseguir. Ainda é muito relativo de você pegar a sua decisão de homem para você colocar numa mulher, na minha opinião. Para mim, tipo, se a mulher estivesse na política, talvez, muito provavelmente, melhoraria mil e uma coisas em relação a denúncias de assédio que demora muito (sic.). (Janine)

O reconhecimento da falta de representatividade política desencadeou um debate profícuo entre os estudantes. Eles tornaram patentes as suas diferenças de pensamento quanto à participação das mulheres no parlamento e à aprovação de legislações protetivas. As moças reconheceram a ausência de mulheres nos espaços de decisão como um problema. A nosso

20 A *Rede Cegonha* é uma rede de cuidados que assegura às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo, à atenção humanizada à gravidez, ao parto, ao abortamento e ao puerpério. Também garante às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

21 Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> Acesso em: 09 dez. 2018.

ver, essa percepção é procedente com a realidade, na medida em que, apesar de as mulheres ocuparem o status de sujeitos dotados de direitos, ainda são homens que legislam sobre os corpos delas.

O pensamento de Janine é corroborado por João, quando ele assinala que a presença de uma maior quantidade de homens no parlamento dificulta a aprovação de leis protetivas às mulheres:

Se tem homem que é autoritário, que acha que tem a palavra, imagine dentro do governo. Então eu acho que a mulher não ganha tanto espaço até mesmo pelo número de homens no governo. E eles se acham mais superiores mais ainda até por ser número maior. (João)

A despeito de Janine e João terem participado de diferentes grupos focais, eles chegaram a conclusões semelhantes sobre a importância da participação de mulheres em espaços de poder. A autoridade masculina que perpassa as instâncias do Estado se fortalece estando dentro do governo e se torna mais poderosa sendo maioria. O espaço público não é legado às mulheres justamente para a manutenção do status patriarcal.

Não obstante, as falas de muitos rapazes fortalecem a ideia de que “não importa para mim se o deputado é homem ou mulher, desde que faça as coisas certas” (Cairo). Mas o que são as coisas certas? Eles acreditam entender o que são o certo e o errado no que diz respeito aos direitos femininos. Não seria a falta de mulheres nos espaços de decisões também a negação de um direito feminino? Janine afirma que, se as mulheres ocupassem a política, poderiam melhorar “mil e uma coisas”. Em sua análise, ela ressalta a importância da tomada de decisão pelas mulheres e questiona como homens podem deliberar sobre as vidas delas, sem as suas presenças?

A descrença na política tradicional foi também um ponto marcante na fala dos jovens, um discurso que se repetiu em quase todos os grupos focais, mesmo que nenhuma das perguntas do roteiro direcionasse a conversação para tal questão. O ceticismo com a política, que parece signo desta geração, passa também por diversos setores do Estado. Em distintas situações, os interlocutores demonstraram profunda falta de convicção na atuação dos poderes públicos em suas três instâncias: Executivo, Legislativo e Judiciário. Eles também não acreditam na polícia e nem na sua intervenção para evitar violências contra as mulheres, como se pode perceber pelos seguintes depoimentos:

O Brasil, professora, é um país bom, as pessoas não sabem investir. As pessoas deviam investir mais em educação, mas cadê isso? Eu não sei nem se, com essas eleições que vão vir agora, mudam um pouco. (Robério)

Não muda. Se em tanto tempo não mudou... (Fernando)

É assim que é o governo, quando chega tal época, ele chega e impressiona. Ele tá dando curso, ele tá dando educação boa, tá fazendo hospital, tá fazendo escola, tá fazendo areninha, porque muito jovem gosta de jogar. Tá fazendo de tudo, pista nossa. Nos interiores tá lindo. Tudo lindo. Cheguei no interior,... o posto tudo lindo, tudo de vidro, lindo, lindo, lindo. Mas isso é uma maquiagem, daqui a pouco, isso passa e aí a gente vai estar se arrependendo. Mas quem é que botou as pessoas lá? Quem mais reclama é quem vota nos candidatos? Ou seja, é você que está levando o Brasil pra pior. (Fernando)

(A polícia) Pelo menos no Brasil não serve de nada. Porque pode ter a polícia numa esquina e o casal brigando na outra e o policial fica assim “– Ói, tão brigando ali. Olha, vai bater nela. Olha, bateu”. (Daniela)

Polícia não tem lei aqui. (Júnior)

A recorrência de falas negativas sobre a política levou-nos a crer que esse tipo de pensamento compreende uma visão comum desta geração. Nesse trecho de conversa no grupo focal envolvendo, entre outros, Daniela, Robério, Fernando e Júnior, eles afirmam a descrença na política e na atuação da polícia: “é que no Brasil a lei não se aplica à polícia.” Ao mesmo tempo, classificam o Brasil como um lugar bom, mas que propositalmente não investe de maneira correta, para modificar a situação de modo que ela permaneça estagnada. Neste momento de efervescência política, o qual todos os jovens estão vivenciando, a disputa ideológica pelos rumos nacionais está impregnada nos discursos dos estudantes que, por um lado, apontam críticas às instituições e ao seu funcionamento e, por outro, apresentam soluções rudimentares a questões complexas.

A postura crítica às estruturas de poder demonstra a intencionalidade de mudança desta geração. Ela está a todo momento nas redes sociais, produzindo e absorvendo novos conteúdos, construindo coletivamente enunciados que pregam um afastamento da política, mas que têm o conteúdo impregnado com percepções políticas e categorias sociais construídas nos últimos anos.

Eu acredito que a geração futura vai ter mais chance de melhorar do que a que a gente tem. Porque a gente hoje em dia já tem mais a certeza de que a gente pode se empoderar e tentar mudar. Mas eu acho que as pessoas futuras vão saber ter uma educação melhor do que as de hoje que vai ajudar elas (sic.) a se empoderar mais. Porque vai em questão disso, né? [...] Pelo que eu vejo das pessoas que eu conheço da escola, pelo que eu vejo da nossa sala e de outras salas, em comparação com antigamente, as pessoas têm muito mais mente aberta, assim sabe, na idade que a gente tem. Como o Nicolás falou, é uma nova geração, então a gente tem uma noção maior do que as pessoas antigas. E é tanto que, se você for falar com pessoas mais antigas, elas nem vão entender o que a gente fala hoje em dia, esse negócio de mente aberta, de violência contra mulheres. E eu considero que aqui tem uma grande representação feminina. (Marina)

As noções “mente aberta” e “mente fechada” também são fundamentais para entendermos as falas dos estudantes. A primeira, na maioria das vezes, é empregada quando eles se referem à sua geração, que é mais próxima das mídias digitais e tem acesso a mais informações. Já a segunda é usada quando fazem alusão à geração de seus pais e avós, que não apresentam a mesma familiaridade com as tecnologias da informação e da comunicação.

Expressões como “empoderamento” ou “mente aberta” e “mente fechada” representam mudanças políticas recentes. O crescimento dos discursos feministas e LGBTTT fomentaram discussões sobre empoderamento que ecoaram nos grupos focais. Marina diz que sua geração tem a “mente aberta”, ou seja, aceita coisas que antes não eram bem vistas, fugindo de determinadas normas de gênero, raça ou de orientação sexual, diferente das gerações anteriores que tinham a “mente fechada”, quando tais temas eram um tabu.

Todavia, é um momento também caracterizado pelo “avanço conservador, com emergência de novas direitas, a expressarem o ódio de classe, sem pudor e limites; marcha da intolerância em nível mundial; retorno, com força, do neoliberalismo” (CARVALHO e GUERRA, 2016, p.42). Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se fortaleciam os discursos feministas, fomentados pelas redes sociais, crescia também a influência de grupos reacionários, patriarcais, racistas e lgbttfóbicos.

Segundo Lowy (2015), o Brasil e a Europa têm vivido uma enorme ascensão eleitoral das forças de extrema-direita, racistas, xenóforas, fascistas e/ou semifascistas. Vive-se, portanto, uma situação que, apesar da influência da crise econômica mundial, não pode ser explicada apenas por esse fator. Este momento de crescimento da direita conservadora, facilitado no Brasil por um discurso manipulado e demagógico sobre corrupção, foi subestimado pelas esquerdas, alcançando parcelas significativas da sociedade, posto que as “[...] ideias da extrema-direita, contaminaram uma parte significativa não só da pequena burguesia e dos desempregados, mas também da classe trabalhadora e da juventude.” (LOWY, 2015)

Nessa conjuntura, é perceptível também o fortalecimento do discurso misógino que se capilarizou por intermédio dos discursos da chamada “nova direita”. Profundamente influenciado pela internet e pelas redes sociais, o discurso conservador, machista e misógino ganha eco em amplas parcelas da sociedade. A velocidade com que as informações circulam independe da veracidade de seus fatos e da sua dimensão ética. As redes sociais aceleraram a marcha da direita que, no Brasil, descambou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff sob a justificativa de pedaladas fiscais. Em verdade, sua deposição foi motivada por interesses de dois fatores sociais: a natureza conservadora da classe política e os interesses econômicos

do setor financeiro internacional. Essas forças se voltam contra os interesses das classes trabalhadoras e dos movimentos negros, feministas e LGBT, entre outros:

Hoje, no Brasil, nas redes e nas ruas se proliferam discursos e manifestações de ódio e ataques coordenados [...]. Em seus ataques, parcelas autoritárias e despolitizadas miram grupos sociais organizados cujos direitos foram negados ao longo da história e que, nos governos petistas de Lula e Dilma, foram beneficiados com algumas políticas públicas. População negra, LGBT, mulheres feministas, ativistas em defesa dos direitos humanos e sem-terra são os principais alvos. (OLIVEIRA, 2016, p. 42)

Assim, podemos afirmar que a história do Golpe de 2016 é também a história do fortalecimento do preconceito e da misoginia, dando legitimidade para que o que há de mais reacionário em nossa sociedade saia de seus porões (ARONOVICH, 2016).

É válido lembrar que o Golpe brasileiro não foi o primeiro, neste mesmo estilo: houve golpes em Honduras²², promovido pela corte suprema, e no Paraguai²³, onde o presidente eleito foi deposto pelo senado, o que mostra que, em tempos de crise, a democracia já não está mais nas prioridades da agenda do capital. Hoje, está em curso mais um golpe, desta feita na Venezuela, conduzido pelo designado Grupo de Lima.²⁴

Vale ressaltar, portanto, a influência das mídias digitais na formação não só da percepção dos meninos e meninas que participaram da desta pesquisa, mas também do próprio cenário político brasileiro. Apesar de os discursos que afirmam desinteresse por política (que foram muitos), muitos dos depoentes construíram afirmações políticas profundamente influenciadas pela internet e pelas redes sociais. Opiniões que os próprios estudantes afirmavam ter visto em grupos online ou em redes sociais.

Daniela, por exemplo, afirmou que, durante suas pesquisas na rede mundial de computadores, se deparou com uma imagem contendo uma determinada mensagem: “– Eu encontrei uma imagem que dizia assim, que o governo não investe na educação porque a educação derruba o governo.” Tanto os estudantes que se diziam “feministas” como os apoiadores de uma ordem mais “reacionária” reconheciam a influência das mídias digitais em sua geração. Em muitos momentos, os integrantes dos grupos focais revelaram, assim como Daniela, opiniões que foram introjetadas por meio de conteúdos veiculados nas redes de

22 Em 2009, o presidente eleito Manuel Zelaya foi deposto em um golpe muito semelhante ao ocorrido aqui no Brasil, arquitetado dentro das instituições e mantido pelo exército. O então presidente foi exilado de seu país, sendo enviado às pressas em um avião para a Costa Rica, tendo passado ainda algum tempo escondido no Brasil. A recente eleição do país pode consolidar em Honduras um estado policial que vem sendo gestado desde 2009.

23 Em 2012, o Congresso Nacional Paraguaio votou em menos de 48 horas um impeachment relâmpago para Fernando Lugo.

24 O Grupo de Lima compreende uma associação de países das Américas, formada em 8 de agosto de 2017, na capital do Peru, Lima, com o objetivo declarado de intervir na Venezuela e derrubar seu presidente Nicolas Maduro.

informação e de comunicação. Se na Web há muitas informações, faz-se necessário transformá-las em reflexão.

Tornando por base a questão da desigualdade de gênero na política, nem mesmo a presença de uma mulher no cargo político mais alto do país fez com que as políticas de mulheres se tornassem prioridades absolutas. A todo tempo foi cedido espaço aos interesses do campo mais conservador do Congresso Nacional, não possibilitando o avanço de nenhuma política profunda que modificasse a realidade das relações de vida e de trabalho femininas.

Assim, percebemos que, sob o governo Dilma Rousseff, não houve avanços profundos e significativos nas políticas de gênero, ficando ao largo da agenda central da dirigente do país. Já em relação à presidência de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016 – 2019), o retrocesso compôs a base central da agenda. O mesmo Congresso conservador a quem Dilma deu a mão terminou por lhe virar as costas, fortalecendo o Golpe. Com a eleição de Jair Bolsonaro à presidente da República, os ataques à vida e à dignidade das mulheres passam a orbitar em todas as esferas.

O golpe, que foi fortalecido pelo machismo e pela misoginia que existem no seio da nossa sociedade, se retroalimenta pela disseminação de preconceitos. Ele se apropria do machismo e do patriarcado e se fortalece por meio deles. Se isto não bastasse, ele também dá voz àqueles que propagam o ódio às mulheres, fortalecendo o poder desta opressão. Exemplo disso é o crescimento da popularidade de figuras como Jair Bolsonaro, que, apesar de afirmar que mulheres devem receber menos do que homens pelo fato de engravidarem e de ter uma acusação por apologia ao estupro, foi eleito presidente em 2018. Outro forte exemplo do fortalecimento da misógina e dos discursos que a propagam em nossa sociedade é o crescimento da bancada evangélica no Congresso Nacional e a força com que ela ataca os direitos das mulheres e dos LGBTTs.

O atual embate conservador contra as conquistas e a visibilidade de movimentos de minorias parece constituir hoje um dos principais obstáculos para a garantia dos direitos fundamentais de uma série de sujeitos. O foco na moral sexual da agenda conservadora tem tomado como alvo especialmente os direitos relacionados à equidade de gênero e à diversidade sexual e de gênero. Por um lado, decorrente da crescente pluralidade religiosa do Brasil e de uma diversidade de visões e interpretações da laicidade do Estado, atores cristãos têm conseguido uma expressiva representação pública. (FACCHINI E SÍVORI, 2017, p. 6)

Desse modo, assim como tornou-se relevante falar sobre a escalada do fascismo no século XX, é imperativo se falar hoje do ódio crescente em nossa sociedade. Ele tem sido fortemente repercutido nos discursos que ferem direta e profundamente o direito de

grupos inteiros: “[...] falar em ‘crime de ódio’ significa falar de alguns crimes que encerram não apenas a violação do direito de uma pessoa, mas o de indiscriminado número de pessoas, porque seu fundamento é aplicado a qualquer pessoa.” (OLIVEIRA, p. 44). Pensando assim, buscamos caracterizar a violência contra a mulher como crime de ódio, pois a violência doméstica é marcada pela violação de mulheres em todo o Brasil, não de forma individual e particularizada, porque o fundamento disto está em seu gênero.

Com relação às políticas de Temer, foi visível o ataque aos direitos das mulheres. Seus discursos demonstraram claramente o intuito de seu governo em relegar às mulheres a um lugar de mãe e de dona de casa, pondo-as novamente na subalternidade, sob o jugo do patriarcado e do capital. Como exemplo disso, podemos observar os cortes efetuados no Programa Bolsa Família, sob a justificativa de “passar um pente fino”. Em 2016, foram cortados quase meio milhão de beneficiários desta política social²⁵, suprimindo o direito e a autonomia de muitas mulheres, posto que mais de 90% dos benefícios têm mulheres como responsáveis.

Hoje, o conjunto das classes trabalhadoras vive a ameaça de ter suprimidos seus direitos sociais, comprometendo suas condições de vida. Neste cenário, é importante chamar a atenção para o fato de que todas as medidas que atacam os direitos dos trabalhadores se voltam em especial às mulheres, já que elas ocupam os mais precários postos de trabalhos, além de perceberem uma média salarial inferior à dos homens, ainda que realizem as mesmas tarefas.²⁶

Além disso, elas ainda carregam a responsabilidade pelo trabalho doméstico, sofrendo uma dupla exploração. Assim, as medidas que vêm sendo impostas pelas elites dirigentes, como a lei da terceirização²⁷, a reforma trabalhista²⁸ e a reforma previdenciária atacam diretamente a vida das mulheres e dos jovens. São eles os mais prejudicados pelas mudanças no mundo do trabalho e pela supressão das legislações protetivas.

25 Governo cancela 469 mil cadastros do Bolsa Família: O corte representa uma economia de R\$ 2,4 bilhões ao ano para o governo. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2016/>. Acesso em: 02 de maio 2019

26 Mulheres ganham menos que os homens em todos os cargos e áreas, diz pesquisa. A diferença salarial chega a quase 53%; as profissionais ainda são minoria em cargos de gestão. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/mulheres-ganham-menos-que-os-homens-em-todos-os-cargos-e-areas-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 02 maio de 2019.

27 Projeto de Lei aprovado em 22 de março de 2017 autoriza o trabalho terceirizado para qualquer atividade, aumentando a precarização do emprego e acabando os vínculos dos trabalhadores com seu local de trabalho. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/entenda-o-projeto-de-lei-da-terceirizacao-para-todas-as-atividades.ghtml>. Acesso em: 02 de maio 2019.

28 Texto base da reforma trabalhista foi aprovado na noite de 26 de abril de 2017, depois de mais de 10 horas de discussões, rejeição de requerimentos e obstrução da oposição. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-plenario-da-cam>. Acesso em: 02 maio 2019.

3.2 Juventude e a política na presente década

Numa perspectiva epistemológica da sociologia, a noção de juventude é profundamente baseada nas correntes de pensamento funcionalista.²⁹ Ela é uma categoria de análise de transição entre a infância e a vida adulta que visa à integração dos jovens como membros da sociedade e a sua assunção aos papéis adultos, tomando para si valores e normas da sociedade, mantendo em decorrência sua coesão social. É desta forma que quase toda a ênfase da sociologia da juventude acaba recaindo sobre seus processos de socialização e suas possíveis disfunções, sendo as falhas nesse desenvolvimento o fator constituinte dos temas e preocupações sociológicos. Assim, a juventude só está presente no pensamento sociológico como um “problema” ou como “anomia”, raramente se constituindo em sujeitos de ações propositivas e interlocutoras que possam contribuir para desfazer o conflito (ABRAMOS, 1997).

No entanto, toda vez que se relaciona a questão da juventude à da cidadania, seja pelos atores políticos seja pelas instituições que formulam ações para jovens, são os “problemas” (as privações, os desvios) que são enfocados; todo debate, seminário ou publicação relacionando esses dois termos (juventude e cidadania) traz os temas da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce, da violência. As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprios e para a sociedade) e nunca, ou quase nunca, questões enunciadas por eles, mesmo porque, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos. Nesse sentido, o foco central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica dos adultos), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência. Ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca — ou quase nunca — como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos. (ABRAMOS, 1997, p. 23)

Entretanto, a partir dos governos petistas crescem as políticas públicas voltadas para a juventude, não apenas como solução de problema, mas como incentivo político ao seu protagonismo juvenil e às suas criações e proposições. Porém, mesmo com os programas voltados para o protagonismo juvenil, não foi possível mudar a realidade social da juventude. Esses programas sociais foram tragados pela crise econômica, que elevou as taxas de desemprego, em especial nas faixas da população mais jovem, dificultando as suas entradas

29 O funcionalismo nas ciências sociais é uma corrente de pensamento que busca explicar a sociedade pelas funções de suas instituições. Isto é, a sociologia funcionalista apresenta, para cada instituição, uma função essencial para o funcionamento da sociedade. A falha de alguma delas seria responsável pelo desregramento ou a quebra da organicidade social. Seu objeto de estudo corresponde às funções de cada instituição e às consequências da funcionalidade ou disfuncionalidade destas.

no mercado de trabalho e afetando-lhe diretamente a qualidade de vida e o acesso a serviços e a bens de consumo.

Numa perspectiva de autorreconhecimento, os jovens se veem e se percebem por intermédio das redes sociais. Tais espaços eletrônicos de conversação em muitos momentos funcionam como marcadores de suas identidades. Além disso, eles se consideram mais acessíveis e desanuviados às novidades que as gerações passadas, intitulando-se como uma geração de “mente aberta”. Nascidos após o ano 2000, eles não precisaram aprender a dominar os aparatos microeletrônicos, pois já nasceram em meio a computadores, celulares, tablets... O perfil deles é, portanto, profundamente ligado às novas tecnologias e adaptado à velocidade com que as informações navegam em nível mundial. No contexto desta pesquisa, percebemos que, atualmente, há uma grande heterogeneidade identitária entre os estudantes. A velocidade das informações ajuda a construir identidades muito distintas, ainda que em sua maioria ligadas às informações e orbitando o mesmo espaço social.

Está agora claro que a maneira pela qual os adolescentes constroem sua experiência é mais e mais fragmentada. Adolescentes pertencem a uma pluralidade de redes e de grupos. Entrar e sair dessas diferentes formas de participação é mais rápido e mais freqüente do que antes e a quantidade de tempo que os adolescentes investem em cada uma delas é reduzida. A quantidade de informação que eles mandam e recebem está crescendo em um ritmo sem precedentes. Os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que por sua vez são chamados a recebê-las e a respondê-las com outras mensagens. (MELUCCI, 1996, p. 9)

Logo, assim como a quantidade de tempo para a participação de jovens em rede e grupos foi reduzida, a participação política juvenil também se deu. Como discurremos amiúde, há uma forte rejeição à política tradicional, frequentemente substituída pelo “ativismo de Facebook”³⁰. Se no passado as entidades estudantis tomaram para si o papel de vanguarda na luta do movimento pelo fim da Ditadura Militar, iniciada no ano de 1964, e pela redemocratização do Brasil, hoje a juventude já não mais assume o protagonismo político. Apesar das manifestações ocorridas em 2013 nos principais centros urbanos brasileiros, sobretudo nas cidades que sediaram os jogos preparatórios da Copa do Mundo de Futebol, e das ocupações de 2015 terem sido, em sua maioria, realizadas pelos jovens, uma marca desses movimentos era a rejeição a organizações tradicionais de movimento. Nesse sentido, os

30 Há uma disputa simbólica em torno deste termo, nas quais grupos políticos fazem severas críticas a uma militância acomodada e que “não sai do sofá”. Desse modo, ela não teria eficácia na disputa política real, enquanto outros grupos fortalecem a ideia das mídias sociais como um espaço real de disputas e de propagação de ideias.

participantes de tais manifestações afirmavam-se “apartidários” ou “apolíticos”, enquanto realizavam ações inevitavelmente políticas.

De um modo geral, pode-se dizer que a “juventude” tem estado presente, tanto na opinião pública como no pensamento acadêmico, como uma categoria propícia para simbolizar os dilemas da contemporaneidade. A juventude, vista como categoria geracional que substitui a atual, aparece como retrato projetivo da sociedade. Nesse sentido, condensa as angústias, os medos assim como as esperanças, em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. (ABRAMOS, 1997, p. 22)

Os programas sociais geridos pelos governos petistas levaram a mudanças profundas nos costumes e na cultura da sociedade, ressignificando valores simbólicos que influenciam profundamente o modo de vida dos jovens. Dentre as reelaborações decorrentes desse processo, está a do pertencimento a uma nova classe média, advinda da ampliação da renda dos trabalhadores e de seu poder de consumo. Isso afetou diretamente suas vidas e influenciou suas percepções e decisões. Hoje, em meio à crise econômica, o que se percebe é a perda dessa condição social de inclusão recentemente conquistada. Por isso, esse indicador que afirmava o crescimento da classe média apontava, na realidade, para o crescimento da classe trabalhadora (que é complexa e heterogênea) em consumo, renda e escolaridade, mas não para o surgimento de uma nova classe no interior do capitalismo (CHAUÍ, 2016).

Parte da juventude, identificada com uma classe média ascendente, fortalecida pela inserção no consumo de massas e movida pelo desejo de ascender à classe dominante, reproduziu e incorporou o discurso dominante, o que por sua vez fortaleceu o autoritarismo nas relações sociais, o individualismo moral e o liberalismo econômico. Esta absorção ideológica por parte da classe trabalhadora a fez crer no individualismo econômico e na possibilidade de ascensão por “mérito próprio” dentro do capitalismo. Fez ainda com que ela, beneficiada pelos programas de distribuição de renda e crédito do governo federal, passasse a propagar um discurso que acabou por se voltar contra si.

Deste modo, a mesma garotada que foi às ruas em 2013 lutar contra a “corrupção” elegeu Jair Bolsonaro como presidente da República no ano de 2018³¹. Os resultados das urnas revelam a contradição entre o desejo de mudança e a vontade do retorno a velhos valores. Apesar das “mentes abertas”, esses jovens apoiam situações das quais discordam, na expectativa de mudanças e melhorias sociais.

Para quem nunca viveu sob um governo de direita, a direita é o “novo”. O sentimento antipolítico, que nega os valores da “política tradicional” e que é profundamente

31 No dia 28 de outubro de 2018, Bolsonaro, capitão reformado do exército, foi eleito para o cargo de Presidente da República, com 55% dos votos válidos, após seu sétimo mandato de deputado federal.

disseminado entre os jovens, favorece a capa de “apolítico” vestida por Bolsonaro, o que lhe rendeu desde o princípio alguma popularidade (apesar de ocupar cargos públicos há 30 anos). Com um grande peso de influência das mídias sociais, Bolsonaro tem a aprovação do público jovem³². Com um slogan herdado do período militar³³ e uma plataforma retrógrada, que teve como principais marcas a valorização da propriedade privada, a legalização das armas, leis mais severas e a defesa da “família tradicional brasileira”, Bolsonaro se faz passar pelo “novo”, mesmo sendo o representante da mais velha forma de se fazer política.

No Estado do Ceará, onde Bolsonaro perdeu a eleição³⁴, sua influência na juventude aparece menor, fato que ficou visível nas falas dos estudantes. Em um grupo focal misto, Pandora e Valentina argumentam sobre as (im)possibilidades de melhoras políticas para as mulheres neste governo, no qual, de acordo com as moças, a violência será mais legitimada e a presença das mulheres no governo será apenas uma quimera:

Eu acho que pelo discurso dele (presidente), acho que isso pode voltar a ser algo mais normalizado. Se o presidente já é muito machista, então acho que as políticas públicas que servem para defender a mulher já vão perder um pouco da sua... não sei qual é a palavra certa. (Valentina)

Eles vão mostrar que vão defender as mulheres e tudo, que a mulher vai ter lugar na sociedade, mas é para mostrar, para fantasiar para a sociedade, só que não é assim na realidade. (Pandora)

Parte dos grupos focais foi realizada antes das eleições presidenciais que levaram Bolsonaro ao poder. Porém, em nenhum dos grupos em que a discussão o mencionou, houve uma defesa à sua pessoa como aquele que poderia dar sequência a políticas públicas. Seu programa político sequer foi mencionado. É importante admitir a possibilidade da presença de apoiadores do presidente em alguns destes grupos focais, no entanto, se existiram, estavam tímidos e recuados em seu apoio.

Fora dos grupos focais, nos espaços de diálogo que os antecederam ou sucediam (que tinham por característica uma maior informalidade, posto que não havia direcionamento da fala dos estudantes por meio de perguntas), presenciemos muitas falas críticas no sentido de deslegitimar o atual governo e apontá-lo como inimigo dos avanços das políticas destinadas às mulheres e aos grupos LGBTQTT.

32 Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/discurso-radical-e-redes-sociais-bolsonaro-domina-eleitorado-jovem>> Acesso em: 03 de maio 2019.

33 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/brasil-acima-de-tudo-conheca-a-origem-do-slogan-de-bolsonaro-7r6utek3uk1axzyruk1fj9nas> Acesso em: 12 de maio 2019.

34 Nas eleições presidenciais ocorridas em 2019, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), obteve 3.407.526 votos, correspondendo a um percentual de 71,11%, enquanto Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) alcançou 1.384.591 de votos, compreendendo 28,89% do eleitorado.

Houve, no segundo semestre de 2018, uma enorme disputa política entre os apoiadores do atual presidente e os movimentos de mulheres, trazendo para o centro do debate as questões de gênero e de igualdade. O gênero e a sexualidade, no Brasil e na América Latina, se tornaram neste último período não apenas dimensões centrais da vida social, mas também importantes arenas de disputa política. Por um lado, há a visibilidade dos sujeitos políticos e de suas lutas por reconhecimento e por direitos, e por outro, a força do crescimento dos setores conservadores, o que põe essa pauta no olho do redemoinho (FACCHINI E SÍVORI, 2017).

Eu acho que tá muito presente na sociedade hoje em dia [a violência contra a mulher]. Como alguém falou que eu não sei quem foi, tá surgindo uma onda de mulheres que tão querendo lutar por elas e eu acho que as agressões vêm diminuindo muito de uns anos para cá. Ela ainda tem afetado a sociedade de uma forma alarmante, mas eu acredito que tá melhorando por causa da situação da mulher dentro da política. (Matheus)

Não só a mulher, mas outros representantes como LGBT, pessoas de cultura africana, mas é pouco ainda. Deveria ter mais. Índios também. A vice do Guilherme Boulos³⁵ era uma índia, então o cara teve essa coragem de colocar como vice uma índia, mulher. Teve representatividade no governo dele. Teria, caso fosse eleito. (Nilton)

Em comparado a anos antigos, há uns vinte, trinta anos, como tinha mais homens na política, de uns anos para cá a gente teve uma inclusão de algumas mulheres também, tivemos uma presidenta mulher. Tivemos governadoras, prefeitas também. A mulher tá mais inclusa. (Victor)

Essa questão da violência contra a mulher tem sido cada vez mais discutida na política, que antes não se falava de jeito nenhum. Aí agora já se fala um pouco mais. Ainda tem que melhorar, mas já começou e já é visível que os políticos se preocupam com essa questão. (Flávio)

Essas falas representa um curto espaço de diálogo entre quatro meninos durante um grupo focal masculino. Elas demonstram o reconhecimento da efervescência deste tema dentro das discussões que ocorrem no país. Os depoimentos corroboram também para a importância que esses jovens veem na política para o combate à violência contra a mulher. Em grande parte dos grupos focais, tais discussões surgiram de forma espontânea, quase sempre no sentido de ressaltar a importância da mulher na política, mesmo que, em casos como na fala de Nilton, quando ele afirma a importância da mulher na política por meio de ações de um homem.

Apesar de os meninos apontarem em suas falas a existência da violência contra a mulher e de afirmarem as questões de gênero como relevantes na política atual, é difícil acreditar que as questões das políticas de mulheres e das mulheres na política saíram de

35 Guilherme Boulos foi candidato a presidente da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no ano de 2018. Ele teve como candidata à vice-presidente a índia Sonia Guajajara.

debaixo do tapete para tomar local de protagonismo, como eles apontam. Para além dos debates acerca do tema, quase não se viram mudanças efetivas na legislação e nas políticas de proteção da mulher. Os estudantes falam do seu local de observação: Nilton vê a participação da mulher dentro da política por meio de concessões masculinas, como um favor que os homens fazem ao permitirem que elas se façam presentes ou como uma benesse dos políticos ao garantirem direitos básicos. Já Flávio afirmou que “– Hoje eles se preocupam com estas questões”. Na prática, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do presidente Temer, vinculado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), essa pauta foi mantida como moeda de troca na disputa entre os setores progressistas e conservadores. Na verdade, as mulheres permanecem invisibilizadas e silenciadas em suas participações políticas:

Cada país tem sua cultura, sua religião, seu tipo de governo, mas, em geral, eles têm uma coisa em comum que é excluir a mulher. Mas a gente vê assim deputadas, mas nunca em cargos muito elevados. Por exemplo, a gente já teve uma mulher presidente, mas aí tiraram. Por exemplo, a maioria dos governadores são governadores, nunca vi uma governadora. E secretário de Saúde, de Segurança... nunca é mulher. (Célia)

Enquanto as mulheres seguem caladas e invisíveis, cresce a “banalização do mal” (ARENDDT, 1999). Em momentos de crimes de ódio como os assassinatos de Dandara³⁶ e de Marielle Franco³⁷, os inúmeros feminicídios e crimes cometidos por “justiceiros” são completamente ignorados e até amplamente aceitos. O nível de apatia demonstrado pela nossa sociedade não é compatível com a vida ativa de um ser humano. As mulheres, os LGBTTs, os pobres e os negros são reificados diariamente pelo discurso que perpassa a mídia e o nosso cotidiano. A visão dos jovens não é tão diferente: aqueles a quem os justiceiros agridem, lincham e matam não são seres humanos, são “elementos”, são “marginais”. A desumanização do sujeito da violência é a chave para a perpetração deste processo.

A memória da morte de Marielle foi evocada em mais de um grupo focal. As falas pontuaram sua atuação como defensora dos direitos humanos, embora a sua morte não seja considerada um feminicídio, sendo majoritariamente identificada como um crime por motivações políticas mais do que por questões ligadas a gênero. Ela foi considerada fora do padrão de feminilidade:

36 A travesti Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia>. Acesso em: 04 de maio 2019.

37 A vereadora do PSOL do Rio de Janeiro Marielle Franco foi executada junto com seu motorista Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, na região central do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/vereadora-do-psol-marielle-franco-e-morta-a-tiros-no-centro-do-rio.ghhtml>> Acesso em: maio 25 de 2019.

Pronto, ela [Marielle] lutava contra as milícias e defendia as mulheres, as negras também. Além de mulher ela era uma mulher negra e LGBT. Então isso é um impacto muito grande na sociedade que a gente vive. Era uma mulher que tinha voz, que não dependia de homem. Ela era LGBT e era negra. Então ela quebrava todos os padrões. (Eduarda)

A figura de Marielle se tornou uma referência para os jovens, principalmente as meninas, tanto por suas posições políticas como pela ideia de empoderar-se. Como mulher, lésbica, negra e mãe, ela foi reconhecida pelas estudantes como uma referência feminina de empoderamento, de mulher que tomava as rédeas da própria vida e não seguia as normas sociais a ela impostas. Entre o seu assassinato e a eleição presidencial de 2018, foi visto a olhos nus o grande crescimento do movimento de mulheres. A hashtag #elenao³⁸ passou vários dias nos trendtopics³⁹ mundiais e atacou com força a candidatura de Bolsonaro.

Profundamente marcados pela forte presença da juventude, os atos contra Bolsonaro levaram milhões às ruas dentro e fora do país⁴⁰, sendo comparáveis em público às manifestações de 2013. Construídos por diversas forças políticas e sociais, podendo ser consideradas manifestações suprapartidárias, esses atos mostraram-se inovadores ao aglutinar diversos segmentos em torno da defesa da democracia e de princípios básicos de direitos humanos, entre eles a vida das mulheres.

A força dessas manifestações, frente aos ataques da direita reacionária, me traz a análise da diversidade de pensamento desses jovens. Enquanto parte deles defende questões que vão de encontro aos direitos LGBTT, quilombolas, negros e mulheres, outros se colocam em defesa dos direitos humanos e contra retrocessos. As contradições do discurso são basilares para compreender os jovens nascidos após os anos 2000, suas opiniões são volúveis e fortemente marcadas pelas redes sociais. Ao mesmo tempo, nenhum dos entrevistados afirmou ser machista ou defender a violência contra a mulher, a despeito de muitas vezes se contradizerem, apresentando opiniões que justificavam a violência ou defendiam o poder dos homens sobre as mulheres. Mesmo as meninas, que se apresentaram profundamente progressistas, muitas vezes eram traídas em suas falas, reforçando lógicas opressoras para elas mesmas.

3.3 O impeachment de Dilma e a violência de gênero no Brasil

38 #Elenao é a hashtag que motivou atos por todo o Brasil contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013> Acesso em: 25 de maio 2019.

39 Trending Topics ou TT's é a lista das palavras mais postadas no Twitter em todo o mundo.

40 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/20/politica/1540071581_145915.html Acesso em: 25 de maio de 2019

Esquecidas entre as tantas faces do Golpe e das mudanças políticas que desde então se disseminaram no Brasil, as questões de gênero assumiram um papel prevalente no processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff. A recuperação do ambiente político de seu impeachment pode ajudar a elucidar a natureza patriarcal da sociedade brasileira, com todo o seu machismo e a sua cultura misógina.

A crise econômica no Brasil se deu ainda no primeiro governo Dilma Rousseff (2011 – 2014). Ao contrário do que afirmou o seu antecessor e copartidário Luís Inácio Lula da Silva, não foi bem uma “marolinha”⁴¹. Dilma não dispôs de um momento econômico tão propício para o crescimento econômico como o que Lula encontrou⁴². Ela enfrentou uma grande inflação e a queda no mercado de commodities, o que estagnou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Em junho de 2013, ocorreram grandes manifestações de rua que se disseminaram pelas principais cidades brasileiras. Elas foram marcadas por uma forte espontaneidade em sua organização e pela aleatoriedade em suas reivindicações. Hegemonizadas por um público jovem, possuíam dois principais atores: uma esquerda radical e uma grande massa heterogênea, sem posições políticas e ideológicas definidas, mas que a esquerda não soube conquistar e que ficou sob a alçada da direita, que cooptou as massas descontentes. Essas jornadas podem ser assinaladas como o acionamento do gatilho para o surgimento de uma direita organizada, que hibernava nos porões da sociedade brasileira. Nelas, em meio a uma grande maioria de reivindicações progressistas, surgiram os primeiros ecos, ainda tímidos, de reivindicações clássicas dos movimentos da direita conservadora, como redução da maioridade penal, liberação da posse de armas e até intervenção militar.

Porém, a partir da reeleição de Dilma Rousseff em 2014, foi que a direita passou a gritar seu ódio de classe e de gênero, encontrando na presidenta um alvo estratégico. Os movimentos de Rousseff para deter a queda da taxa de crescimento não foram suficientes para estancar a sangria, o que instrumentalizou seus opositores em suas críticas. No entanto, criticar sua gestão e suas posições políticas não era suficiente. Era também necessário denegrir a sua condição de mulher:

41 Em 2008, ao comentar a crise econômica, o presidente Lula afirmou que ela não chegaria ao Brasil e que, se chegasse, seria uma marolinha. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>> Acesso em: mai. de 2019. Acesso em: 25 maio 2019.

42 “Quando Dilma assumiu, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar correspondia a 30,49% da taxa vigente no último mês do Governo FHC. Como o salário médio havia sido elevado em 11% acima da inflação durante o Governo Lula, a relação câmbio/salário levou à exposição competitiva da indústria brasileira ao paroxismo. Neste quadro, a depressão dos investimentos privados e a estagnação pareciam inexoráveis.” (PAIVA, 2014).

Se a gente olhar pelo ponto histórico, nossa primeira presidente mulher foi deposta pelo mesmo crime que todos os homens cometeram. E sofreu, na época do impeachment, ela sofreu humilhações e eu não tô dizendo que ela é inocente. Ela cometeu um crime, ela tinha que pagar assim como todos os homens cometeram esse crime. Ela sofreu humilhações absurdas, tinha foto de nudez dela pregada em carro e até hoje ela sofre com isso. Ela vai no aeroporto e é xingada, chamam ela de puta, vagabunda, de ladrona, simplesmente porque ela é mulher. (Eduarda)

Entendendo a violência como qualquer forma de ruptura em relação à integridade da vítima, podendo ser uma agressão psicológica, física, sexual etc., no caso da violência contra a mulher, ela emerge por intermédio das diferenças sociais de gênero, quando as mulheres são responsabilizadas por algo, humilhadas e/ou constrangidas pelo fato de pertencerem ao gênero feminino. Nesse sentido, são vítimas do desejo arbitrário de punição, quando ultrapassam as barreiras dos padrões predeterminados para cada gênero, isto é, quando não condizem com a feminilidade e a submissão desejadas.

Apesar de não existir nenhuma denúncia formal de violência por parte da então presidenta, o processo eleitoral de 2014 foi marcado por um discurso misógino de seus adversários e da mídia. Eles trouxeram à tona notícias de tabloides cuja única função era pôr no centro da questão a sexualidade e/ou ferir a dignidade de uma mulher que buscava ocupar um cargo público, mas que também era mãe e avó. Ser chamada de “leviana” em rede nacional pelo concorrente à presidência da República, Aécio Neves da Cunha, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), homem acusado de violência doméstica⁴³, é apenas um exemplo da campanha difamatória contra a candidata, já que, no imaginário popular, uma mulher leviana é uma mulher traidora e vulgar, à la Reginaldo Rossi.⁴⁴

A fala de Eduarda demonstra que esse fato não passou despercebido pelos olhos dos jovens integrantes dos grupos focais, os quais, independentemente de serem ou não a favor do impeachment por causa das pedaladas fiscais, na exposição da imagem de Dilma Rousseff, reconhecem uma violência motivada “– [...] pelo fato de ser ela uma mulher.” (Eduarda)

Na história do Brasil, algum presidente e/ou presidencial foi desqualificado por sua vida sexual? As críticas que questionam a moral sexual de uma figura pública só se dão quando fogem do estereótipo que é esperado para o padrão de masculinidade de nossa época. Isto é, não se questiona um homem público por agressão promovida contra uma ex-namorada,

43 Disponível em: <http://www.brasilemfoco.com.br/arquivos/governador-de-minas-aecio-neves-agride-namorada-em-festa-de-luxo> Acesso em: maio 2019. Acesso em: maio 2019. Acesso em: 25 de maio 2019.

44 Trecho da música Leviana, amplamente conhecida no Brasil, de Reginaldo Rossi: "Leviana/ Fazendo mil loucuras comigo na cama/ Queria acreditar que você ainda me ama/ E apesar de tudo eu sinto sua falta/ Leviana!" Disponível em: <https://www.letras.mus.br/reginaldo-rossi/118852/> Acesso em: 25 de maio 2019.

contra as suas muitas “namoradas”, a esposa com um terço de sua idade, desde que se mantenha o padrão de homem, branco, hétero, cisgênero e viril. A pressão exercida contra Rousseff se dá na medida em que ela foge da norma daquilo que é esperado de uma mulher na política. Ela era uma mulher em um cargo de poder, não era primeira-dama. Isso, por si só, foi encarado pela sociedade patriarcal como um desvio da norma.

É fato que Dilma não é a única mulher a ter sua vida pessoal exposta no emaranhado da política mundial. Outros exemplos do uso deste mesmo artifício contra mulheres que possuíam posições de poder foram Cristina Kirchner (Argentina), Ângela Merkel (Alemanha) e Hillary Clinton (Estados Unidos). Se, por um lado, elas são expostas, por meio de um discurso que questiona suas sexualidades, apresentando-as como lésbicas por suas posturas duras, que fazem parte do ideal de masculinidade, por outro, há os discursos que questionam suas moralidades sexuais, rotulando-as como “vulgares”, “vadias”, “vagabundas”, que fazem sexo de mais ou de menos.

Os padrões de gênero a que se deve seguir são instituídos no seio de nossa cultura e reproduzidos como algo que faz parte da natureza humana. A partir daí, eles passam a ser tidos aos olhos do senso comum como “adequados” ou “inadequados” para o comportamento dos corpos. O senso comum apresenta sua versão da realidade social e as demais formas de representação da vida social vivem suas influências e pré-noções (BECKER, 2009). Em decorrência, a fuga ao padrão esperado pela sociedade acaba virando algo central dentro do cenário político, pois perpassa o senso comum e os discursos hegemônicos. A esta altura, já era perceptível o fortalecimento do discurso misógino que se capilarizou contra a presidenta Rousseff. A marcha do impeachment trouxe consigo uma velha verdade sobre as relações de poder na política brasileira: o lugar da mulher é de primeira-dama, nunca de presidenta.

O governo do PT não soube capitalizar a força das manifestações de 2013, que eram em sua grande maioria progressistas. Seguindo na contramão das reivindicações, ele se aproximou do ponto de vista econômico do pensamento liberal. Na tentativa de manter a governabilidade, Dilma deslocou sua posição em favor do capital quando nomeou Joaquim Vieira Ferreira Levy, ex-integrante do Fundo Monetário Internacional (FMI), para o cargo de ministro da Fazenda após a eleição no ano de 2014, afastando-se assim do programa político que a elegera.

Afastada de sua base social, os protestos dos anos de 2015 e 2016 abriam margem para uma banalização da violência de gênero sem limites. Cartazes exaltavam xingamentos de cunho sexista contra a presidenta, rotulando-a de “vadia”, “vagabunda”, “puta”, entre outros adjetivos. Seus opositores chegaram ao absurdo de produzir adesivos para tanques de

gasolina, nos quais a presidenta era penetrada, configurando uma alusão ao estupro. Perto de seu impeachment, Dilma teve de conviver com manifestações que pediam a sua morte e que clamavam pela aplicação de mais torturas, lembrando o tempo em que fora submetida à sevícia durante a ditadura civil-militar.

Tal realidade, marcada por toda ordem de violências, nos diz muito sobre as ausências. O silêncio sobre a violência que era perpetrada contra Dilma Rousseff nos faz pensar que a maioria das pessoas não identifica, no que era dito sobre ela, uma violência sexista. Ocorreram grandes manifestações em defesa da presidenta Rousseff e de seu programa de governo, mas não se pode falar em grandes atos de apoio à mulher Dilma.

Essa realidade também nos remete à naturalização deste tipo de violência, que parece não ser observada, quando não fere a integridade física da vítima, e é invisibilizada, na medida em que a mulher se desvia de seu papel normativo de mãe e dona de casa. Dilma não sofreu agressões físicas, mas foi agredida por uma parcela da população e pela imprensa, que reforçava as agressões com a publicação de imagens e palavras que feriam sua integridade moral, sexual e, certamente, psicológica.

A taxa de desemprego compreende um dos indicadores de governo mais sensíveis para a população em geral. Ela funciona com um indicador da saúde e da condição anêmica da economia. O auge da impopularidade do presidente Cardoso se deu quando a taxa de desemprego atingiu 12,1% (doze vírgula um por cento) da população economicamente ativa⁴⁵. O maior índice de não aprovação de Temer ocorreu quando o desemprego ultrapassou os 14% (quatorze por cento). Ainda que Dilma não tenha passado dos 11% (onze por cento) na taxa de desemprego, ela sofreu agressões pelas quais os outros presidentes não passaram. Eles nunca tiveram ataques às suas vidas e às suas integridades físicas.

A votação do impeachment na Câmara dos Deputados compreende uma das cenas mais lamentáveis de todo o processo. Na oportunidade, os deputados federais reafirmavam seu compromisso com uma moral conservadora em defesa da família tradicional⁴⁶. Não à toa, uma das primeiras medidas de Temer foi a de pôr fim ao Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, dissolvendo-o no Ministério da Justiça. Não menos sintomático

45 Entre 1995 e 2002, a taxa de desemprego variou de 8,4% em 1995, primeiro ano de Cardoso no Planalto, que antes da presidência dirigia a economia, por meio do Ministério da Fazenda, a 12,1% em 1999, estando em 11,7% em 2002.

46 A grande maioria dos deputados justificou seus votos em nome de Deus ou de seus familiares, reivindicando valores tradicionais cristãos. Muitos usaram de seu momento de fala para deboches, lançando a hashtag #Tchauquerida, trecho de conversa vazada entre o ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma, chegando ao absurdo de homenagearem em seus votos torturadores da Ditadura civil-militar. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/290806/Deputados-apoiaram-golpe-em-nome-da-fa%C3%ADlia-de-Deus-e-da-esperan%C3%A7a-E-votaram-contras-eus-direitos.htm>> Acesso em: 21 de maio 2019.

foi o fato de nenhum ministério ter sido presidido por uma mulher. Em decorrência, o Brasil desceu 22 posições no índice de igualdade de gênero da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴⁷.

O machismo institucional, que sempre existiu na sociedade brasileira, foi evidenciado pelo presidente Temer, em 8 de março de 2017, no Dia Internacional de Luta das Mulheres, quando, por meio de um discurso em cadeia nacional de televisão, reforçou o papel da mulher como mãe e dona de casa, reduzindo a influência da mulher na economia apenas em relação à variação de preços no supermercado⁴⁸. Em seu governo, o machismo e a valorização dos padrões tradicionais do homem e da mulher se tornaram um valor estatal.

47 Sem ministras, o Brasil perdeu 22 posições em ranking de igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36355724/> Acesso em: 12 de maio 2019.

48 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/mulher-ainda-e-tratada-como-figura-de-segundo-grau-no-brasil-diz-temer.ghtml> Acesso em: maio 14 2019.

4 FALANDO EM GÊNERO

Até aqui focamos o olhar sobre a última década, observando as mudanças políticas relacionadas às questões de gênero, confrontando-as com a visão dos estudantes sobre a política de mulheres e sobre a recente conjuntura política em torno desta questão. Agora, buscamos construir um diálogo entre o saber teórico e a realidade percebida pelos estudantes sobre a categoria gênero, quando proferida por eles no contexto desta pesquisa.

As perguntas que motivaram as intenções investigativas estão intimamente ligadas à concepção de gênero e sexo. Entender o que os estudantes veem, vivenciam e nomeiam como violência contra a mulher, como percebem suas normatividades frente aos padrões de gênero. Assim, construímos um diálogo movimentando os marcos teóricos que são bases desta pesquisa com a fala dos estudantes, objetivando construir um conhecimento acerca de suas vivências e dos significados que produzem com base na categoria gênero.

Na tentativa de decifrar a historicidade desta categoria, Scott (1988), uma das mais relevantes pesquisadoras do gênero da atualidade, afirma que o termo “gênero” ressurge entre as feministas estadunidenses, “[...] que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo [...]” (SCOTT, 1988, p. 72.). Esse construto categorial passou a ser aplicado para indicar uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo”. O gênero enfatiza o caráter relacional do sexo biológico. Ele seria a forma como a cultura atribui sentido às diferenças entre o feminino e o masculino, sendo observado por meio de oposições. Como se conformassem espelhos, é impossível trabalhar com um sem observar minimamente o outro (SCOTT, 1988).

O conceito de gênero é confrontado pela noção de relações sociais de sexo, que surge entre as feministas francesas, permitindo uma visão mais nítida das dinâmicas de tensão entre os dois sexos e a luta entre as feministas e o patriarcado. Para as feministas francesas, o termo gênero era demais palatável e excessivamente neutro. A categoria “relações sociais” entre os sexos, por outro lado, coloca o contraponto de que não é possível haver relações sociais com uma única categoria, reforçando o sentido de confrontação que está implícito no termo. Assim a utilização desta categoria em vez de gênero reforça a dimensão antagônica e fortalece a centralidade do trabalho como uma categoria histórica de produção feminista (CISNE, 2014).

A rejeição ao conceito de gênero está ligada aos discursos culturalistas que esquecem as dimensões históricas de trabalho, tratando a cultura como uma coisa autônoma que funciona só, se interessando somente pelos aspectos simbólicos da opressão e esquecendo

os materiais. Essa dicotomia é, no entanto, fundamental para compreender este trabalho e a história dos estudos feministas, pois trazem as duas principais vertentes de pensamento para o centro do debate. Se por um lado os estudos feministas de sexo contribuem para a biologização dos corpos, tratando-os de modo profundamente ligado a sua anatomia, por outro, ele é rico em análise histórica e social por tratar de uma categoria ligada a trabalho. Os estudiosos do gênero, por sua vez, usam tal categoria para tentar romper com o naturalismo, mas cometem com frequência o equívoco de se resumirem ao estudo do gênero como algo abstrato, sem uma análise social e histórica dos corpos sexuados.

Ao mesmo tempo em que os estudos de gênero dão um valor neutro e mais acadêmico, os estudos feministas fazem um recorte político ofensivo ao patriarcado. Assim, o termo relações sociais de sexo surge como uma arma teórica e crítica. Neste trabalho utilizamos a categoria gênero por achar fundamental a quebra com a lógica anatômica de sexo e sexualidade, posto que é inviável pensar a violência sem pensar em seus valores simbólicos. Isso, no entanto, sem perder de vista a dimensão crítica nos estudos de gênero, tentando montar um estudo de gênero feminista, entendendo que sem sujeito não há relações. Logo, sem as relações sociais não há sociologia.

Já nas primeiras incursões no campo, observamos que os jovens em idade escolar conseguem compreender o conceito de gênero, ou das diferenças sociais dos dois sexos, embora não usem o termo de forma objetiva. Fazendo uso de suas experiências, eles demonstram claramente a natureza das distinções de gênero como algo que é ensinado e não puramente natural. Utilizam em suas falas uma visão quase sempre antagônica entre o feminino e o masculino, reforçando as oposições entre eles. Se eles não fizeram uso direto da expressão “gênero”, tornaram patente que conhecem suas dissemelhanças e contrastes:

Porque assim, ele já começa a criar uma criança, a menina, já começa a brincar de bonequinha, de comidinha, para justamente já crescer com o pensamento de ser dona de casa. E os meninos não, os meninos são no meio da rua, jogando bola, jogando bila... (Isaura)

E pode perceber, né? Quando a gente é criança, para as mulheres, a primeira coisa que eles fazem para comprar de brinquedo é panelinha, é aquele pãozinho, que é como se tivesse ensinando. E eu escuto muito isso na minha casa, minha vó fala isso: "– Você tem que fazer isso, você tem que fazer aquilo, porque quando você casar vai ter que fazer pro seu marido." E eu: "– Sim. Ele não tem duas mãos e não vai saber fazer nada?" Porque com o homem o tratamento é diferente, a mãe faz tudo, e com a mulher é desde o começo... tem que ensinar a cozinhar, tem que ensinar a limpar casa, fazer tudo isso. Por que o homem não pode ser da mesma forma? (Flora)

Eu acho que, assim, a opressão contra a mulher já vem sendo ensinada desde o berço. Quando a mulher nasce, só por ela ser mulher, ela já vem sendo ensinada a brincar de boneca, de casinha, essas coisas. Já vem sendo um treinamento para ela.

Ela já vem sendo oprimida desde essa época. Quando ela fica maiorzinha, já vão aprendendo a cuidar da casa, a fazer comida. E futuramente elas já vão ser assim, nasceu mulher tem que cuidar da casa, tem que casar, coisas desse tipo. (Hector)

É um erro que eu vejo na família. Na criação dos pais normalmente. Eles criam o homem para ser aquele que não tem sentimentos, mas para sustentar e comandar, o que é muito errado. E eles criam a mulher para servir o homem, para não se sustentar, é a frágil. (Nicolas)

Em muitos momentos, os rapazes que participaram desta pesquisa conseguem, por meio de suas falas, descrever o que é gênero, no entanto o conhecimento sobre o universo da distinção entre gênero e sexo fica quase sempre mais nítido na fala das mulheres, que o caracterizam de forma mais completa. Embora, na sua grande maioria, os homens também busquem diferenciar o que é natural e/ou genético do que é cultural e histórico, muitos reforçam características vistas como femininas, como fragilidade e docilidade, como algo inato, confundindo o que seria biológico, referente aos corpos, com características de personalidade.

A partir do momento em que é descoberto o sexo biológico de um ser humano, a ele é atribuído um gênero. Desde então, lhe é conferido uma série de significados para sua existência: suas ações, sua forma de andar, de vestir, de pensar... passam pelo seu gênero e são demarcadas como feminino e masculino. As adolescentes mencionam em suas falas tais distinções, no entanto os valores e os sentidos atribuídos a cada gênero não surgem da diferença existente em os órgãos genitais e demais diferenças anatômicas, na medida em que tais valores são produzidos no âmbito da cultura. Gênero é, portanto, uma categoria histórica, repleta de símbolos culturais que evocam representações, conceitos normativos, com uma grade de interpretações e um modo de significar as relações de poder (SCOTT, 1988).

No entanto, a construção do masculino e do feminino no interior de uma sociedade não passa necessariamente pela produção de modelos opostos, como mostra Mead (2000), em *Sexo e Temperamento*. A autora descreve diferentes tribos na Nova Guiné, apresentando o povo Mundugumor. Nesse contexto, homens e mulheres são descritos como agressivos e violentos, comportamentos esperados tão somente para homens em nossa sociedade. Ela também estudou os Arapesh, um povo em que ambos os sexos têm temperamentos dóceis e cooperativos, condutas atribuídas às mulheres no nosso contexto social (MEAD, 2000).

Mas o que é ser mulher? Passaram-se muitas décadas desde que Simone de Beauvoir (1980) escreveu em *O Segundo Sexo* sua frase mais célebre: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (BEAUVOIR, 1980, p.57). Essa frase gerou uma grande reviravolta nos estudos feministas, trazendo à tona que não há nada de puramente natural em ser homem

ou mulher. Não é a nomeação de um corpo como macho ou fêmea que vai designar sua trajetória como feminino ou masculino. Sobre isso, Louro (2008) afirma:

Fazer-se mulher dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura. Isto tira o “sexo” do âmbito da biologia, como algo inato, põe ele diretamente no âmbito dos estudos de cultura como algo construído através de inúmeros aprendizados, reforçados ao longo de toda a vida pelas pessoas e pelas instituições: o gênero. (LOURO, 2008, p.17)

Em um momento quando o termo gênero ainda não era cunhado na diferenciação do comportamento social entre os sexos, Mead (2000) nos trouxe uma realidade de diferenças entre o feminino e o masculino, mostrando que os padrões de homens e mulheres construídos na sociedade ocidental não são universais. A antropóloga, ao fazer essa afirmação, fortalece e reafirma as distinções produzidas pela cultura que diferenciam homens e mulheres:

Na divisão do trabalho, no vestuário, na atividade social e religiosa – às vezes apenas em alguns destes aspectos, outras vezes em todos eles – homens e mulheres são socialmente diferenciados, e cada sexo, como sexo, é formado a conformar-se ao papel que lhe é atribuído. [...] Vinculações simples como estas entre roupa ou ocupação e sexo são facilmente ensinadas a toda criança e não suscitam hipóteses a que uma dada criança não se adapte com facilidade. (MEAD, 2000, p. 25)

No desenlace da investigação, observamos que, em diversos momentos dos grupos focais, os estudantes demonstraram inquietações quanto ao padrão de gênero a eles impostos, questionando a naturalidade e a obrigatoriedade de terem de tomar para si determinados comportamentos. Para efeito de ilustração, apresentamos o diálogo entre Dora, Flora, Ana e Carlos, todos de 16 anos:

A menina tem que fazer a janta, tem que varrer a casa e se não fizer é ingrata. Não presta para nada. Ninguém nunca vai querer casar com ela. Como se o casamento fosse a coisa mais idealizadora e perfeita para a vida de uma mulher. Como se a mulher só vai se ver como uma mulher de verdade se ela se casar. (Dora)

É, no caso, o casamento é muito idealizado na nossa sociedade. E colocam muito num pedestal hoje em dia. E uma coisa, tu falou né sobre o lance das mulheres com brinquedos infantis, isso é uma coisa que hoje em dia não está sendo tão combatida, mas em compensação aos anos noventa, antigamente, já teve uma evolução. (Carlos)

Se a mulher gostar de carrinho é errado. (Ana)

Ou é errado, ou é lésbica ou tem algum problema psicológico. (Dora)

Aí, se não for vaidosa: " – Essa menina vai ser um menino todinho." A pessoa nunca pode ser do seu jeito, porque sempre vão jogar você. (Ana)

É a coisa do padrão né? Tem todo um incentivo a esse padrão de beleza. (Flora)

E tem outra coisa, o homem... Eu não sei se vai ofender alguém..., mas, homem que é muito feminino, ele acaba sofrendo também: " – Ah tá querendo ser mulher"? (Carlos)

Tem a ver essa coisa do homem ser muito prestativo, dessas coisas dos direitos sociais. Quando o homem gosta de conversar, quando o homem gosta de ser vaidoso, ele gosta de ser vaidoso, ele gosta de cuidar da pele, gosta de cuidar do cabelo e ele é visto como uma mulher. E ser uma mulher, para um homem, é como se fosse uma coisa ruim, porque o homem tem que ser masculino. O homem não tem que raspar nenhum pelo, tem que ser cheiroso só quando for conquistar a mulher, porque, se for cheiroso o tempo todo, é galinha, né? (Dora)

As críticas aos padrões de gênero são recorrentes entre os estudantes. Porém, ainda é impossível negar a sua dualidade. Essa dicotomia é reiteradamente afirmada pelos declarantes por meio das oposições por eles construídas. Apesar de o gênero não ser algo estático, mas sim em constante mudança, é impossível, por enquanto, encerrar suas dualidades, uma vez que ele ainda é visto e vivenciado de forma binária e quase sempre em oposição. Os estudos de gênero que tentam negar essa dualidade acabam por se distanciar dos estudos feministas, compreendendo o gênero de forma superficial.

Ao analisar a crítica sobre a visão reducionista das teorias feministas descritivas, observamos a importância conferida aos sistemas simbólicos e aos sentidos experimentados pelos sujeitos, dando atenção aos sistemas de significados:

Mas não estão claras a origem nem as razões pelas quais eles estão articulados em termos de uma divisão sexual do trabalho. Tampouco se discute a questão da desigualdade, por oposição à da assimetria. Como podemos explicar, no interior desta teoria, a persistente associação entre masculinidade e poder, o fato de que se valoriza mais a virilidade do que a feminilidade? Como podemos explicar a forma pela qual as crianças parecem aprender essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares, ou no interior de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas familiares? Penso que não podemos fazer isso sem conceder uma certa atenção aos sistemas de significado, quer dizer, aos modos pelos quais as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência. Sem significado, não há experiência; sem processo de significação, não há significado. (SCOTT, 1988, p.71 e 72)

Dessa forma, não há sentidos de significação e de significados longe dos sujeitos. As palavras, assim como as ideias e as coisas que elas nomeiam, têm uma história. O gênero estrutura de forma concreta e simbólica a vida social, moldando as personalidades e os corpos. Assim, por entender gênero como algo eminentemente social, Scott (1988) também se opõe à visão de gênero binário, longe de concepções definidas e bem acabadas sobre masculino e feminino. O gênero é, portanto, algo ensinado sobre como os corpos são moldados e condicionados a representarem seus papéis.

Parte da justificativa da pesquisa, cujos resultados ora apresentamos, está na necessidade de entender, por meio da narrativa juvenil, o que está sendo construído como sentido de gênero e de violência por uma geração jovem, colocando a linguagem sob análise,

na tentativa de observar a luta dos significados. Nesse sentido, foi interessante percebermos que os estudantes compreendem o gênero como algo que não é inato, mas algo ensinado e aprendido. Entendem também que os papéis que eles representam passam de geração a geração, por intermédio do seu processo de socialização, incluindo aqui a relação de violência contra as mulheres:

Eu acho que o mais grave de passar por isso que ela falou, por essa história dela, é porque, querendo ou não, ela se torna vulnerável a pensar como a mãe dela. Ela se torna vulnerável a pensar: " – Não, se meu pai fez isso com a minha mãe, eu futuramente vou arrumar uma pessoa e vou aceitar que faça isso comigo." E eu acho que é uma coisa essencial, gravíssima para filhos. Eles sempre vão pensar que isso é normal. [...] E o pior nem é isso, é que você nem percebe, quando você percebe: " – Valha, tá fazendo a mesma coisa que já fizeram com a minha mãe." (Fernando)

Bom, no meu caso, professora, eu que sou adolescente, eu não fui criado praticamente pelo meu pai, eu fui criado pelo meu padrasto. E, desde a minha infância, eu convivi com meu padrasto e a minha mãe. Aí, eu sempre vi o meu padrasto batendo na minha mãe. Aí, eu ficava assim, ficava muito nervoso, ficava chorando, gritando e ele espancando minha mãe. Aí, eu achava que aquilo ali era normal. Aí, também já me tornei um pouco agressivo, porque eu vi aquela cena, mas eu não tenho culpa, porque eu pensava que aquilo era normal. (Robério)

Os dois rapazes relataram a importância do processo de socialização dentro das famílias como uma ação relevante para a produção e reprodução das lógicas de dominação e naturalização das normas de gênero e da opressão contra a mulher. No primeiro caso, o estudante traz uma situação fictícia em que uma moça, ao observar a forma como o pai trata a mãe, passa a achar natural que aquilo aconteça com ela no futuro, mesmo que ela nem perceba a recorrência da situação. Esse jovem nos relata uma situação em que não há estranhamento com a violência, pois a única realidade conhecida é aquela em que a violência contra a mulher é algo cotidiano. Dessa forma, ele explica a relevância da família para a reprodução de tais padrões: "– [...] os filhos sempre vão pensar que isso é normal [...]".

No segundo caso, o depoente adentra mais profundamente a questão da violência em si, ao relatar o sofrimento psicológico e o medo que o atingia, apesar de não ser a ele direcionada a violência. Ele afirma os reflexos da violência sofrida pela mãe e sua reação frente a tal realidade que terminou por moldar-lhe a personalidade, tornando-o "um pouco agressivo". Isso porque ele "– [...] achava que aquilo ali era normal." Da mesma maneira, as meninas também incorporam e reproduzem a violência apreendida no ambiente familiar e doméstico tanto entre si como na educação dos filhos.

4.1 O gênero que as une, a classe que as separa

Os estudos de gênero, desde seu surgimento, passaram a realizar uma nova construção histórica que incluía a mulher, tratando-a pela primeira vez como sujeito histórico. Essa nova perspectiva não alteraria apenas a história das mulheres, mas a própria história em si, conferindo novos sentidos as percepções sobre a temática. Porém, tal reelaboração só pode existir a partir da transformação da noção de gênero em uma categoria analítica. Desde então, se passou a nomear esses estudos sem necessariamente fazer uso da expressão “mulher”, dando certa legitimidade acadêmica e uma aparente neutralidade aos estudos feministas. Os estudos sobre “mulheres” conferiam um caráter político a elas ao afirmá-las como sujeitos históricos. Desse modo, o gênero frequentemente é um conceito relativo no estudo das “mulheres” e nas suas categorias históricas (SCOTT, 1988).

Desde então, as historiadoras feministas passaram a produzir uma grande variedade de análises históricas de gênero. De acordo com Scott (1988), essa produção intelectual pode ser organizadas em três linhas: as feministas que buscam explicar as origens do patriarcado; as feministas marxistas que pensavam as mulheres nas relações de classe social e; a terceira de inspiração psicanalítica.

Para Scott (1988), as teóricas do patriarcado explicitaram a desigualdade de gênero, mas não conseguiram fazer a ligação entre essa desigualdade e as demais desigualdades e opressões da sociedade. As de inspirações psicanalíticas se debruçam sobre a explicação da produção e reprodução da identidade de gênero. Já as teóricas de orientação marxista, voltaram seu olhar para uma leitura histórica, mas ainda mantendo-se presas a domínios duais em suas análises sobre o capitalismo e o patriarcado, baseadas em explicações ortodoxas, ligadas à divisão do trabalho, em que tudo seria fruto de um determinado modo de produção. Assim, as feministas marxistas apropriam-se do método materialista para a análise histórica e sociológica de suas contribuições aos estudos de gênero e para refletir acerca dos movimentos feministas.

É fato que as causalidades da opressão do homem sobre a mulher não são apenas de natureza econômica, nascida na divisão social do trabalho, porém, também é inegável a influência do mundo do trabalho na opressão do feminino. No desenlace desta investigação, tornou-se indispensável entender as categorias de pensamento marxista e seu diálogo com os estudos feministas, para colocar a mulher no patamar de sujeito histórico, num contexto da luta de classes.

Vale ressaltar, entretanto, que os estudos feministas não podem deixar de levar em consideração as múltiplas realidades do feminino. As mulheres não são apenas gênero, elas também compreendem classe, raça, etnia, orientação sexual, geração etc. Apesar do gênero que as une, diversas faces de nossa sociedade as diferenciam. Nesse sentido, as díspares formas de dominação e opressão, que se manifestam no seio da nossa sociedade e que se cruzam com o patriarcado, formam diferentes modos e níveis de exploração do corpo e da vida da mulher. Assim, uma mulher da classe dominante pode oprimir e explorar outra pertencente à classe trabalhadora, pois ainda que o gênero as ate, as classes as desatam. Dessa maneira, embora o gênero as una, as opressões a que são submetidas ocorrem de modo profundamente distinto e às vezes antitéticos.

Desde a virada do milênio que as categorias “interseccionalidade” e “articulação” se difundiram entre estudiosos de gênero. Contudo, passam a ter conteúdos e abordagens teóricas distintas, de acordo com quem as trabalha. Para muitos autores, a centralidade que era dada ao gênero apagava as demais formas de opressão vivenciadas, transformando o movimento de mulheres em uma ação imperialista, branca e ocidental. Alguns teóricos propõem que o termo “interseccional” deve ser problematizado, posto que ele coloca grande ênfase nas classificações e, por outro lado, negligência as experiências vividas pelos sujeitos, daí preferirem o uso de “categorias de articulação” (PISCITELLI, 2008).

Convém asseverar que não existe sujeito sem experiências, sobretudo numa perspectiva de estudos de percepções. Nesse sentido, é impossível movimentar classificações que cerceiem as experiências dos interlocutores. Piscitelli (2008), ao estudar contextos migratórios, oferece as categorias “interseccionalidade” e “articulação” como ferramentas para uma análise feminista sem compreender a primeira como algo que restringe a importância das experiências:

A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos. O debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. (PISCITELLI, 2008, p. 267)

Piscitelli (2008), ao articular gênero, sexualidade, raça, religião, etnicidade e nacionalidade, afirma a possibilidade de distintas abordagens. Pensando assim, a autora contribui para a compreensão das experiências das migrantes brasileiras, assim como facilita a captação sobre parte das vivências estudantis, uma vez que as mulheres não experimentam o machismo separado das demais formas de opressão. Pensando assim, partimos do pressuposto

de que as diversas formas de opressão são indissociáveis. Elas se cruzam em uma teia de relações que se interpenetram, em que uma se apropria da outra e se fortalece por seu intermédio.

Durante os grupos focais, as falas dos estudantes mantêm foco no gênero em diálogo com a classe. Por isso, tratamos aqui a “classe” como a principal categoria de articulação. Nesse sentido, gênero, raça e classe são consubstanciais e coextensivas, posto que a força de trabalho e o corpo que a conduz são indissociáveis e sua exploração é multicausal. Nesse sentido, tratamos os estudos sobre o machismo e as relações de classe como em constante diálogo entre si, não sendo possível separá-los a não ser em uma esfera ideal, como se compusessem uma placa de Petri⁴⁹ em um microscópio sociológico.

Em decorrência dessa postura investigativa, em nossas análises, promovemos uma interposição entre as descrições e as narrativas sobre as opressões do homem contra a mulher e sobre suas diversas formas de dominação. Como resultado desse esforço analítico, os estudantes saltam em suas narrativas de uma forma de opressão e de dominação para a outra, cruzando, principalmente, classe e gênero.

É interessante pontuar que, no início desta pesquisa, tentamos nos ater também a questões de raça, junto a condição de pertencimento a uma classe. No entanto, essa relação não surgiu de forma autônoma na fala dos estudantes. Ela só emergia quando eles eram impulsionados, por isso avaliamos que poderíamos incorrer em um erro que poderia tornar os dados coletados um tanto artificiais. Logo, foi necessário abrir mão da categoria “raça”, com a qual a princípio desejávamos trabalhar no contexto de um diálogo interseccional.

Na perspectiva weberiana⁵⁰, as tradições sociológicas interpretativas munem diferentes grupos identitários com a possibilidade de identificação com uma “classe”, algo que os une e os movimenta e que está para além da perspectiva econômica. Nesse caso, o gênero. Assim, os estudos feministas não podem deixar de levar em consideração as múltiplas realidades do feminino e de suas opressões.

Na perspectiva materialista da história das mulheres, é necessário observar que, na sociedade burguesa, a família está profundamente marcada pela desigualdade entre homens e mulheres. É possível notar, nessa perspectiva, que as mulheres da classe trabalhadora sofrem de uma dupla exploração: sendo subjugadas nos espaços públicos e nas relações de trabalho,

49 Equipamento científico para observação ao microscópio.

50 A perspectiva weberiana a que nos referimos é profundamente marcada por uma sociologia interpretativa, que explora o imaginário social e a vida cotidiana, gerando uma reflexão epistemológica sobre a complexidade das formas sociais. Assim, os sentidos e as experiências passam a ter peso na compreensão do mundo social, desenhando subjetividades relevantes para sua compreensão.

assim como nos recintos privados. Ou seja, nos ambientes familiares. A opressão sofrida nos espaços públicos é agravada pela força das ideologias patriarcais que fortalecem a violência produzida contra a mulher trabalhadora. Assim, evidencia-se a impossibilidade dos estudos de gênero manterem-se longe do bojo interseccional e da luta de classes, uma vez que, no seio da classe trabalhadora, os trabalhos mais precários e menos valorizados são destinados às mulheres. Além disso, ainda lhes resta o serviço doméstico, tipificando a dupla jornada (CISNE, 2014).

A interseccionalidade entre as opressões, sobretudo a intersecção entre gênero e classe, fica evidente na maioria das narrativas dos estudantes. Apesar de acreditarmos que existam, ao longo de suas vivências, várias outras articulações entre o gênero e as opressões vividas, foi a classe, que percebemos na fala dos interlocutores, a principal categoria de articulação e, por isso, foi dada a ela relevância ao longo da exposição.

A classe é um marcador que distingue a opressão sofrida pelas mulheres pobres e aquela suportada pelas mulheres ricas, diferenciando também a força do patriarcado sobre seus corpos. Ambas sofrem opressão, mas de modo diferenciado, na medida em que os signos de uma classe sempre são preferidos em detrimento da outra. Logo, há uma legitimação da figura da mulher que utiliza os signos das classes burguesas, enquanto há um achincalhamento das mulheres que não utilizam tais signos. Essa distinção fica clara na fala de alguns colocutores, quando fazem a distinção da “mulher da favela” e da “mulher da Aldeota.”⁵¹

Agora, a mulher tem que se valorizar mais. Você mesmo se chegar numa favela, professora, é um horror: é mulher só de sutiã, só de short, professora, é um horror. Eu não sei o que é aquilo ali não. Mas, tu é doido. As crianças observam, ficam vendo aquilo [...]. Têm culturas que são diferentes, né, professora? Se tu chegar ali na Aldeota, tem culturas que são totalmente diferentes, são mulheres muito bem-vestidas e tal... muito bem maquiadas e tal... Na favela, não. (Júnior)

Júnior nos fala sobre a existência de díspares padrões de gênero em uma mesma sociedade. Apesar de ambas serem mulheres, as da Aldeota e as da favela são marcadas por diferenças culturais. Em sua visão, as primeiras são bem-vestidas e maquiadas, enquanto as segundas “– [...] é um horror”. O interlocutor evidencia que os signos do feminino, consoante as classes sociais, são vistos e valorizados de formas distintas. Enquanto a mulher da Aldeota é tida como exemplo a ser seguido, as das favelas deve ser repreendida pela forma como se veste e se comporta.

51 A Aldeota compreende um bairro nobre da cidade de Fortaleza.

Outra marca do diálogo entre classe e gênero que perpassa o discurso dos estudantes está na própria necessidade de a mulher, enquanto classe trabalhadora, ter acesso ao trabalho e à autonomia financeira. Em quase todos os grupos focais, existiram falas no sentido de colocar como um elemento da opressão feminina e causa da violência a dependência financeira da mulher. Esse quadro é agravado pela desvalorização do trabalho feminino e pela dificuldade das mulheres da classe trabalhadora alcançarem postos de trabalho, sobretudo aquelas com menor grau de instrução:

Ele (o homem) tem mais direito a trabalho do que a mulher [...]. Eu acho que o homem tem mais direito. [...] Eu fico escutando, aí eu fico refletindo aqui na minha mente sozinha. Aí o machismo, a sociedade criou o machismo, aí você vê e fica: “– caralho, como assim?” No mercado de trabalho, a mulher ganha menos, fazendo o mesmo trabalho que o homem. Ganha menos por isso, fazendo o mesmo trabalho e às vezes até melhor e ganha menos que o homem. E tipo, o fato da mulher ser mulher, ser como é. Que dá à luz, o fato dela ser mulher, o fato dela dar à luz... aí tipo eles meio que rebaixam mais a mulher. Colocam ela mais para baixo. Sem noção mesmo. (Beatriz)

Conforme se pode ver, Beatriz remete a outra articulação entre gênero e classe. As mulheres da classe trabalhadora possuem a necessidade de se afirmar no mercado de trabalho e buscar igualdade de salários e de oportunidades, na medida em que ainda não encontram espaço de realização na sociedade. A estudante afirma que as mulheres ganham menos pelo fato de dar à luz, pois têm a possibilidade de fazer uso de uma licença maternidade. A adolescente não observa outras diferenças entre ela e seus colegas que justifiquem essa diferenciação, mas entende que existe algum mecanismo que faz com que essa distinção entre homens e mulheres opere de modo a preteri-la no mercado de trabalho. Assim, a própria depoente nos explica que o machismo opera nesta situação, colocando a mulher “– mais para baixo.”

A gravidez é a justificativa histórica para os baixos salários femininos. Uma alegação até hoje empregada e veiculada por muitos, como Jair Bolsonaro⁵², então membro do Partido Progressista (PP), do estado do Rio de Janeiro, que deu várias entrevistas, em 2015, afirmando que as mulheres deveriam ganhar menos porque engravidam.

52 “Jair Bolsonaro (PP-RJ) deu uma entrevista recente ao jornal gaúcho Zero Hora, dizendo que pensa diferente. Para ele, [...] não é justo a mulher ganhar igual ao homem, já que ela engravida. ‘Eu sou liberal. Defendo a propriedade privada. Se você tem um comércio que emprega 30 pessoas, eu não posso obrigá-lo a empregar 15 mulheres. A mulher luta muito por direitos iguais, legal, tudo bem. Mas eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? ‘Poxa, essa mulher tá com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade...’ Bonito pra c..., pra c...! Quem que vai pagar a conta? O empregador. No final, ele abate no INSS, mas quebrou o ritmo de trabalho. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias, ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano [...]’.” Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida/>>. Acesso em: 15 de jun. 2018.

O capitalismo se apropriou das estruturas de poder e de dominações patriarcais para fincar suas raízes e aumentar sua capacidade de exploração. Ele se reinventou e se apropriou do regime de exploração e dominação para se reestruturar ao longo do tempo. No século XVIII, nos primórdios da industrialização, era necessário para que os homens pudessem trabalhar, que as mulheres realizassem os serviços domésticos e os cuidados com as crianças, contribuindo assim para a reprodução da força de trabalho. Hoje, a mulher foi incorporada ao mercado de trabalho sendo explorada diretamente, por meio da venda de sua mercadoria pessoal e não apenas pela realização do serviço doméstico. Não obstante, elas ocupam os postos de trabalho mais precarizados e recebem menores salários. De sua parte, as mulheres trabalhadoras negras são ainda mais preteridas que suas pares não negras (DAVIS, 2016; CISNE, 2014).

Nos grupos focais, verificamos que os estudantes percebem que a mulher é preterida por seu gênero no mundo do trabalho. Eles fazem a ligação entre classe e gênero como opressões que se fortalecem um junto à outra e que pesam duplamente sobre o corpo da mulher trabalhadora. A questão da opressão sofrida pela mulher da classe trabalhadora foi percebida por Beatriz, quando afirma que: “– No mercado de trabalho, a mulher ganha menos fazendo o mesmo trabalho que o homem. [...] às vezes até melhor, e ganha menos que o homem.” A contradição classe e gênero apareceu, principalmente, durante as explicações sobre violência financeira e a dificuldade de a mulher sair de um relacionamento violento por motivos econômicos. Sobre isso, trataremos mais amiúde no próximo capítulo.

Curiosamente, vale ressaltar que, embora muito tenha sido questionado sobre a obrigatoriedade de a mulher ter de cumprir o serviço doméstico, nada foi falado sobre o peso dessa obrigação quando somada a sua carga do trabalho. Ao questionar a obrigatoriedade do trabalho doméstico, a maioria dos meninos e das meninas pensa nele como uma atividade isolada. Eles refletem a mulher quase sempre como dona de casa. Logo, foi perceptível que os estudantes, mesmos filhos da classe trabalhadora, não percebem a dupla jornada feminina como um elemento da soma dessas opressões, posto que a imagem cristalizada da mulher como dona de casa prevalece.

4.2 Fragilidade, virilidade e dominação

A opressão a que a mulher é submetida sofre de uma invisibilidade cultural. Ela é reforçada como algo natural pelo discurso das elites dirigentes, uma vez que “[...] as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes.” (MARX, 2009. p. 67). Por

isso, elas muitas vezes são “[...] marcadas pela força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como apolíticas, passivas e submissas [...]” (CISNE, 2014 p.15). Essas pré-noções, muitas vezes reforçadas pela ciência, conferem à mulher uma condição de subalternidade intelectual e prática. Desse modo, a ideologia que propaga a subordinação da mulher ao homem termina por ser facilmente internalizada pelo senso comum.

Embora a lógica da dominação feminina seja reconhecida e muitas vezes fortalecida pelas interlocutoras nos grupos focais, como, por exemplo, em vários momentos quando as meninas identificam o homem como “o chefe da família” ou “o provedor do lar”, foi possível observar que elas não costumam reforçar o mito da passividade feminina. Elas questionam a submissão e a subordinação da mulher, colocando-se muitas vezes como sujeitas ativas de suas narrativas.

A princípio, suas falas parecem ir ao encontro das ideias que advogam a passividade e a fragilidade do feminino, replicando as ideias dominantes: “– Como a mulher é o sexo frágil, eles fazem o que querem.” (Beatriz). Ao mesmo tempo, em suas narrativas, elas citam mulheres que foram e são submissas, e ainda assim foram alvo de violência. Por isso, as participantes da pesquisa não encontram na submissão um caminho contra a violência sobre a mulher, mas sim uma de suas causas. Elas asseveraram que não precisam ser nem submissas e nem frágeis, apenas precisam “ser respeitadas”, defendendo sua autonomia frente aos rapazes. Um discurso em muitos aspectos surpreendente e avançado para suas idades.

Meu avô batia na minha avó e era super normal ele bater nela. Ela dizia que a gente nasceu para sofrer e que nós tínhamos que ficar caladas pro homem, que tinha que ficar em casa e ela não aceitava a mulher querer ter os direitos iguais. Como se a mulher fosse mesmo mais frágil, se o homem fosse o centro do universo. (Amanda)

No que tange às falas dos meninos, percebemos que elas vão ao encontro de nossos pressupostos investigativos, quando eles ressaltam a fragilidade da natureza feminina e a reduzem a uma condição objetal. Esse é o caso do depoimento que se segue, quando o entrevistado afirmou que “– [...] a mulher é um objeto frágil. Um homem tem mais força que a mulher, praticamente. Então, ali a mulher é um objeto qualquer para os homens, praticamente.” (Robério). Embora, especialmente em ambientes mistos, não haja a intenção de reafirmar a “superioridade” masculina diante da mulher, tornaram-se repetidas as falas que colocam-na em situação de fragilidade. Ainda que com a intenção de assegurar que um homem não deve agredir uma mulher, esses jovens refletem as mulheres como sujeitos passivos, dominados e indefesos. Daí, reforçarem frequentemente a figura masculina como de “chefe de família”.

Nas narrativas dos rapazes, existe uma aparente necessidade de enaltecerem suas virilidades, quando se afirmam como “– [...] homens de verdade”, por se compreenderem como mais fortes, que não batem nas mulheres, porque elas são indefesas frente as suas forças masculinas. Essa necessidade de fortalecerem suas masculinidades e suas forças físicas fica clara em diversas falas, quando os estudantes se remetem a violências presenciadas na infância e a sua incapacidade de fazer-lhe frente. Eles correntemente se colocaram como pessoas que hoje em dia teriam como responder fisicamente às agressões. É o caso do testemunho que segue: “– [...] se fosse hoje, isso não aconteceria, porque eu não deixava [...]” (Júnior). Por meio dessas falas, eles se impõem como homens, não mais como garotos, e se colocam como sujeitos capazes de conter a violência de outro homem, o que anteriormente não era possível.

Os estudantes ostentam sua masculinidade como uma parte de suas identidades. A capacidade de defender uma mulher ou confrontar outro homem aparece como uma “questão de honra”. Um aspecto simbólico significativo é o fato desses jovens passarem a impor sua virilidade e as suas condições por meio de um universo simbólico, onde os signos do masculino são hipervalorizados. O orgulho de ser homem e de demonstrar sua capacidade compreendem elementos determinantes em suas representações e nos parecem fundamentais para compreender suas falas, seus posicionamentos e os valores que apregoam.

Pierre Bourdieu (1998) fala de uma aceitação inconsciente de estruturas objetivas, por meio da incorporação de vivências de seu mundo social. Isto é, por intermédio das falas, dos exemplos, das experiências e dos silêncios vividos pelos sujeitos. Essas estruturas são incorporadas por diferentes formas de aprendizados que o autor designa por *habitus* (BOURDIEU, 1998). O *habitus* fortalece o processo de incorporação de estruturas que facilitam a dominação masculina e a submissão feminina. É por meio desse *habitus* masculino que os rapazes expressam a necessidade de demonstrar sua força e sua virilidade. Assim, eles pensam em serem percebidos e reconhecidos como “machos”. Por isso, essa condição faz parte das suas disposições duráveis.

O pensamento de Bourdieu, em alguns aspectos, casa com as formulações de Marx que, ao usar a palavra ideologia em sua obra, se refere às representações ideais que não reconhecem os interesses materiais que existem por trás delas mesmas, como se correspondessem a falsificações da realidade. Assim, à ideologia compreenderiam elaborações que desconhecem o seu condicionamento histórico, apresentando-se como autoras de sua própria história. Só depois de um tempo, o termo “ideologia” passa a ser empregado para representar uma concepção de mundo ou um sistema de valores.

Para Marx, a ideologia seria como uma imagem em uma câmara escura: verdadeira em sua imagem, mas ainda não necessariamente real, uma vez que ela não reconhece sua verdadeira origem. Essa leitura pode ser aplicada às relações de gênero, em que a mulher é tida como inferior ao homem por sua anatomia, ignorando a realidade histórica e cultural que a opressão a submete. Essa inconsciência corresponde às disposições duráveis provenientes do *habitus* patriarcal que gera uma aceitação alienada de um sistema de estruturas e práticas que requerem uma obediência a uma regra sem que haja reflexão consciente de seus fins. Tal pensamento beneficia unicamente o capital e o patriarcado.

Da mesma forma que a consciência de classe é dificultada pela alienação e pela força da ideologia dominante, levando a que muitos indivíduos dominados reproduzam ideais de sua própria dominação, o mesmo ocorre em relação ao feminino. As mulheres acabam por reproduzir sua própria dominação pela força do costume:

O poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência do homem, uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso não ocorre devido à concordância ou à convivência consciente das mulheres, mas devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada por relações de alienação. (CISNE, 2014, p. 78 e 79)

As participantes da pesquisa que demonstraram serem profundamente progressistas em algumas questões tocadas durante os grupos focais, reproduziram opiniões tóxicas para as mulheres e, portanto, para elas mesmas. Embora, por meio do discurso direto, elas neguem objetivamente a submissão da mulher, de modos mais sutis, elas próprias reforçam tais sentidos, refletindo a mulher como objeto sujeito às vontades e aos desejos masculinos.

Deste modo, quando surgiram afirmações contundentes dos rapazes, falando que existem mulheres que “dão motivo”, ou que “– fazem por onde” sofrer violência, as meninas se contrapunham imediatamente a qualquer violência contra seus corpos, negando a sugestão de que existam justificativas para tal violência. No entanto, elas não negaram que os fatores apontados por eles compunham aspectos depreciativos do caráter da mulher, a despeito de muitas dessas situações em que, supostamente, a “mulher dá motivo” representem fugas do controle masculino sobre ela.

A violência também é representada como um fenômeno positivo e, desta feita, até desejado, dependendo da circunstância em que ela pode se operar. A violência, deste modo, tanto é um fenômeno censurado, por princípio, ocupando o espaço do intolerável, quanto é tolerado, quando realizado dentro do que pode ser considerado como legítimo. Deste modo, a violência não pode ser analisada e compreendida sem

levar em consideração os pontos sob os quais ela é percebida e engendrada. Não bastam os fatos para que uma ação seja considerada como inaceitável por ser violenta. (FREITAS, 2003, p. 88 e 89)

Corpos de mulheres e crianças são classificados na categoria de “corpos dominados”, corpos que continuam desprotegidos, ainda que a sociedade civil e política tenha instituído leis que visem a defendê-los. O corpo da mulher nunca lhe pertence: ele pertence aos pais, ao namorado, ao marido, ao ex-esposo, aos filhos, mas nunca lhe diz respeito. As falas dos estudantes contribuem para a perpetuação dessa noção, ao apontarem o corpo feminino como algo frágil, que de fato não é protegido pelas leis.

A violência contra a mulher encontra legitimidade quando fere valores sociais do universo masculino. Existe uma ideia bastante disseminada nas narrativas de violência contra a mulher de que as agressões se apresentam como necessárias ao aprendizado feminino. Essa aceitação gera uma dualidade nos discursos sobre essas violências, na medida em que, em princípio, as pessoas lhes são contrárias, mas se mostram condescendentes quando a mulher “deu motivo”, ou quando “precisava aprender uma lição” (PAIVA, 2014).

4.3 Uma epistemologia Feminista

A ciência, que veste a capa da neutralidade, fortaleceu por séculos teorias e mitos que punham em local de subalternidade a mulher. Como não existe vácuo político na ciência, todos os seus conhecimentos são constituídos dentro de uma perspectiva político-ideológica que pode gerar saberes que podem fortalecer ou desconstruir desigualdades. Nesse caso, as tradições científicas da modernidade sempre fortaleceram as opressões do homem sobre as mulheres, reforçando sua divisão sexista, que associa o ativo ao universo masculino e o passivo ao feminino, buscando traços anatômicos para justificar condições psicológicas que fortalecem o mito de que o destino da mulher está impresso em sua anatomia.

Porém, é necessário lembrar que as noções de feminino e masculino não são universais, elas variam de cultura para cultura e se alteram no decurso do tempo. Tudo que nomeia e classifica gera diferenciação, por isso o conceito de gênero deve ser entendido como modo de significar as relações de poder. Ao abrir a Caixa de Pandora que escancara a realidade das relações de gênero como relações de poder, revelamos um sistema de exploração e dominação do homem sobre a mulher: o patriarcado. Esse sistema construiu hierarquias em que os signos do feminino são sempre vistos como inferiores aos do

masculino, impactando sobre a divisão do trabalho, as tarefas a serem realizadas e a própria existência de ser mulher.

Assim, a maioria das sociedades pensam a mulher como expressão de passividade, ternura e cuidado, ao mesmo tempo em que definem como modelo de comportamento masculino o rude, beligerante, agressivo, violento. Esse conjunto masculino de valores é fortalecido pelo patriarcado. Segundo Saffiotti (2015), esse é sistema pelo qual os homens exercem um regime de dominação-exploração sobre as mulheres⁵³. Para essa autora, o patriarcado com “[...] suas hierarquias e suas estruturas de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não somente a sociedade civil, mas impregna também o Estado.” (SAFFIOTTI, 2015, p. 57).

Como os demais fenômenos sociais, o patriarcado e o seu inerente padrão de masculinidade estão em constante transformação histórica e social. Se, por exemplo, na Roma Antiga aceitava-se que os homens detivessem o direito de vida e morte sobre suas esposas e seus filhos, hoje isso já não é mais aceito. Isso não impede, entretanto, que muitos cometam tais crimes. Nos dias de hoje, valores têm sido ressignificados a partir da constituição de famílias nucleares e de relações mais modernas entre os casais. Entre essas mudanças, todavia, o que permanece inalterado é o controle sobre a sexualidade e a reprodução feminina.

Esta pesquisa nos propiciou surpresas positivas como a do emprego consciente do termo “machismo”. Embora muitas vezes os participantes não soubessem categorizar tais palavras, elas eram usadas por eles com a segurança de quem sabe o que diz. Eles acabavam por explicar a relação de dominação do patriarcado sem sequer usar tal expressão. Isso porque, embora não conheçam as noções em seus múltiplos significados, percebem-nas por suas vivências sociais:

Ah, mas tu não tinha de fazer tal coisa? Como se fosse só obrigação da mulher fazer isso. É só um tipo de agressão, porque têm mulheres que elas se sentem obrigadas a ser submissas a isso, entendeu? Como objeto pessoal da pessoa. Por conta também do machismo da sociedade que também é muito grande. (Camila)

Na minha cabeça, vem o machismo, né? A violência está em todo lugar, na rua, às vezes até em casa. E tá sendo difícil conviver com isso a maioria das vezes, porque incomoda bastante. Eles acham que às vezes a gente está na rua e eles assoviam, eles acham que aquilo é bonito. Acham que a mulher tá gostando daquilo ali. É uma violência aquilo ali. O assédio. [...] Também sobre o machismo que a mulher não

53 O patriarcado, embora componha um sistema de opressão e dominação do homem sobre a mulher, carrega profundas diferenças conceituais nas teorias feministas “[...] atribui-se a disseminação da ideia de Patriarcado como sistemas de opressão presentes ao longo do tempo e mediante as culturas, implicando que, universalmente, as mulheres compartilham uma realidade separada dos homens. Nas correntes socialistas, o patriarcado adquire uma dimensão histórica (variando no tempo) e uma base material, intimamente ligado aos modos de produção e reprodução – embora sua existência em modos de produção muito diferentes evoque os pressupostos radicais sobre a dominação masculina transhistórica.” (PISCITELLI, 2008, p. 264).

pode fazer isso porque: "- Ah, é a mulher!" E homem já pode porque "isso". Eu acho muito errado, porque tem que ter direitos iguais. E tem também o feminicídio que é muito alto. O nível é muito elevado de morte de mulheres, por causa disso. (Katlyn)

[A violência] É presente para mim, porque eu sou mulher. Pelo machismo. Porque na minha família eu tenho muitas agressões contra mulheres, dos maridos. O ruim disso é que elas acham super normal. Se sentem culpadas por receber a agressão. Minha família sempre teve isso, desde antigamente. Mas aí eu luto com isso diariamente. Quando eu vejo alguma coisa machista na minha família e tal, eu falo mesmo, tô nem aí não [...] Eu percebo isso, porque eu sou mulher, tenho que ser submissa, abaixar minha cabeça, não posso reclamar. Por causa do machismo, enraizado na sociedade durante vários e vários anos, até hoje em pleno século XXI ainda tem isso. (Yara)

O uso consciente do termo "machismo" surgiu mais frequentemente nos grupos focais, quando as declarantes relataram situações familiares, embora elas compreendessem que ele não estava localizado apenas na família, mas na sociedade como um todo. É importante destacar que as críticas ao machismo não resultaram em qualquer postura crítica às divisões binárias de gênero, tratando-as como algo reconhecidamente natural. Em nenhum momento da pesquisa, qualquer interlocutor se identificou como sujeito não binário⁵⁴ ou de gênero fluido⁵⁵. Ou seja, como pessoas que não se afirmaram nem com o gênero feminino nem com o masculino, ou com os dois ao mesmo tempo.

A escola tem o poder de controlar o que é dito e não dito acerca de gênero, sexo e sexualidade. Por meio dos discursos que nela circulam, se constrói e se reconstrói o que são as normas e os desvios da norma, e é torno disso que se efetivam os embates culturais. Judith Butler (1998), eminente intelectual dos estudos Queer, propõe a subversão das identidades, desconstruindo o conceito de gênero a partir do fim da divisão entre sexo/gênero, demonstrando que estamos diante de uma ordem compulsória que nos direciona desde a barriga da mãe a sermos homens ou mulheres de acordo com a genitália.

Pensando assim, essa mesma lógica também nos encaminha para uma heteronormatividade compulsiva, que é mantida por meio da repetição de atos, gestos e signos da cultura. Para essa escritora, o nosso corpo é construído social e politicamente, por intermédio da linguagem, do trabalho, do desejo e dos sentidos (BUTLER, 1998). O mérito da autora reside no fato de ela ir direto ao ponto ao compreender a compulsividade do gênero e da sexualidade. Porém, ela propõe a subversão da ordem compulsória, descolando sexo,

54 Em nossa sociedade, o gênero de uma pessoa é, até hoje, definido de forma morfológica e binária. Isto é, por meio do seu corpo e de sua genitália é definido seu gênero como feminino ou masculino. Não binário é aquele sujeito que não possui identidade nem com o gênero que foi designado ao nascer e nem com o gênero oposto. Assim, não se identifica nem com o gênero masculino, tampouco com o feminino. Este é um termo guarda-chuva que abarca muitas identidades no aspecto da não binaridade.

55 Gênero fluido é uma identidade de gênero não-binária, que pode passear entre os gêneros, não sendo exclusivamente nem homens nem mulheres.

gênero e desejo para uma perspectiva ahistórica, que não dialoga com a materialidade. Essa não identificação como sujeito não binário ou de gênero fluido fortalece a crítica aos chamados estudos de gênero queer⁵⁶, posto que as abordagens desconstrutivistas de gênero não cabem na visão dos interlocutores, por isso eles não conhecem tais categorias e não fazem uso delas.

De acordo com Falquet (2008), o binarismo de gênero ancorado na heterossexualidade compulsória tem por finalidade garantir e reproduzir a divisão sexual do trabalho. Logo, mais relevante do que o combate ao binarismo é o combate do que o produz, a própria divisão sexual do trabalho. Isso porque o binarismo é o resultado da ideologia da diferença fundamentada pela divisão sexual do trabalho. A desigualdade de gênero nasce na cultura, que não é algo abstrato, pois ela é vinculada a relações estruturais e a determinações materiais produzidas pelas relações sociais que estabelecemos em um terreno marcado pela luta de classes. Assim, permeada pela ideologia dominante, a cultura não pode ser entendida de modo abstrato, isolada da sociedade, a qual por sua vez compõe a produção da ideologia. Portanto, não se deve cair no relativismo cultural ingênuo onde a cultura se forja sozinha, sem influências econômicas (CISNE, 2014).

Neste trabalho dissertativo, não é abandonado o uso da categoria gênero como categoria de análise histórica e social, substituindo pelas categorias mulher ou relações sociais de sexo, como sugere Cisne, porém o uso da categoria gênero não busca abafar ou reduzir o peso da exploração específica da mulher, entendendo que é necessário muito cuidado ao trabalhar tal categoria de modo desconexo do corpo, como um ato intencional e performativo. Ao trazer à cena tais questões, acaba-se por se questionar a mulher como sujeito do feminismo e igualar a violência do machismo à violência simbólica da arbitrariedade do gênero e do desejo compulsório. É necessário que se compreenda a compulsoriedade do gênero e do desejo relacionado a ele sem separar isso do corpo que vivências tais experiências.

O pensamento pós estrutural de Butler pensa a cultura de forma apartada das relações sociais, como uma engrenagem autônoma da sociedade. O equívoco desse pensamento está em ignorar as bases materiais e históricas que compõem a cultura, que não é autogerida e nem autossuficiente. A cultura é fundamental para a compreensão dos estudos de gênero, mas tão fundamental quanto é a compreensão de que ela é marcada pelas relações que

56 As teorias queer nos estudos de gênero se propõem a superar as teorias baseadas nas oposições de gênero entre o feminino e o masculino, rompendo com a binaridade. Elas afirmam que a orientação sexual e a identidade de gênero dos indivíduos são construídas socialmente. A primeira subsumida ao segundo, daí não existirem papéis essenciais, mas sim formas variáveis de desempenhar papéis sexuais e de gênero.

estabelecemos em um contexto de luta de classes. O patriarcado tem sua consolidação histórica ligada à produção e reprodução da propriedade privada. Assim, a tarefa estratégica do feminismo é destruir o patriarcado não apenas por meio da quebra com o binarismo de gênero, mas, principalmente, por intermédio da quebra da propriedade privada que oprime a mulher (CISNE, 2014).

As obras de Butler, que tentam questionar e desconstruir as primeiras formulações acerca do gênero, propõem o feminino e o masculino não apenas como mecanismos de produção e reprodução dos gêneros binários, mas principalmente como mecanismos de desconstrução do feminino e do masculino. O busílis dessa teoria está na possibilidade de se compreender o gênero como algo relacional, de pensá-lo como um fazer, como uma performance.

Logo, a binaridade entre o masculino e o feminino seria simplista e não abrangeria a complexidade do que se entende por gênero, uma vez que já surgem gêneros não binários. No entanto, é impossível ignorar que a maior parte das pessoas não está a par das teorias queer. Sendo assim, o diálogo com o fim do gênero acaba por se distanciar da realidade dos participantes da investigação, revelando-se como um estudo de abstrações que contribuem para a desconstrução da “mulher” como sujeito histórico, conduzindo a uma ciência estática, que não colabora para a construção de categorias de pensamento não patriarcal.

Dessa forma, percebemos que os estudos de gênero pós-modernos distanciam a teoria da prática política, limitando-se a discussões meramente acadêmicas sem retorno social. Eles se revelam contraditórios à vida e à luta das mulheres trabalhadoras, as quais, na precariedade de seus cotidianos, submetem-se à opressão e à exploração do patriarcado e do capitalismo, muitas vezes, sem que sequer isso seja observado. Segundo Cisne (2014), a pós-modernidade cria estudos de gênero “exotéricos”, que se debruçam sobre estudos de “masculinidades” que pouco contribuem para o avanço do movimento de mulheres. Nesse sentido, entendemos que não é papel das mulheres e das feministas avançarem nesses estudos infrutíferos.

Gênero é também o saber sobre as diferenças sexuais, em que há uma relação inseparável entre saber e poder. Ele dá vida às relações de poder, sem que isso possa ser negado pela fluidez das relações de gênero. Os seus sentidos são conferidos dentro de uma hierarquia marcada pela cultura. Como o corpo é sempre visto a partir de um ponto de vista social, o sexo estaria subsumido ao gênero. Assim, o corpo seria construído pelo discurso sobre ele. Segundo Foucault (1988), o aumento dos discursos sobre o sexo traz o “saber sobre o prazer”, ao mesmo tempo em que nos propicia o “prazer em saber”. O saber como uma

forma de poder. O mesmo deve ser dito sobre o gênero: o seu conhecimento como forma de poder.

A construção do sentido do fazer-se mulher parte do princípio de que ela se conforma como sujeito histórico. Esse pressuposto a retira da posição de objeto, ou de mera alegoria, possibilitando-nos refletir sobre a mulher e sobre a violência a que é submetida por intermédio dos diversos sentidos construídos no seio desta sociedade. Assim, entendemos que o papel central dos estudos de gênero não é simplesmente edificar teorias, mas produzir conhecimentos que se afastem das categorias de pensamento patriarcais e que fortaleçam as mulheres como sujeitos políticos. Nesse sentido, esses saberes não podem ser apartados da realidade das mulheres. Eles têm que forjarem, sobretudo, a base intelectual para as lutas feministas.

No entanto, todo o conhecimento produzido nesta sociedade é fundado sob a ideologia patriarcal, que torna natural a opressão e a dominação do corpo e da vida das mulheres. Para Saffioti (2015) “[...] efetivamente, quanto mais avançar as teorias feministas, maiores serão as possibilidades de que suas formuladoras se libertem das categorias patriarcais de pensamento [...]” (SAFFIOTI, 2015, p. 58). Isto é, quanto mais caminharem os estudos feministas, mais eles se distanciarão do pensamento patriarcal. E quanto mais se distanciareem do patriarcado, melhores estarão suas teorias e mais perto da apreensão da realidade.

4.4 A violência marcada pelo gênero

Este tópico constitui-se a partir da necessidade de se compreender o cenário da violência contra a mulher, por meio da realização necessária de um estudo específico sobre o que é entendido por violência contra a mulher e o que a diferencia das demais formas de violência. Nesta dissertação, portanto, entendemos a violência contra a mulher em contexto amplo, podendo manifestar-se por intermédio de violência física, psicológica, sexual, econômica, moral e simbólica.

Durante a presente década os discursos sobre esta violência têm permeado nossas relações, no entanto existe um enorme leque de significações para aquilo que sofremos, praticamos, entendemos e nomeamos como violência contra a mulher. Assim, entendemos a violência contra a mulher como aquela exercida pelos homens contra as mulheres, em que estas são afetadas exclusivamente pelo fato de pertencerem a um gênero.

Convém reiterar que não é entendido, aqui, que a violência perpetrada por uma mulher contra um homem seja violência motivada pelo gênero, posto que, embora esses casos existam, não existe base material que permita acreditar que existe uma relação social de poder e dominação das mulheres sobre os homens. Logo, não podem ser caracterizados como tal. De modo contrário, a violência perpetrada pelos homens é motivada pela desigualdade de gênero e tem o intuito de manter o controle e o domínio deles sobre as mulheres, escancarando a realidade destas relações como relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres.

Assim, apontamos que este trabalho de investigação compreende como violência contra a mulher qualquer forma de ruptura com a integridade da vítima – psicológica, física, verbal, sexual ou moral, em diferentes contextos sociais (SAFIOTTI, 2015). A fala dos interlocutores nos grupos focais, tanto mistos quanto femininos ou masculinos, demonstraram que os jovens participantes da pesquisa possuem consciência de que a violência contra a mulher não se resume à violência física, mas a diversas formas de violência produzidas pelos homens contra as mulheres.

Por violência contra a mulher não está só em agressão física, como tanto ele pode agredir ela com palavras como gestos, não sei. Coisas que têm no cotidiano. A minha mãe tinha um namorado que, no ano passado, ele já começou a ameaçar ela, porque ela dizia que ia se separar. Aí ele começou a ameaçar, ameaçar, ameaçar, aí chegou o ponto que ela não queria mais nem olhar na cara dele. (Daniela)

Eu acho que, para muitas pessoas que não conhecem, assim muito... não conseguem definir o que é realmente violência, as pessoas acabam pensando que violência é só você chegar na outra pessoa e começar a bater nela. Mas não, para mim, a violência começa com o desrespeito. (Joane)

A violência contra a mulher pode ser de certos modos, pode ser físico, pode ser verbal. Pode ser um marido tratando a esposa, dizendo que isso é só para mulher. Pode ser uma agressão também. (Wesley)

Ela levantou um ponto importante, no caso, a agressão psicológica. Muitas mulheres são oprimidas pela sociedade, não fisicamente, mas no seu trabalho. As pessoas tendem a diminuir as mulheres. Sei vários casos onde as mulheres deveriam ser honradas e é o contrário, estão sendo diminuídas. Isso faz muito mal pro psicológico. (Carlos)

Os estudantes relataram, ao longo da pesquisa, as mais diversas formas de violência demonstrando que reconhecem que a violência contra a mulher não é algo uno, mas, ao contrário, diversificado e cheio de representações. Nestas últimas falas, podemos observar que, além da violência física, os estudantes reconhecem como violência a psicológica, moral, financeira e simbólica, não só no espaço de casa, mas também no do trabalho. Além dessas formas de violência, trabalhamos com outras categorias que surgem nos relatos estudantis,

mas desde já é relevante afirmar que para eles, a violência contra a mulher que é apresentada em suas falas não é apenas a física, embora ela seja também reconhecida e relatada.

A violência contra a mulher foi, por muito tempo, tida como algo normal, na medida em que a mulher era considerada posse do homem, assim como seus demais objetos. Por isso, o homem tinha direito sobre corpo dela.

Vale considerar que a violência contra a mulher, em particular a violência doméstica, embora presente na maioria das sociedades, continua sendo um fenômeno invisível, sendo, por vezes, aceito socialmente como normal, ou seja, uma situação esperada e costumeira. (LETTIERE; NAKANO; RODRIGUES, 2008, p. 468)

Desta forma, supõe-se que a violência contra a mulher, por ser naturalizada, não é reconhecida como alvo central de políticas públicas e acaba quase sempre como uma violência invisível, somando-se a esse quadro a dificuldade das próprias vítimas em relatar episódios de agressões a que foram submetidas, tornando o problema ainda mais oculto:

[...] apesar de frequente, apresentando prevalência mais alta que muitas patologias, a violência contra a mulher sofre uma invisibilidade de origem social. Destaca-se nessa invisibilidade a difusão da ideia de que a violência entre parceiros íntimos é um problema privado que só pode ser resolvido pelos envolvidos. (MARINHEIRO; VIEIRA; SOUZA, 2006, p. 605)

A invisibilidade e o silenciamento da violência contra a mulher também é um fato observado pelos estudantes, que compreendem que, dentro imaginário social, esse tipo de violência é algo em que não se deve “meter a colher”. Entretanto, eles questionam tal naturalização.

Ele disse que às vezes não vale a pena. Só que eu acho sim que toda vida a pessoa tem que se meter. Não se meter ali no meio da peia, mas ajudar nem que seja por fora. Chamar a polícia. (Amanda)

Eu acho que isso acontece muito mais em casa, com o marido, porque a mulher aguenta mais do marido, porque ela pode nem aguentar na rua das outras pessoas, mas aguenta do marido, porque ela acha que só porque se casou com ele “ah, me casei com ele, ele é meu homem, tenho que aguentar isso”. Não! (Valter)

No entanto, se por um lado tal questionamento demonstra a compreensão do caráter social do silenciamento desta violência, por outro, traz ambiguidades no discurso sobre a passividade da mulher frente a violência sofrida. Para alguns, o silêncio sobre a violência e o silenciamento da vítima tem a ver com o medo da própria violência, mas, para alguns rapazes, demonstra a passividade da mulher ou o “desejo de apanhar”. Em mais de um momento, houve relatos em que o caráter de passividade ou imobilismo da mulher era relacionado ao prazer, mais do que ao medo.

É, professora, a mulher praticamente sofre porque quer. Se elas quisessem tomar as devidas providências, elas tomavam. Porque se elas quisessem mudar mesmo isso, elas mudavam. Mas parece que elas gostam. Se reunisse um grupo de mulher para fazer um projeto, para mudar isso? Ai era diferente, né, professora? Mas parece que isso faz parte do dia a dia, parece que isso é normal, bater numa mulher. Se bater numa mulher, não vai acontecer nada. (Robério)

Mas isso também é psicológico dela, ela tem medo. Se a pessoa está apanhando, você não vai chegar para denunciar. Não vai fazer nada, porque você tem medo de ele fazer alguma coisa contra você ou contra a sua família. [...] Aqui as pessoas criticam muito, vê a mulher apanhando e fala “ah, não separa porque não quer, quer apanhar”, mas vai lá ver como é na base do medo. (Bruna)

Essas duas linhas de argumentação apareceram recorrentemente nos grupos focais: a mulher que não denuncia ou se separa do agressor por medo e a mulher que não o faz por “gostar de apanhar”. Vale ressaltar que essa segunda argumentação, ao longo a pesquisa, só apareceu exclusivamente nas falas dos meninos. O desejo de apanhar é mais um dos mitos do senso comum que perpassa o imaginário e o aprendizado destes jovens. No entanto, tal discurso não é bem-aceito pela maioria, uma vez que, em todos os momentos em que ele apareceu, foi confrontado por argumentos como o do medo e da dependência como contrários a este suposto sadismo.

De acordo com Freitas (2003), o medo é um dos ecos mais significativos da violência. As falas dos estudantes demonstram que o medo faz parte do cotidiano daqueles que convivem com a violência, tanto dos homens quanto das mulheres. A violência, neste caso, possui o poder simbólico de coerção, que implementa adesões dos dominados à vontade dos dominantes. Os homens e as mulheres que participaram desta pesquisa demonstram formas diferentes de temer a violência. Ambos temem a violência contra as mulheres ao seu redor, entretanto, sobretudo os homens, desejam defender a mulher de tais agressões. Já as mulheres, elas temem por seus próprios corpos e exprimem em suas falas a coerção sofrida e a submissão sobre as vontades masculinas pelo medo da violência.

Assim, reiteramos que a violência do homem contra a mulher está vinculada às relações estruturais de dominação, longe do que a perspectiva naturalista prega de que seria da natureza da mulher ser passiva e submissa. Podemos ver que um aspecto basilar deste sistema de dominação patriarcal é o medo, ou seja, “[...] a dinâmica entre controle e medo rege o patriarcado.” (SAFFIOTI, 2015, p.136). Essa situação pode ser exemplificada por diversos diálogos sobre o uso de roupas que poderiam acarretar situações de violência:

A gente também não pode sair com uma roupa curta, porque já chama atenção. (Hellen)

E constrangimentos. A gente se sente constrangida. Porque eles acham que, tipo, estupro, violência contra a mulher, a mulher tá com a roupa curta e eles dizem que a

culpa é da vítima, sendo que uma roupa vai interferir em quê? Ninguém tem o direito de interferir, pegar uma pessoa e abusar, violentar. Sendo que a culpa não é da vítima. (Luciana)

É uma questão de respeito. (Hellen)

É. Uma questão de respeito. Tem que ter respeito. (Luciana)

Não é porque a mulher está com um tipo de roupa, ou se comportando de um jeito que ela está dando entrada para você. (Hellen)

Eles jogam... a mulher tá em tal local tarde da noite, “– ah, tava em tal local a essa hora?” (Luciana)

“É pedir para ser abusada.” (Flávia)

A sujeição das meninas existe antes da imposição violenta, posto que o temor as mantém seguindo as leis patriarcais e, por este mesmo motivo, muitas mulheres incorporam tais normas sociais e as reproduzem na educação de seus filhos e filhas, ainda que ninguém as esteja impondo tal modelo educativo.

Existe também um medo que aparece de forma mais sutil na fala dos rapazes, que demonstra, apesar da defesa dos direitos das meninas, o medo de perder a posição de poder. Quando os meninos afirmam que existem mulheres que merecem ser violadas, eles reforçam a dominação do homem sobre a mulher e, ao mesmo tempo, demonstram a compreensão da violência e da força como instrumentos de controle do corpo feminino, como um elemento educador, para que as mulheres não fujam dos papéis impostos a elas. Assim, quando as mulheres seguem as normas do patriarcado e do universo do desejo masculino, não há necessidade do uso de violência sobre elas, mas, quando elas ameaçam a própria dominação, torna-se necessário que elas sejam reeducadas, por meio de práticas coercitivas e violentas.

Pode-se interpretar, deste modo, o medo dos dominantes como uma das reações resultantes das ameaças reais ou iminentes do mundo dos dominados, principalmente quando as formas de dominação simbólicas se enfraquecem, decorrentes da percepção reflexiva dos agentes dominados. Diante desta situação, quanto menor for a capacidade simbólica da dominação, maiores serão as formas de expressão da violência aberta, exercidas através de práticas coercitivas e repressivas, responsáveis pela produção estratégica da coação dos agentes sociais. (FREITAS, 2003, p. 106)

Para Hannah Arendt, o conceito de violência se separa dos conceitos de poder, de autoridade e de dominação. Para a autora, a violência é algo racional, mostrando a violência por meio de três situações-chaves: a desnaturalização, propondo que a violência não é algo inerente ao ser humano; a despersonalização, entendendo que a violência não é um sujeito em si; e a desdemonização, colocando que a violência não é o mal em si mesmo. Assim, a violência se contrapõe ao poder, por não promover causas. Antes, seria um instrumento

racional de dominação. Assim o é a violência contra a mulher, em que os homens utilizam dela como instrumento de dominação.

Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt realiza uma brilhante análise sobre a banalidade do mal, percebendo como os comportamentos de obediência e submissão podem implicar no encerramento da liberdade (tanto individual como coletiva), sem que isso seja questionado ou tratado como algo “anormal” (ARENDR, 1999). Assim, apropriamo-nos dessas categorias de pensamento para o estudo do machismo e do patriarcado, já que, em muitos momentos, a dominação do homem sobre a mulher na sociedade patriarcal passa pelo processo de inibição de pensamentos críticos com relação ao seu próprio sistema e à sua manutenção. Excetuando-se casos excepcionais, não é conhecido homem ou mulher que afirme a violência contra a mulher, mais especificamente a violência doméstica, como algo positivo, no entanto, esta é uma violência cotidiana. Ao mesmo tempo em que não é asseverada como algo bom, a violência contra a mulher ocorre diariamente e passa despercebida.

Nesse sentido, tal violência possui uma dimensão racional, com uso instrumental e legitimado, conforme fortalece uma ordem social, assim ela é aprovada e até apoiada por parte da sociedade. A violência contra a mulher pode ser tolerável ou abominável, conforme a internalização de determinadas regras de conduta social, cuja “[...] recorrência é operada de modo que seja assegurada a coesão social [...]” (FREITAS, 2003 p. 90).

Existe uma forte ambivalência no discurso dos rapazes sobre esta violência que revela um efeito simbólico do imaginário social deles, ao apresentarem a imagem do agressor e da vítima de duas formas distintas: em primeiro lugar, a mulher boa e a mulher digna de violência, e, em segundo, o homem violento e o homem educador. A mulher boa aparece no discurso geralmente como a “mãe”, a mulher que é pura, que é boa e dócil e ainda assim vítima de violência. A mulher digna de violência, por outro lado, é aquela que aparece no imaginário desses jovens de forma mais distante, como a “pirangueira”, a que só quer os homens para fins sexuais, a que engravida propositalmente, a que os provoca até que eles percam a cabeça.

O homem violento, na maioria das vezes representado nas narrativas destes rapazes como seus pais, avós, tios ou padrastos, é aquele homem irracional, violento por natureza, que bate na esposa, nos filhos, sem nenhum motivo, que desconta suas raivas e frustrações naqueles que estão mais perto, sem que exista justificativa plausível. O homem caracterizado como “educador” é aquele que não perde a cabeça, mas que muitas vezes

precisa ensinar uma lição, como se, de fato, estivesse educando a mulher como se educa uma criança, para que ela possa seguir as regras deste universo social.

Temos como hipótese que este homem a quem chamamos de “educador” é uma forma prévia de proteção destes rapazes contra qualquer violência que possam vir a cometer. Isto é, eles se diferenciam em princípio dos homens irracionais e violentos que conheceram ao longo de suas trajetórias, de modo que, no caso de alguma violência cometida, já está claro que não é uma violência da magnitude daquela que eles repugnam, pois tinha unicamente a intenção educativa, para que as mulheres pudessem seguir melhor as normas sociais.

A recorrência da fala sobre a mulher “dar motivo” impactou nesta pesquisa em alguns aspectos. Em primeiro lugar, embora existisse o pressuposto de que esta fala apareceria nos grupos focais, esperava-se que isto ocorresse apenas em ambientes hegemônicos masculinos. Ou seja, imaginamos que a presença das meninas poderia inibir esse tipo de comentário, supondo-se que isso faria parte de uma linguagem oculta apenas entre os homens. A reincidência desta fala, entretanto, demonstrou o grau de naturalidade dessa afirmação. É espantosa a desinibição com que se afirma que existem mulheres dignas de violência, mesmo em frente a outras mulheres.

Todavia, foi relevante a força com que as meninas se contrapõem à ideia de que a violência contra a mulher possa ser justificada. Todas as vezes em que esta situação ocorreu esse discurso foi rechaçado pelos meninos, mas principalmente pelas meninas, ainda que em muitos momentos não se negassem os motivos apresentados pelos rapazes como elementos depreciativos do caráter de uma mulher:

Às vezes, quando essas agressões ali acontecem é porque tem mulher que dá motivo, porque ele não vai fazer ali do nada, não. Eles têm motivo para isso acontecer. É que nem na favela, tem lá uma pirangureira, lá na favela, de shortinho, aí chama a atenção dos homens, praticamente ela quer fazer isso, e ela consegue. Aí os caras têm um pensamento: “eu vou querer ter um relacionamento sexual com aquela garota”. Aí ela pega e tem um relacionamento sexual com ele. Aí, o que acontece? Ela pega e fica sofrendo com o menino e ele pega e vai para a outra, parte para a outra. Tem mulher que não é santa, entendeu? Tem mulher que dá motivo para que isso aconteça. (Robério)

Não, não é só porque ela dá motivo que ele é obrigado a bater nela. (Beatriz, Fernanda)

Elas não dão motivo. É porque os homens têm que respeitar o querer da mulher. Se ela quiser, a mulher pode dizer “– Aí, eu vou sair nua na rua”, mas não vai ter problema nenhum. E, se ela sair desse jeito e nenhum homem olhar para ela com segunda intenção, isso é ser respeitado. Roupa não define caráter! (Daniela)

Define sim! (Robério)

Não define não, cara! (Daniela)

Define sim. Acredite! Eu acredito que define. (Robério)

Olha, o dia tá quente e eu vou vestir um shortinho e uma blusinha, aí o cara vê " – Ah, aquela menina quer ser estuprada só porque está de shortinho." Não, cara, tá quente. (Daniela)

Arendt caracteriza como “normopatia” um conformismo extremo, uma ausência de criticidade àquilo que é visto como normal, caracterizada como uma obediência cega. Nela, encontra-se a banalidade do mal, a banalização das injustiças sociais e, do mesmo modo, a banalidade da violência contra a mulher. Aprofundando o conceito de banalidade do mal (ARENDR, 1999) e sua ligação com o patriarcado, é observável que, no Brasil, as mulheres vivem em condições de violência generalizada, que são ignoradas e estigmatizadas, pois, por meio das normas sociais impostas pelo sistema patriarcal, ninguém vê a barbárie produzida contra o corpo das mulheres, mesmo que mais de 106 mil mulheres tenham sido assassinadas de 1980 a 2013, de acordo com o Mapa da Violência de 2015. (FACSO, 2015)

O fato é que, assim como Eichmann de forma acrítica contribuía para o genocídio do povo judeu, partindo do pressuposto de normalidade daqueles atos, posto que apenas seguia ordens contra os inimigos do regime, as pessoas “de bem” em nossa sociedade contribuem para a perpetuação da violência contra a mulher, seja por colaboração ativa, no caso de perpetração da violência, ou por omissão, eximindo-se da responsabilidade sobre aqueles atos. Isto é, a violência contra a mulher é parte da normalidade patriarcal, e, portanto, invisibilizada. O homem que agride a mulher, assim como aqueles que ignoram a violência contra ela e permitem que agressões aconteçam são pessoas absolutamente normais, nascidas e socializadas no seio de uma sociedade machista e patriarcal.

Desse modo, retira-se parcialmente a culpa do sujeito, já que o homem que agride sua esposa ou filha não é unicamente o culpado por esta violência, pois é apontada para a lógica do sistema parte da responsabilidade, no caso o patriarcado. Neste sistema de dominação e exploração do homem sobre a mulher, a violência contra ela não vem de psicopatas que se regozijem com a dor e o sofrimento alheio, mas de pessoas perfeitamente normais.

Retornando a Judith Butler, a autora observa que, em determinados enquadramentos, nem todas as vidas são qualificadas enquanto vidas, dependendo das relações de poder em que estão envolvidas. Determinadas condições de vulnerabilidade e precariedade servem, neste contexto, para legitimar a violência. A autora observa como a norma opera para tornar apenas certos sujeitos reconhecíveis. Assim, aplicando esse

pensamento ao enquadramento de relações intra-familiares, as mulheres são desqualificadas enquanto sujeitos de direitos, sendo suas vidas ou mortes determinadas pelas suas relações.

A desumanização do sujeito, vítima da violência, é parte central deste processo que naturaliza a violência contra a mulher. As mulheres são a todo tempo reificadas e tratadas como objetos, como posses, não diferentes de um móvel. Logo, a violência contra a mulher na perspectiva de discipliná-la, ensiná-la, fazê-la obedecer é algo perfeitamente aceitável. Nesse sentido, torna-se necessário compreendermos o papel da mídia na objetificação e desumanização da mulher, onde são tratadas como um brinde na compra de cerveja, de desodorante, de barbeador, como um acessório. Desse modo, as peças não vendem apenas seus produtos, mas também uma forma de ser e agir, fortalecendo a naturalização de que a mulher ocupa um lugar de inferioridade dentro de nossa sociedade. Tal representação de gênero naturaliza a subordinação do feminino ao masculino, como se essa subordinação fosse ahistórica e natural, tornando a submissão parte da essência do feminino.

5 VIOLÊNCIA VIVIDA

Violência contra a mulher para mim é, tipo, toda forma de agressão, não física, mas psíquica, verbal e toda forma de repressão contra a mulher. O que faz a mulher se sentir mal para mim já é uma violência. Tipo intimidar, incomodar ela. Mesmo que seja pegar na mão uma forma de intimidação que a pessoa não se sinta confortável com aquilo, para mim, isso já é uma forma de violência. O assédio também, né? Pode ser considerado. Chegar e ficar, a mulher já fica incomodada. Ou com palavras, chegar aqui e começar a falar besteira para a mulher, para mim, já é violência. (Camila)

Até aqui conseguimos observar que a grande maioria dos e das estudantes participantes da pesquisa entendem o que é gênero e as dualidades entre feminino e masculino, em que o homem é a representação da força e a mulher da submissão. Essa dicotomia, em geral, eles reconhecem não vir da natureza. As meninas, principalmente, demonstram insatisfação com essa dualidade e os impedimentos que este aspecto da “feminilidade” impõe sobre elas. Alguns rapazes, por outro lado, reforçam sua virilidade, por meio de suas falas, colocando-se em posição de protetor das mulheres, reforçando a ideia sobre a “natureza” do homem e da mulher.

Da mesma forma, por intermédio da fala dos interlocutores, tornou-se nítido que a maioria destes estudantes entendem que violência contra a mulher é um ato com motivações de gênero. Isto é, agride-se a mulher exclusivamente pelo fato de ela ser mulher, independentemente de quais sejam as justificativas dadas para o ato de violência. Essa clareza por parte dos depoentes ficou perceptível, quando, em diversos diálogos, houve afirmações de que os homens não precisam de motivo para agredir uma mulher, dando-nos uma pista de que parte dos estudantes acreditam que a violência contra a mulher é de fato motivada pelo pertencimento ao gênero, com a intenção de manter e reforçar a dominação de um sobre o outro. Ao mesmo tempo, parte menor dos estudantes afirma a necessidade de um “motivo” para a agressão.

Assim, chegou-se ao ponto central a que esta pesquisa pretende responder: “O que os e as estudantes de Ensino Médio de Fortaleza entendem que é violência contra a mulher?”. Uma dos resultados mais relevantes a que esta pesquisa chegou foi a compreensão de que os jovens entendem que violência contra a mulher não é apenas a violência física, mas diversas formas de agressão. Em nenhum grupo focal, os estudantes deixaram de explicar que existem várias formas de violência contra a mulher, como também, em nenhum dos grupos, questionou-se a afirmação de que as violências citadas como violência psicológica, assédio, violência no trabalho ou econômica, não fossem formas de violência contra a mulher. Todos os interlocutores que participaram dos grupos focais parecem concordar que existem diversas

formas de violência contra a mulher, ainda que não concordem que seria o gênero em si a sua motivação.

Por violência contra a mulher não está só em agressão física, como tanto ele pode agredir ela com palavras, como gestos, não sei. Coisas que têm no cotidiano. A minha mãe tinha um namorado que, no ano passado, ele já começou a ameaçar ela, porque ela dizia que ia se separar. Aí ele começou a ameaçar, ameaçar, ameaçar... Aí chegou o ponto que ela não queria mais nem olhar na cara dele. Ela foi na delegacia duas ou três vezes, só que a delegacia também não resolveu. (Daniela)

Eles dizem que não há agressão física mais dele com ela, mas eu acredito que ainda tenha verbal e também psicológica, porque ele faz ela se sentir insegura. Muitas vezes, ele chama ela de louca e isso é um relacionamento abusivo que ela não consegue ver. Quando é um relacionamento abusivo, muitas vezes, ela não consegue enxergar que é. Ela precisa primeiro estabelecer a segurança e a confiança dela para poder sair disso. (Ana)

Tanto que o assédio, você não pode usar o que quer, não tem direito a usar uma roupa, quase nada, que eles se sentem no direito de opinar e de tratar você mal. Tem o sentimento de posse. E é como ela falou, isso dificulta nosso dia a dia. Você não se sente segura para fazer nada. Tanto na rua como dentro de casa. (Bruna)

Hoje em dia, tudo é violência contra a mulher, principalmente o que mais acontece agora é física e verbal. Como ele falou, homem quer mandar na mulher como se fosse dono dela, mas não só dessa parte, mas em outras também, por questões de trabalho, condições financeiras. Então, para mim hoje, quase tudo é agressão à mulher. (Pedro)

Nessas falas, as e os estudantes contam sobre formas distintas de violências que mulheres próximas a eles vivenciam, ou vivenciadas pelas próprias participantes da pesquisa. Dani e Ana relatam violências, por meio de “palavras e gestos”, ameaças, intimidação, perseguição, sendo claramente um relato de violência psicológica. O medo, a vergonha e a falta de autoestima são efeitos comuns desta forma de violência também relatadas pelas meninas. Enquanto isso, Bruna nos fala de outra forma de violência vivenciada por ela própria: o assédio, que em primeira instância inibe a jovem de usar o que quer. Em outra dimensão, remete ao medo da possibilidade de uma violência sexual dentro e fora de casa. Pedro, em um grupo focal apenas como outros meninos, relata que hoje tudo é violência contra a mulher porque “o homem quer ser dono dela” e cita violações da mulher em relação a sua condição de trabalho e de dinheiro.

Neste processo, rapidamente foi percebido que era impossível compreender a percepção dos estudantes sem transitar pela violência que eles próprios vivenciam ou vivenciaram. O diálogo entre o que é violência se misturou a relatos de violências vividas pelas próprias meninas ou por mulheres próximas a eles e a elas. Nesse processo, o discurso sobre a percepção sobre violência contra a mulher ultrapassou os limites de algo externo,

mostrando que, no debate sobre violência contra a mulher, estes adolescentes não estão na posição de espectadores, mas de sujeitos da violência.

5.1 A violência no seio da família

Entre os relatos de violência, um tópico debatido exaustivamente diz respeito à violência cometida pelos mais próximos, dentro de casa, no ambiente familiar, sendo uma questão suscitada em todos os grupos focais realizados. A violência relatada pelos e pelas estudantes era, em sua maioria, praticada pelos pais, tios, irmãos, avós e padrastos. Esses homens foram representados como os agressores não apenas das meninas que relatavam violências sofridas, mas também das mães, irmãs e amigas dos interlocutores. A recorrência da violência doméstica não é uma questão que marca apenas a vida dos jovens participantes da pesquisa, pois segundo Day *et al.* (2003), uma a cada três mulheres sofre violência física, sexual ou psicológica por um membro da própria família.

Em *A origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*, o autor Friedrich Engels (2009) nos mostra que, quanto mais se desenvolviam as relações de produção nas primeiras sociedades humanas, mais opressivas se tornavam as relações sociais para as mulheres. As relações chamadas “comunistas primitivas” encerram seu ciclo com o surgimento da família e da propriedade, por meio da introdução da monogamia para as mulheres, enquanto a poligamia ou a “infidelidade” segue sendo permitida aos homens. Deste modo, surge a figura da “verdadeira mãe” e do “verdadeiro pai”, assegurando a hereditariedade e o direito de herança (ENGELS, 2009).

A Família, portanto, é uma importante chave para o entendimento do histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres. Por isso, comecemos por entender o significado histórico e etimológico da família. De acordo Danda Prado (1985, p.51), o termo família encontra sua origem no latim *famulus*, que significa “conjunto de servos e dependentes do senhor.” (CISNE, 2014, p. 81)

A família surge como um conjunto de servos e escravos, no caso a mulher e as crianças, submissos ao poder do senhor, o pai. O direito e a hereditariedade que até então giravam em torno da figura materna, posto que apenas era possível reconhecer a parentalidade materna, é substituída pelo direito patriarcal, em que o pai passa a ser proprietário da família, assim como de todos os bens. À medida que vai crescendo o processo de acumulação, é ressaltada a importância do direito de herança, por meio da linhagem patriarcal, excluindo completamente o direito materno, substituindo por uma filiação ao direito paterno. (ENGELS, 2009)

Engels fala ainda sobre o pátrio poder romano, que dá ao homem direito de vida e morte sobre sua família, sendo imperativa a monogamia para que se gerassem filhos cuja parentalidade fosse indiscutível. Assim, a monogamia feminina aparece na história sob a forma de escravização de um sexo pelo outro e, assim, a luta de classes se inicia com a opressão do feminino pelo masculino. O patriarcado se assenta, portanto, sobre a dominação do pai sobre a mulher e os filhos (ENGELS 2009). Saffiotti (2015) reforça a visão sobre a constituição patriarcal, utilizando dois fatos históricos: a produção de excedente que resulta no nascimento da propriedade privada e a descoberta da participação dos homens na reprodução.

A dinâmica da violência contra a mulher é, ainda hoje, um reflexo das relações de dominação e subordinação das mulheres, resultado do que Engels chama de pátrio poder. Deste modo, a divisão desigual de privilégios e poderes dentro do ambiente doméstico, produzida pela divisão sexual do trabalho, fortalece as assimetrias das relações de gênero naturalizadas pelas sociedades ocidentais.

Quando eu era criança, era praticamente cotidiano que acontecia. Ele vinha bêbado para casa e ele mandava fazer comida. Se ela não fizesse, ele agredia ela. (Hugo)

Meu avô batia na minha avó e era super normal ele bater nela. Ela dizia que a gente nasceu para sofrer e que nós tínhamos que ficar calada pro homem, que tinha que ficar em casa, e ela não aceitava a mulher querer ter os direitos iguais. Como se a mulher fosse mesmo mais frágil, se o homem fosse o centro do universo. (Maria)

De acordo com as falas de Hugo e Maria, o direito sobre o corpo da mulher permanece fortemente baseado nas obrigações femininas. O lugar de privilégio legado ao gênero masculino gera, por meio dessas assimetrias, um estado de vulnerabilidade para as mulheres, que acabam mais expostas à violação de seus direitos. O resultado do aprendizado social que valoriza determinados atributos femininos cristaliza a lógica dos “deveres femininos” que são a raiz de muitas violências praticadas dentro do âmbito familiar. A mulher torna-se responsável por todas as tarefas ligadas ao cuidado: cuidar da casa, dos idosos, das crianças, dos enfermos, do marido etc., e fica também sujeita à violência por descumprimento desses “deveres”, sob a justificativa de “disciplinar” ou “ensinar” a mulher.

Na fala de Maria sobre sua avó, fica nítido que as mulheres também compartilham desses valores: a avó da menina dizia que as mulheres tinham que sofrer e aceitava os desejos masculinos como normas, assimilando a inferioridade como um valor feminino. Assim, a violência cometida pelo seu marido era aceita por ela própria, posto que em sua consciência acreditava que não merecia direitos iguais.

Eu nunca denunciei meu pai por medo. Eu já pensei muito em denunciar meu pai, porque, tipo, toda vez que tentava, eu começava a chorar e não conseguia, não tinha coragem de sair de casa, não tinha coragem de ligar, por ele ser meu pai. Ele me bate, mas eu sempre botei na minha cabeça que ele é meu pai e é a forma dele de me educar. (Nádia)

Também no “pátrio poder” surge a tolerância à violência contra a mulher, desde que seja realizada dentro de casa, passando pela percepção de que a mulher é, assim como os demais bens, posse do homem. Na fala de Nádia, a menina reforça a ideia da violência como método de educar, além de deixar explícito que o motivo de sua não denúncia é a sua relação com o agressor. De acordo com o Ipea (CERQUEIRA e COELHO, 2014), 63% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”, 89% concordam que “a roupa suja deve ser lavada em casa” e 82% consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Embora a violência cometida pelos membros da família ou companheiros íntimos seja reconhecida como a forma mais comum de violência contra a mulher, em que o risco de uma mulher ser violentada física e sexualmente por alguém do seu seio familiar é maior do que por qualquer outra (Garcia-Moreno e col., 2006), a violência doméstica é socialmente aceita, quando em comparação a outra forma de violência. Em muitas falas, as estudantes nos contam sobre violências que vivenciam e são ignoradas por elas mesmas e por outras pessoas.

Eu acho, assim, que a violência contra a mulher acontece, porque a mulher mesmo aceita. Meu irmão me batia. Todo dia ele me batia e minha mãe não falava nada. A partir do momento que ela não me defendia, ele se aproveitava daquilo. Eu sempre dizia que ia denunciar ele, mas ele não tava nem aí. Só que um dia minha irmã chegou em casa e viu isso. Aí ela se revoltou contra isso e disse assim “- Mãe, por que a senhora aceita o Luan bater na Noélia?” Aí, ela pegou e disse assim: “- Não, é porque ele já está acostumado.” Aí, tia, eu não gosto nem de falar disso. “- Não, é porque ele já tá acostumado a bater nela. Eu já aceitei. Não tenho mais moral para ele. Ele já é de maior.” Porque, desde os 16 anos dele, ele me bate. Aí, minha irmã falou que: como é o nome daquilo? É Maria da Penha, né? Contra o homem? Aí, minha irmã disse que “- Quando eu pegar o Luan batendo na Noélia, eu vou botar ele na Maria da Penha.” E, desde esse dia que minha irmã me defendeu, ele não me bateu mais. Mas ele só levantava a voz e eu já ficava achando que ele ia me bater. (Noélia)

A naturalidade como a mãe de Noélia lida com a violência diária sofrida pela filha demonstra que é algo tolerável, se feito pelo irmão da vítima. A violência doméstica é também reconhecida como algo permanente, não ocorrendo como fato isolado, mas como um ciclo. Nenhuma das violências relatadas pelos e pelas estudantes, ocorridas dentro do ambiente familiar, ocorreram pontualmente, havendo um misto de diversas formas de violência (física, psicológica, econômica, sexual, etc.) em um ciclo de agressões sucessivas, com intervalos em que a mulher estava mais protegidas. Por meio do relato de Noélia, observamos que a jovem

sofre, além da violência física, o terror psicológico da possibilidade da violência cometida pelo irmão. Além dos gritos e xingamentos que a menina afirma receber, mesmo quando ele não a violenta fisicamente, o medo de que ele a agredisse era permanente.

Ao mesmo tempo, a jovem afirma que a violência contra a mulher existe dada a permissão das próprias mulheres, sem levar em consideração que o patriarcado é um sistema regido pelo medo e forjado por ideologias. A violência e a reprodução da opressão contra as mulheres funciona com uma mecânica automática de um mecanismo potente, que não precisa da presença de um homem para continuar em pleno funcionamento. Praticamente, a mesma situação se repete no relato a seguir:

A família toda contava... E, das poucas conversas que eu tive com a minha mãe antes dela morrer, ela me contava que se separou do meu pai, porque ele espancava muito ela. Tipo, ele saía, deixava ela sozinha em casa, voltava bêbado e espancava ela. Sempre isso, frequentemente. Até que chegou um ponto da família descobrir, porque ela não contava, ela escondia sempre e eles moravam em casa um pouco longe do resto da família. E, quando a família descobriu, ficou todo mundo muito revoltado, esconderam ela e fizeram ela se separar. E eu acabei ficando com meu pai, por minha mãe não ter condições de me criar, porque ela não trabalhava, não tinha terminado o estudo dela, aí ela continuou a estudar depois disso. E, como eu fui criada pelo meu pai, ele sempre foi bem agressivo. Hoje eu tenho 14 anos e eu não posso me reunir, tipo, com o pessoal da minha sala e sair, como aconteceu um dia desses. Eu pedi a ele e ele disse que não, porque eu não posso estar sozinha, eu tenho que estar com ele ou com alguém da minha família. Eu cresci apanhando, tipo, eu tenho uma marca enorme aqui na minha perna de uma surra que eu levei com um cabo daqueles brancos de HDMI. E, tipo, é isso. E às vezes ele ameaça, quando acha que eu fiz algo de errado. Ele vai, fica me ameaçando, fala besteira e tal. Mas ele parou. Aí, agora eu estou morando com ele e meu avô e, de vez em quando, ele ameaça. Mas ele não bate mais. (Nádia)

Nádia conta parte da história de sua mãe, afirmando que ela escondia a violência sofrida dos demais familiares. A força do medo como engrenagem autônoma da ideologia patriarcal mostra, nesse caso, novamente o seu poder. A mulher que sofria a violência escondia sua situação não apenas para a defesa do homem agressor, mas principalmente dela própria. Os exemplos do funcionamento do patriarcado, mesmo sem a presença dos homens, por meio das falas dos interlocutores, são inúmeros. Fica evidente, na fala dos estudantes, que o julgamento moral de uma mulher sobre a outra, em sua maioria, não é mais condescendente do que o de um homem.

Assim, a violência contra a mulher e a opressão patriarcal se perpetuam como um sistema fortalecido pelo medo e que acaba sendo reproduzido também pelas mulheres. É válido ressaltar que elas não são culpadas pela reprodução desse sistema, posto que são a vítima e produto dessas relações sociais de gênero. Logo, sendo parte da relação estabelecida de alienação, participam da reprodução do patriarcado, mas dele não se beneficiam.

Nesse sentido, a família realiza também o papel da difusão ideológica do conservadorismo, ensinando mulheres e crianças as normas e estruturas da sociedade de classes. A família atua na reprodução do capital e do machismo, perpetuando a propriedade privada e a opressão e exploração da mulher. A naturalização das normas e qualidades do que é dito como da “natureza feminina” também faz parte do processo de socialização e aprendizado das mulheres, que são treinadas informalmente desde pequenas a realizar determinadas tarefas. Tais tarefas ligadas ao cuidado e realizadas pelas mulheres funcionam como ações invisíveis, fruto da própria “natureza feminina”, tornando um trabalho especializado em uma ação desvalorizada, contribuindo para a divisão sexual do trabalho e para a desvalorização do trabalho mulher (CISNE, 2014).

Nem só na questão do lado de fora, como a senhora disse. Dentro de casa, a gente enfrenta esse tipo de violência. Eu cresci vendo meu pai bater na minha mãe. Muito! Ele batia muito nela. Ele saía, chegava tarde. Ele traía ela com mulheres e também com lésbicas. (...) E ele fazia isso para humilhar ela. E eu cresci vendo isso dentro de casa: agressões dele contra ela. Ele já chegou a me agredir uma vez, mas, por ela ter ido me defender, ele acabou dando nela também. Tanto que uma vez ele foi preso. Ela colocou ele na Maria da Penha que, graças a Deus, existe essa lei. Serve para quase nada, Deus que me perdoe, por conta nossa também, porque a gente não denuncia. (Flora)

Flora aponta uma rotina doméstica cercada por violência, em que o pai batia na mãe e nela própria, chegando a ser denunciado. A violência física não é a única relatada nesse processo, na medida em que a humilhação citada pela menina e as traições do pai para com a mãe configuram outras formas de violência. O ataque à dignidade e à autoestima destas mulheres como um ato permanente e sucessivo está entranhado na fala da menina sobre a família. Nádia também denuncia a continuidade da violência praticada por seu pai, que agredia sua mãe e hoje a violenta física e psicologicamente. De acordo com a jovem, o pai a ameaça e “fala besteira”, porém, desde que ela mora com o avô, as agressões físicas cessaram, permanecendo apenas as ameaças.

O único grupo focal em que não foi relatada a continuidade e a interação entre violências sofridas foi o grupo realizado apenas com meninos do primeiro ano, na Escola de Ensino Médio, localizada no bairro Antônio Bezerra – E3. Apesar de apontarem a continuidade e a sucessão de diferentes violências, as falas dos interlocutores não deixam claro se há consciência dessa continuidade, posto que muitas delas deixam nítida a crença na mudança, ou, apesar de relatar mais de uma violência praticada pelo agressor, afirmam o(s) ocorrido(s) como “um fato isolado”, e não como um ciclo de violência.

O momento em que cessa a violência é quase sempre tratado como um período de mudança do agressor, sem que isso seja avaliado a médio ou longo prazo. Do mesmo modo,

os sujeitos tendem a amenizar as violências sofridas quando dentro do ambiente familiar, apesar das falas que indicam o conhecimento de que existe mais de uma forma de violência. Ao se tratar de alguém próximo, em sua maioria, só eram tratadas como violências aquelas mais intensas, como física e sexual, e em alguns casos a psicológica.

Quando eu era pequeno, o meu pai batia na minha mãe. Só que eu só presenciei isso uma vez, quando eu era mais novo. Só que meu pai se arrependeu muito, e ele foi mudando o jeito dele. Ele foi ficando assim mais na dele. (Hugo)

Em todos os casos de violência domésticas relatadas foi visível a dificuldade de denúncia por parte das vítimas. Além das críticas à morosidade da justiça e das ferramentas de segurança da mulher, a agressão realizada por um membro da família, traz à tona relações emocionais, materiais e de segurança. As falas demonstram a crença na possibilidade de regeneração e pela ligação emocional com o agressor. Outros fatores foram relatados como influenciadores para que não fossem feitas as denúncias, entre eles, a relação do pai com os filhos, a questão financeira e o medo, uma vez que este homem conhece intimamente o cotidiano de sua vítima.

Outro fator relevante é o medo da culpabilização, quando o agressor é visto de determinado modo pela comunidade que o rodeia. É muito comum que se questione não apenas sobre a veracidade dos fatos, como também as justificativas dadas para o cometimento do ato.

Tipo, relacionamento abusivo eu vi muito na minha vida, que meus pais têm esse relacionamento abusivo. Quando eu era mais pequena, ele já agrediu ela. Só que ele sempre corria atrás, pedia desculpas, dizia que ia mudar, e ela ficava com isso “– Ai, eu amo ele, então eu vou perdoar.” E ela sempre perdoava e voltava e era a mesma coisa de sempre. Ai, ele bebia muito, muito mesmo. Ai, ele fazia as merdas bêbado. Ai, ela achava que era por causa da bebida. Ai ele parou de beber faz uns cinco anos, não, quatro. Ele parou de beber e ela achou que as merdas iam acabar, só que continuou não fisicamente, mas emocionalmente, psicologicamente, porque ele fala coisas de um jeito que faz ela se sentir culpada por tudo. Sendo que a culpa é dele. E eu sou a única lá da casa que defende ela, porque ela vê e ela tem um certo medo. (Yara)

A dependência emocional da mãe de Yara na perspectiva de permanecer com seu abusador porque “o ama” é fato muito comum relatado em diversas conversas. A permanência na relação, em função da esperança de que a pessoa mude, ou a aceitação da condição em que se encontra em função do relacionamento são um dos sintomas mais comuns da violência doméstica. Facilmente, o agressor se desprende da culpa e passa a culpabilizar a vítima pela violência que ela própria sofre. Além do “amor”, o medo é um dos sentimentos que ajuda a mãe a se manter naquela relação. Logo, o terror psicológico por um lado e a dependência afetiva por outro foram a explicação de grande maioria das narrativas contadas pelas meninas.

Outro pilar de sustentação da violência doméstica é a dependência financeira. De acordo com a Fundación Escuela de Gerencia Social (2006), o risco de abuso físico é menor, conforme maior seja a escolarização da mulher e seu nível de renda familiar. Martin (2001) demonstra a importância da autonomia financeira feminina para a integridade e a dignidade da mulher, ao sugerir que aquelas que trabalham sofrem menos violência de seus companheiros. Essa realidade também é afirmada pelos estudantes em diferentes momentos.

Tipo um casal, dois adolescentes, eles param de estudar, eles têm filho cedo, e tipo, só o homem às vezes consegue emprego. Por ser homem e ter mais força para algumas coisas, ele consegue emprego e só ele trabalha. E a mulher fica lá na casa cuidando dos filhos e da casa. E, tipo, quando acontece alguma coisa, ele sempre passa na cara que é ele que trabalha e é ele que bota comida dentro de casa e humilha, não sei. Por a mulher não conseguir trabalhar e por causa que tem que cuidar do filho, ou por ser mulher e não ter terminado o estudo, e, tipo, ele ficar passando na cara, ficar xingando, ficar falando as coisas, eu acho que é violência. (Isaura)

Por meio de uma narrativa fictícia, Isaura nos dá pistas da realidade que a cerca, ilustrando a dinâmica da violência financeira exercida pelos homens sobre as mulheres. Embora não use tais sentenças, a menina elucida também a dinâmica de subjugação da mulher pela via financeira e a dificuldade de sair de um relacionamento no qual não se construiu estabilidade financeira, para que possa seguir a vida de forma estável, sem necessariamente depender do homem.

Foi observado ainda que, tanto nos grupos focais masculinos como nos mistos, os meninos, de maneira geral, tendem a relatar uma periodicidade menor de comportamentos violentos quando comparados às meninas. Além disso, a riqueza nos detalhes e na descrição dos casos de violência citada é sempre maior entre as mulheres.

Em estudo sobre percepção sobre violência doméstica com pessoas assistidas pela lei Maria da Penha (DEEKE; BOING; OLIEIRA; COELHO, 2009), foi reconhecido que o relato dos homens sobre a violência sofrida pelas mulheres, com frequência, desqualifica e diminui o relato das agressões, menosprezando e naturalizando a violência, buscando justificativas, por meio da ideia de que a mulher também foi agressora e que “existe briga em todos os casais.” Essa mesma narrativa também foi reproduzida pelos meninos entrevistados em relação às violências que não eram cometidas no seio familiar, mudando o discurso quando se trata da mãe, da irmã ou de outra mulher próxima.

5.2 Lei Maria da Penha

A violência doméstica é talvez a mais comum forma de violência contra a mulher e é reconhecida como um modo específico de violação dos direitos humanos, caracterizada por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, além de dano moral ou patrimonial, sendo praticada no âmbito familiar, por alguém com a qual se estabelece relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação (Art. 5º e 6º, Lei 11.340/06).

Ao tratar de violência doméstica, faz-se necessário discutir a lei Maria da Penha, uma vanguarda na defesa do corpo e da vida das mulheres, trazendo profundas inovações na legislação brasileira, por meio de medidas preventivas, protetivas e punitivas, para a defesa das mulheres vítimas de violência doméstica. Tal tipo de violência é reconhecida, principalmente, por meio da violência física, já que é sua face nítida e inquestionável. Assim, a lei Maria da Penha é pioneira, ao estabelecer a incorporação da tipificação de outras formas de violência doméstica e familiar em função do gênero. Essas violências, apesar de muito frequentes, eram pouco reconhecidas e invocadas para que se obtivessem instrumentos de proteção (DEEKE; BOING; OLIEIRA; COELHO, 2009)

Entre os participantes da pesquisa, muito foi falado sobre a lei Maria da Penha. Em todos os grupos focais, embora a maioria não soubesse como funciona nem quais seus mecanismos de proteção, todos já haviam ouvido falar ou conheciam superficialmente a lei. Tal fato vai ao encontro das estatísticas da pesquisa de Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013) que demonstra que apenas 2% da população nunca ouviu falar da Lei Maria da Penha, sendo amplamente conhecida pela população. De acordo ainda com os dados da pesquisa, 86% das mulheres entrevistadas passaram a denunciar mais os casos de violência doméstica após a Lei de 2006. Além disso, também 86% concordaram que a agressão contra as mulheres deveria ser denunciada à polícia, demonstrando o apoio popular que recebe a lei e a repreensão a esse tipo de violência.

Todavia, apesar de ter conhecimento da existência da lei Maria da Penha, a grande maioria dos estudantes não sabia dizer para que, nem para quem ela servia. O desconhecimento sobre os mecanismos de funcionamento da lei eram generalizados. Havia equívocos profundos sobre o funcionamento da lei, entre eles os mais comuns eram a ignorância sobre as medidas protetivas e preventivas que a legislação possui, tendo conhecimento apenas das medidas que preveem a punição dos agressores. Observou-se,

assim, uma ignorância sobre o reconhecimento das diversas outras formas de violência contra a mulher, e não apenas a violência física, como humilhação, exposição pública, ameaças, intimidação, cerceamento de liberdade, direito de decidir quando engravidar etc.

Eu tenho uma dúvida sobre a lei Maria da Penha. Ela só se aplica a mulheres ou também pode se aplicar a crianças ou a homens? (Carol)

É porque existe o ECA, né, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando uma criança, uma menina é agredida, ao ECA é acionado. Quando a menina tem mais de 18, aí já é considerado lei Maria da Penha. (Dionísio)

Apesar da resposta com razoável conhecimento sobre os mecanismos legais, a informação passada a Carol por Dionísio não é verdadeira. A lei Maria da Penha protege crianças e adolescentes em situação de violência doméstica e não entra em contradição com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), podendo ser utilizados em diferentes situações ou de modo complementar na defesa de meninas em situação de violência doméstica. A fala de Dionísio demonstra de forma lacônica o desconhecimento desta lei. Apesar de conhecer-lhe o nome e sua função – a defesa do corpo e da vida das mulheres –, não sabem de fato como esta lei age.

Podemos observar, então, que a despeito de ser uma lei amplamente conhecida e de amplo apelo popular, para além do nome e do fato de agir em defesa das mulheres vítimas de violência, pouco se sabe realmente sobre ela. Em muitos grupos, os participantes não sabiam que a lei só assiste a mulher vítima de violência doméstica, outros tantos estudantes questionaram sobre o fato de ela também defender homem vítima de agressão por parte da família ou mesmo afirmaram isso. A maioria dos estudantes desconhecia o telefone de denúncia da lei Maria da Penha – disque 180 – e poucos sabiam que, para denunciar a violência contra a mulher, não precisa ser que o denunciante seja exclusivamente a vítima, mas qualquer pessoa que presencie tal tipo de abuso.

A vez que eu cheguei mais perto de denunciar foi ano passado, quando eu já não tava mais morando com ele, mas tava morando com meu avô. Eu estava na casa de uma amiga minha, tinha acabado de chegar do colégio e eu tinha ido lá buscar alguma coisa. E ele não gosta que eu saia de casa, e ele foi lá e começou a me xingar no meio da rua e me chamou para ir na casa dele. Quando eu cheguei lá, ele começou a me bater, me bater e me mandou tirar todas as coisas da casa do meu avô, que eu ia voltar a morar com ele. Aí, eu voltei, eu peguei, ele saiu. Aí eu liguei pro 190 e comecei a falar com o rapaz. Eu perguntei como fazia a queixa e tal; ele perguntou o que estava acontecendo, aí eu falei. Só que aí, quando eu estava conversando com o rapaz, o meu pai chegou e eu fiquei com muito medo de continuar apanhando e eu peguei o celular e eu tirei a bateria. E joguei o celular no canto da casa. E, depois disso, ele parou mais e eu também não tive coragem. (Nádia)

Quando eu era pequena, uns oito ou nove anos por aí, sempre tinha na escola para falar sobre isso [Lei Maria da Penha], sempre tem. Aí, a primeira vez que eu escutei, o meu padrasto me batia muito, até hoje, mas não tanto, porque eu já estou maior. Aí, de manhã, quando eu acordava, eu sempre tive um problema para acordar, tinha mais sono, aí ele tinha... Não tem aqueles pauzinho que tem para botar na parede para fechar porta e janela? Aí, ele me batia com aquilo todo dia. Aí, teve um dia que eu estava com tanta raiva chorando, eu sempre choro muito no banheiro, aí eu falei para ele que eu ia ligar para a polícia, que eu já estava cansada de tanto ele me bater. Só que minha mãe ficava chorando também, só que minha mãe gosta dele. Só que teve um dia que eu fiquei com tanta raiva que eu fui morar com a minha tia. É do lado da minha casa. Aí, ele sempre ia lá me buscar à noite, pedindo para entrar. Ele vinha me bater, aí toda noite eu ia dormir chorando. Até hoje eu tenho medo de fazer alguma coisa para ele me bater. Eu nunca denunciei, porque eu não sei nem como é. Então, eu nunca tive coragem por causa da minha mãe, porque ela gosta muito dele. (Fernanda)

Nádia poderia ter concluído a denúncia, caso conhecesse o disque 180 que trata diretamente de casos ligados à lei Maria da Penha, sem passar pelo serviço tradicional de polícia. A eficiência e o direcionamento no atendimento podem ser fundamentais para que se consiga concluir a denúncia e prevenir a continuidade de uma agressão. Além da menina, muitas outras e outros estudantes garantiram não saber da existência desse telefone. Fernanda afirma também não ter conhecimento de como proceder a denúncia. Mesmo quando ela era sofria violência por parte do padrasto, não chegou ao conhecimento da moça como realizar a denúncia. Outro fator que a impediu de realizar tal ação foi justamente a relação da mãe com o agressor e o medo de represália ou de fazer a mãe sofrer por conta disso.

Um outro fato marcante nas discussões dos estudantes sobre essa lei foi a descrença no funcionamento dela. Os participantes da pesquisa, com alguma frequência, afirmaram que a lei, assim como o efetivo policial, “não serve de nada”.

Tipo, a lei Maria da Penha é mais voltada para a agressão física contra a mulher. Às vezes, ela é falha porque às vezes a mulher vai denunciar e o delegado pergunta o motivo... e quando ela diz o motivo pode ser qualquer coisa. Vamos dizer que ela vai lá denunciar uma agressão e ela diz que é por traição. Aí ele pega e fala “– Ah, é porque você mereceu.” Muitas vezes, acontece isso. O delegado acha que ela é a culpada por ser agredida. E também às vezes, como ele disse, a mulher vai lá e tira a queixa. (Fernanda)

Para mim, não serve de nada, porque o cara pode passar um ano, dois anos dentro da prisão, e quando sair de novo? Vai atrás da mulher. Vai atrás da mulher do mesmo jeito. (Júnior)

Júnior, Fernanda e Ana citam três dos principais motivos que foram mencionados repetitivamente em diversos grupos focais para a ineficácia da lei. De acordo com vários estudantes, por mais importante que seja o instrumento, a lei falha pois a polícia, o aparato de defesa do Estado, não dá a importância devida ao cumprimento dessa lei. A atuação da polícia é cruzada pelo senso comum e pré-noções construídas pelos sujeitos. O combate à violência

contra a mulher, que é historicamente negligenciado, é também negligenciado na hora das apurações dos crimes. Os juízos de valor, partindo do ditado de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, tornam profundamente comuns o medo da denúncia acabar, como no caso de Fernanda, culpando a vítima pela violência sofrida. Ou, como a história de Ana, em que, apesar dos mecanismos serem acionados, as medidas necessárias para a proteção das vítimas não são de fato tomadas.

Outro relato comum feito pelos e pelas estudantes é o medo de que, em situações em que as ações e os instrumentos de proteção à vítima funcionem, o agressor, sendo ou não preso, volte com mais raiva e desejo de vingança, como citado por Júnior.

Há mulheres que sofrem e não se posicionam. Ficam caladas por justamente por medo de que algo piore, que ele faça mal além dela à família dela, porque têm coisas que acontecem, assim, que aparece na televisão... de matar os filhos, de torturar ela tanto fisicamente como psicologicamente. (Carla)

Até porque as leis às vezes é muito fraca nessa parte da violência contra a mulher. Principalmente, aqui no Nordeste. Muito mais fraca para a gente. Mas não é totalmente válida, porque dizem que tem a lei da Maria da Penha, mas tem aquele negócio ali da restrição para a pessoa não chegar e pronto. Mas a gente fica naquele medo de andar na rua e ser morta. Ele não pode matar, mas pode mandar alguém matar e tal. Aí fica aquela coisa, fica aquele medo da pessoa denunciar e ele ir lá e mexer com alguém da tua família sim (...) É muito caso de mulher, mais de não sei quantas ligações acontecem, mas em compensação é muito pouco as delegacias e o policiamento para as mulheres. A gente não se sente tão segura. Tem a lei da Maria da Penha, mas não se sente tão segura, porque sabe que aquilo ali vai demorar, não vai ter aquele policiamento perto de você te protegendo daquela pessoa. (Ketlyn)

Novamente, o medo aparece como um elemento fundamental para a não denúncia da violência. No caso de Carla e Ketlyn, o medo narrado não é só da violência sobre seus corpos, mas da violência contra seus parentes ou entes queridos. As moças reafirmam de maneira indireta que não existe mulher que “goste de apanhar” e colocam o medo numa posição-chave para esse silenciamento. Ketlyn problematiza ainda a ineficiência dos mecanismos de proteção legal das mulheres, como as medidas protetivas, que impedem a presença física do homem, mas não sua influência sobre o meio em que ela vive. Além disso, ela remeta à ausência de policiamento, o que torna ineficaz a medida protetiva, já que não há a presença de alguém que garanta sua efetivação.

É relevante pontuar que, além de Ketlyn e Carla, o relato sobre a ineficiência da polícia parece ser um consenso entre os interlocutores. Em todos os grupos focais, houve questionamentos sobre a eficiência e a aplicação da força militar. Em nenhum momento, houve uma defesa direta do policiamento como instrumento de proteção à mulher. Foi afirmado, também, em vários grupos focais, que a polícia ignora a violência contra a mulher por ainda partir do princípio de que “não se deve meter a colher”.

A partir da Lei Maria da Penha, a violência doméstica, para efeito legal, passa a tipificar também outras formas de violência, as quais foram mencionadas e vivenciadas pelos estudantes participantes da pesquisa. Entre elas, as mais frequentes foram a violência psicológica, a qual, de acordo com a lei 11.340 de 2006, é representada por qualquer conduta que cause prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação e à autoestima da mulher (ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, limitação do direito de ir e vir, etc); a violência sexual, que consiste em constranger a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno, manipulação ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; a violência moral, praticada por meio de calúnia, difamação ou injúria; e a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

A lei Maria da Penha é, portanto, um instrumento de combate à violência e um agente potencializador dos direitos humanos fundamentais. Ela atrela, pela primeira vez, a Constituição Federal à Declaração Universal dos Direitos Humanos nos casos previstos nessa lei. No entanto, ficou claro que, apesar do conhecimento amplo sobre a existência da lei, em sua grande maioria, os estudantes não só não conhecem seus mecanismos de denúncia como desacreditam da efetividade do funcionamento dela.

5.3 Violência Moral e Psicológica: Controle, Ameaças e Humilhações

Às vezes, eu acho que uma palavra dói bem mais que uma agressão física, essa questão da palavra. Ele também esculhambava muito ela, e essa questão de palavras eu enfrentei dentro da casa da minha própria tia. Ela não é minha tia. Ela não é minha tia mesmo, é a mulher do meu tio. E sempre ele colocava ela como empregada, como essas coisas, ela tinha que levar a comida dele na cama, ela tinha que fazer a comida, ela tinha que fazer isso, que fazer aquilo... E, quando ela não fazia, ele falava muita besteira com ela. Ele dizia que ela não presta para nada. Para mim, são as piores tipos de agressão, tanto a física e psicológica. (Ana)

Apesar da violência, em sua concepção mais popular, ser imediatamente ligada ao uso da força, foi a violência psicológica a forma de violência doméstica mais relatada pelos estudantes. Apesar de nem sempre eles identificarem essa forma de violência como tal, os

relatos de xingamentos, abusos verbais, danos à autoestima, ridicularização, humilhações, perseguições e ameaças à vida da mulher eram frequentes. Os danos psíquicos causados por esse tipo de violência não deixam na vítima marcas visíveis em seu corpo, mas trazem prejuízos emocionais ao equilíbrio da mulher profundos, impedindo de diversas formas que ela viva com dignidade.

Os constrangimentos, os cerceamentos dos espaços, os incômodos contínuos como forma de submeter e/ou coagir outrem ao seu domínio configuram uma violação dos direitos essenciais dos seres humanos. No entanto, a complexidade da identificação da violência psicológica dificulta as denúncias desta. A linha que define o que é violência psicológica é bastante tênue. A ausência de marcas corpóreas impede muitas vezes a vítima e aqueles que são mais próximas a ela denunciarem. É válido ressaltar que, embora apenas mulheres sejam assistidas pela lei Maria da Penha, esta forma de violência é também muito comum com crianças, idosos e pessoas que precisam de cuidados especiais.

Eu acho que não é só físico, é psicológico e eu acho que isso ocorre, porque há muito tempo se criou essa ideia de o homem é um ser superior que agora eles acham que a mulher é um objeto, não é uma pessoa livre [...] Além de ter muita mulher que não se posiciona, tem muita mulher que essa realidade é normal. Ou então "– Tá certo. Ela tem que fazer o que o marido manda, porque não tem direito." Essas ideologias passadas... (Eduarda)

Eduarda identifica que a violência psicológica é parte de um sistema de dominação que obriga a mulher a agir fora dos moldes que ela própria deseja, seja para fugir dos constrangimentos e das humilhações, seja por acreditar que esta é a forma correta de proceder. A violência psicológica incute muitas normas sociais na mente das mulheres, tornando-se um elemento fundamental do controle sobre a mulher a respeito do que ela faz, do que diz, do que veste, com quem sai, etc.

Por meio do depoimento de Eduarda, podemos observar também a violência moral sofrida pelas mulheres. A parte pública da violência psicológica, quando ela sai do âmbito do privado e torna-se de domínio público, praticada por meio de calúnia, difamação ou injúria. Isto é, quando um homem, para agredir a mulher, utiliza-se de artifícios de difamação pública, divulgação de imagens ou conversas pessoais com a intenção de humilhar e constranger a vítima.

Outra forma de violência moral é a desacreditização da palavra, fortalecendo estereótipos como o de mulher descontrolada, de vagabunda “que fez por onde”, ou louca, tornando a vítima socialmente incapaz de se defender das violências sofridas, fortalecendo a culpabilização dela.

As mulheres, quando percebem que estão em um relacionamento abusivo... fica difícil, tanto pela questão de gostar da pessoa, como pela questão de estar com o psicológico abalado e a questão de depender deles mesmo por causa dos filhos. Aí, mesmo querendo sair, fica difícil. E, quando não tem uma pessoa com quem ela possa contar, aí ela se sente menos capaz de superar aquilo, porque ela não tem ajuda justamente porque as pessoas ficam julgando ela por ela ainda estar naquele relacionamento, sendo que poderiam ajudar e não julgar. (Carla)

Ao falar do julgamento sofrido pelas mulheres vítimas de violência, Carla comenta a dificuldade da falta de crença na vontade da mulher de superar tal situação. A imagem cristalizada sobre a mulher permanece mais forte do que a crença da sua possibilidade de superação. Um dos relatos mais comuns a esse respeito é a dificuldade de sair do relacionamento e a falta de apoio das pessoas ao redor. Carla aponta o isolamento social da mulher vítima dessa violência que, muitas vezes, ao procurar o amparo, recebe “julgamentos” e aumenta seu isolamento pela vergonha e pelo medo da exposição.

Mais um aspecto que inibe a denúncia da violência psicológica, além da falta de marcas, é a dificuldade de identificar o agressor como tal, posto que os abusos emocionais abalam a autoestima da vítima e confundem suas relações. A mulher não se enxerga como vítima, na medida em que essa violência se inicia de forma branda, passando muitas vezes despercebida, deixando a vítima culpada e ainda mais vulnerável. Dessa forma, ela passa a aceitar as imposições e a forma de tratamento que lhe são legadas.

De acordo com a Lei Maria da Penha (2006), qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, ou perturbe o pleno desenvolvimento da mulher, degradando ou controlando suas ações, decisões e crenças mediante ameaça, perseguição, humilhação, isolamento ou manipulação, causando danos à saúde psicológica da mulher ou a sua autonomia, é considerada violência psicológica. Esse modelo de agressão tende a alterar a qualidade de vida da vítima, causando-lhe uma série de doenças emocionais e psicológicas, como ulcerações, gastrite nervosa, enxaqueca, depressão, síndrome do pânico, dependências químicas e medicamentosas, que podem, inclusive, levá-la à morte. Além disso, as vítimas podem passar a sofrer também com sintomas psicossomáticos como insônia, pesadelos, falta de concentração e irritabilidade, ansiedade, sentimento de inferioridade, sintomas ligados a estresse pós-traumático (BIANCHINI, 2013).

5.4 Violência Econômica ou Patrimonial e a Insiplência dos Mecanismos de Defesa de Direitos

As violências mais que eu conheço são a física, a verbal, a financeira, aonde a mulher sempre tem que ser submissa ao homem na questão financeira, de não poder se bancar e tudo. Tem que mudar muito isso. (Victor)

A violência conhecida como econômica ou patrimonial, apesar de ser apontada em diversos diálogos e reconhecida ao explicar as diversas formas de violência contra a mulher, ela é a menos relatada que as demais, quando diz respeito a casos observados ou vividos no ciclo de relações dos e das estudantes. Tal fato não indica necessariamente que não ocorra essa forma de violência ao redor deles, mas demonstra que eles não reconhecem tal forma de violência quando lhes são próximas.

Apesar de ser menos visível aos estudantes, ao explicar as formas de violência contra a mulher que identificam, muitos relatam esta condição ao justificarem a dificuldade delas de saírem de relações violentas e abusivas, em função da ausência de autonomia financeira. Assim, de acordo com os participantes da pesquisa, esse foi o principal fator comentado por eles como motivo de permanência da mulher em um relacionamento, junto com o afeto construído pelos abusadores.

Muitas das vezes, a questão da violência é financeira também, porque a mulher muitas vezes quer se livrar daquilo. Mas ela não consegue, porque muitas vezes ela vive à custa do marido dela. Ou seja, muitas vezes, ela tem filho, tem pessoas para criar e, muitas vezes, ela não vai conseguir sozinha, entendeu? Ela não tem para onde ir, não tem como recorrer e fica naquela situação presa. (Matheus)

A violência financeira contra a mulher pode ser caracterizada pela sua ausência na gestão das contas e dos bens do indivíduo ou do casal, independente de contribuir financeiramente ou não para a aquisição de bens e/ou a manutenção da casa. É considerado um ato violento, além do impedimento da administração financeira, a aquisição por parte do homem de bens sem conhecimento ou consentimento da mulher e a usurpação de bens que sejam dela, assim como ações que lhe impeçam o crescimento profissional e autonomia financeira e a negação do seu direito de adquirir bens ou serviços com recursos próprios.

De acordo com a Lei Maria da Penha, é também caracterizada como violência patrimonial “[...] qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.” Todavia, não só entre os estudantes, mas entre a população em geral, esse modo de agressão à mulher é menos reconhecido. Em pesquisa sobre violência doméstica, realizada com 815 mulheres, apenas 1% delas afirmou sofrer violência patrimonial (SEPO, 2005). Ela é também a forma de violência assistida pela Lei Maria da Penha que menos chega ao judiciário, geralmente não se apresentando separada das demais (PEREIRA *et al.*, 2013)

Os poucos relatos e o baixo percentual retratado na pesquisa da SEPO sobre essa forma de violência não representa necessariamente a realidade das mulheres brasileiras, principalmente as idosas que enfatizam os abusos econômicos por parte dos familiares. (FLORÊNCIO *et al.*, 2007). Esse conjunto de dados nos permite inferir que muitas mulheres não identificam tal violência ou não sabem que a retenção ou subtração de bens e objetos pessoais é previsto na Lei Maria da Penha e por isso elas não denunciam essa forma de agressão (IDEM, 2013). O desconhecimento dos mecanismos de proteção da vítima novamente podem se tornar um elemento que dificulta a denúncia.

Há também, do ponto de vista legal, dificuldades e dubiedades nos processos ligados à violência patrimonial, posto que a lei Maria da Penha entra em contradição imediata com o código penal, que isenta de pena crimes contra o patrimônio em prejuízo do cônjuge, durante a sociedade conjugal. Isto é, a apropriação dos bens ou o controle financeiro deixa de ser crime, se cometido durante o casamento. Essa contradição é o reflexo de uma jurisprudência conservadora que, apesar de os artigos 181 e 182 do código penal serem anteriores à lei Maria da Penha, não é anulado por ela, fazendo as duas leis entrarem em choque.

Outra forma comum de subtração do patrimônio da mulher é a posse de bens comuns ou a retenção de verba devida ao ex-cônjuge. Assim, o recebimento de dinheiro de bem conjunto ou a retenção de quantia destinada à pensão equivalem à retenção ou apropriação de bens ou recursos econômicos, exatamente como previsto na Lei nº 11.340/06. Mas, apesar dos relatos de abandono parental, e do conhecimento dos altos índices de não pagamento de pensão, essa questão não foi mencionada por nenhum dos estudantes participantes da pesquisa.

5.5 Violência Sexual: Ausências e Omissões

Embora muito frequente, a violência sexual apareceu em demasia nos grupos focais femininos. Os relatos que contavam histórias das mãe e delas próprias marcou profundamente os diálogos produzidos entre os grupos focais femininos. A presença dos meninos não permitia que elas contassem histórias mais profundas e íntimas sobre si mesmas. A exposição e a vergonha de uma violência sofrida marca a fala dessas garotas. Vale ressaltar ainda que, mesmo estando apenas entre mulheres, isso não garante a fidedignidade das falas das meninas, posto que o estigma sobre a mulher vítima de violência sexual ainda é enorme. Desse modo, mesmo entre elas, a vergonha da violência pode ser um fator determinante para a

omissão de alguns dados. As violências relatadas contam em sua maioria de casos pontuais, o que gera o questionamento sobre a continuidade das agressões a que estão submetidas, já que a violência doméstica dificilmente ocorre de maneira pontual.

A violência doméstica, que já foi reconhecida neste trabalho como uma maneira de dominar os corpos pela via do medo, pode se expressar pelos castigos físicos, pelas humilhações, etc. Entretanto, uma das mais perversas expressões do patriarcado se encontra na violência sexual.

O estupro ofende as mulheres, não só no corpo possuído pelo prazer e ímpeto de tortura do agressor, mas principalmente porque nos aliena da única existência possível: a do próprio corpo. Uma mulher vitimada pelo estupro não é só alguém manchada na honra, como pensavam os legisladores do início do século 20, ao despenalizar o aborto por estupro, mas alguém temporariamente alienada da existência. Honra, dignidade, autonomia são ignoradas pelo estuprador, é verdade. Mas o estupro vai além: é um ato violento de demarcação do patriarcado nas entranhas das mulheres. É real e simbólico. Age em cada mulher vitimada, mas em todas as mulheres submetidas ao regime de dominação. (DINIZ, 2013)

A violência sexual vitimiza milhares de mulheres diariamente no Brasil e no mundo⁵⁷. As marcas deixadas pela violência sexual podem ser bem mais profundas que hematomas, arranhões ou fraturas. A violação dos direitos sexuais deixam marcas nas entranhas, tendo efeitos nas esferas física e mental, a curto e longo prazos, conforme a pesquisa: *Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo (FACURI, 2013)*.

Nos casos a seguir relatados, a natureza da violência é marcada por outro determinante, além da violência contra a mulher, os relatos que obtivemos dizem respeito principalmente à violação de crianças e adolescentes. Entendendo que qualquer ato de natureza sexual ou libidinoso com uma criança menor de 14 anos é considerado estupro de vulnerável, os relatos de violência sexual contado por essas meninas demonstram a gravidade e o enraizamento do problema. Os abusos sexuais aos quais foram submetidas estas crianças também foram em maioria praticado por alguém com relações intrafamiliares e de confiança. Neste capítulo, tratamos de forma mais detalha do relato de dois casos que espelham as narrativas de muitas estudantes durante os 3 (três) grupos focais femininos realizados.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência sexual é “qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção.” No

57 “Violência contra as mulheres é ‘pandemia global’, diz chefe da ONU” **Disponível em:** <https://nacoesunidas.org>. **Acesso em:** 19 maio 2019.

código Penal, após as alterações de 2009 na lei 12.015, é considerado estupro constranger alguém mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso.

A lei Maria da Penha surge também nesse aspecto como complemento ao Código Penal, auxiliando a evidenciar outras formas de violência sexual que vão além do estupro, tipificando, assim, a violência sexual cometida no contexto doméstico ou familiar como qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relações indesejadas mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. Além disso, a indução da comercialização da sexualidade, o impedimento do uso de métodos contraceptivos, ou ações que forcem ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou a prostituição, ou ainda que limitem os direitos sexuais das mulheres.

Novamente, os avanços da lei Maria da Penha vão no sentido de romper com estereótipos do que se espera dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres. Ao incluir o estupro conjugal, rompe-se com a ideia de que a mulher em uma relação marital tem “obrigações como esposa” e que o uso da força pelo homem contra o direito da vontade da mulher seja algo permitido. Tais ações eram anteriormente justificadas pela ideia de que a mulher, ao dizer “sim” (seja no cartório, na igreja, ou apenas ao se relacionar com um homem) passa a existir um consentimento sexual eterno “até que a morte os separe”.

De acordo com o *Relatório Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde* (CERQUEIRA; COELHO, 2014), 24% dos agressores de crianças e adolescentes são pais ou padrastos e 32%, amigos ou conhecidos da vítima. Conforme o Ministério da Saúde, 83% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre dentro de casa, tornando ainda mais difícil a denúncia, na medida em que são pessoas com laços de relacionamento próximos. Por meio do *Dossiê Mulher 2015*, podemos ver novamente a prevalência da violência doméstica: 31,3% dos casos de estupro foram registrados em situações de violência doméstica/ familiar.

Com relação às falas das participantes dos grupos focais em relação a esta questão, elas relataram violência por parte de parceiros sexuais e de conhecidos. Mas os tios, padrastos, avós e primos são os principais violentadores de acordo com suas falas, reforçando a forte incidência da violência doméstica. Neste capítulo, discutimos principalmente a fala das meninas do grupo focal feminino realizado na E1, em que uma fala contribuía e facilitava a continuidade de uma narrativa construída por todas elas em torno das violências sofridas.

No final do ano retrasado, eu tava de férias, eu fui passar um mês na casa da minha avó. E nesse tempo eu congregava em uma igreja católica e ela era evangélica. Ai,

um dia, domingo à noite, ela foi para um culto e eu não quis ir. Aí, eu fiquei em casa assistindo televisão só eu e meu avô, e ele, assim... eu não sou realmente da família, minha mãe foi adotada e eu cresci nessa família, mas, tipo, para mim eles são minha família. E eu sempre tratei ele como meu vô e nesse dia eu estava lá assistindo tv e eu tava lá sentada na cadeira e minhas pernas estavam em outra cadeira. Aí, ele ficou entrando e saindo da casa. Aí teve uma hora que ele chegou, pegou assim no meu ombro e perguntou: "– Tem gente lá fora?" Aí eu: "– Não tem não." Aí ele: "– Pois entre aqui." Aí eu fui ver o que ele queria... aí ele começou a tirar a roupa dele... aí eu empurrei ele de uma vez e saí correndo para a casa da vizinha. Aí eu cheguei lá chorando muito, muito, muito. E a vizinha começou a, tipo, ela conhecia e não era a primeira vez que ele fazia isso. Tipo, comigo era, mas ela morava ali há muito tempo e ela conhecia as histórias e, no passado, ele fez isso com muitas meninas. (Mayara)

Mayara é uma menina de 14 Anos, estudante do colégio localizado no bairro Montese, que narra a tentativa de estupro que sofreu e a violência sexual que seu avô cometeu. O relato da garota sobre o avô retoma novamente a questão da continuidade da violência como algo não pontual, de tal modo que, apesar de ela narrar um único episódio que ocorreu com ela, não apenas ela foi sua vítima, mas também outras moças que por ali passaram. Mayara segue seu relato, falando de um caso que ela ficou sabendo sobre seu avô.

Teve uma sobrinha da minha avó que morava com eles que ele estuprou ela várias e várias vezes. Até que um dia ela engravidou e não teve mais como esconder. Aí, minha vó, não com raiva dela, mas ela alugou uma casa e fez de tudo para ela ficar longe dele, porque ele é realmente um monstro. (Mayara)

Ao chamar o avô de monstro, a jovem demonstra entendimento da gravidade do que ocorreu, além da violência sofrida por ela e pela sobrinha da avó. Ela fala também do que a própria avó teve que passar dentro daquele relacionamento, ajudando moças violadas pelo marido.

Aí, eu cheguei na casa da mulher chorando e ela tentando me acalmar. E minha avó chegou da igreja. E eles já são senhores [...] Aí, a mulher disse: "– Ah, a tua vó chegou." Aí eu fui lá, eu entrei, aí fiquei na minha, claro. Aí a mulher chegou, aí ela "– Dona Rosa, o seu Zé estava mexendo com a Nayara." Aí ele foi entrar para dentro de casa e viu que ela estava chorando e saiu de novo. Aí minha vó ficou chorando, chorando, chorando, e começou a passar mal. Aí a gente ligou para um táxi e foi para a casa da minha tia. Aí ele começou a me esculhambar, a me xingar, dizer que eu estava mentindo. E, tipo isso, eu fui para a casa da minha tia com a minha vó e a gente ficou lá. (Mayara)

Novamente a culpabilização da vítima surge nas narrativas. A menina foi acusada pelo avô de mentirosa ao denunciar a agressão sofrida. Dado o histórico do homem, foi fácil credibilizar a fala da estudante. Mas quantas denúncias parecidas não são postas para baixo do tapete sob a afirmação de que a mulher ou as crianças mentem? Como pode se ter segurança em realizar uma denúncia, quando a palavra da mulher é a todo tempo questionada e a sua experiência deslegitimada?

Existe um mito em torno dessa questão, sobretudo quando referente à violência contra crianças, no qual se acredita que as mulheres falseiam a violência sofrida. É criada uma averiguação na qual a *priori* a mulher é sempre a mentirosa, colocando-a em uma posição muito difícil, uma vez que sua palavra deve ser evidenciada com desmedida necessidade de provas. Os crimes sexuais geralmente são cometidos em locais fechados, sem possibilidades de observadores, tornando a mulher a única testemunha. Os estigmas ligados à condição de mulher vítima de violência e os traumas gerados por si só já criam um pacto de silêncio. Sendo assim, a desconfiança da vítima faz com que ela tenha de provar sua inocência e não o violentador a dele.

Aí, quando acabou as férias e eu voltei para casa, o meu pai foi me buscar na casa da minha avó. E, quando ele chegou lá e perguntou onde é que eu tava... que meu pai foi me buscar na casa da minha avó e, quando ele chegou lá, ele perguntou onde é que eu tava. Aí ela "– Não, a Mayara arranjou um problema com o seu Zé." Aí, ele foi lá, achando que eu tinha feito besteira e que eu tive que ir embora. Aí, quando chegou lá, ele me bateu. Eu fiquei com muito medo, porque eu não queria que ele soubesse. Aí, ele sentou na mesa. Aí ele começou a conversar com a minha vó, Aí, minha vó começou a chorar de novo e a passar mal. Aí, minha tia contou. (Mayara)

O pai da garota, antes de entender o que havia ocorrido, já supôs que ela houvesse feito “besteira”. Mayara sofreu uma segunda agressão pela presunção de sua culpa, numa situação em que, em princípio, ela sempre seria culpada pelo ocorrido. As mulheres, assim como as crianças, vivem o contrário do artigo 5º da Constituição, conhecido como presunção de inocência. O princípio que rege a vida da mulher é aquele em que ela e a criança são culpadas de qualquer crime, sem que se saiba a causa ou a ocorrência, até que se prove o contrário. A possibilidade das reações à denúncia de mulheres semelhantes à do pai de Mayara é recorrente. A inocência delas, em seja lá no que acontecer, só existe com base na fala de outras pessoas. Elas já são culpadas. Elas têm que provar sua inocência diante de um crime do qual sequer foram acusadas.

Após o relato de Mayara, no mesmo grupo focal, a estudante Isaura, também de 14 anos, continuou o tema narrando sua história.

Isso aconteceu também comigo uma vez. Minha mãe começou a namorar com um cara que é pai da minha irmã pequena, a Lara. Aí, ela tinha alugado um apartamento. Aí, eu tava em casa sozinha com ele. Aí, tinha um apartamento e tinha tipo uma varandinha assim. Aí eu saí, comecei a brincar, comecei a ficar rebolando as pernas assim, feito doida, porque eu sou doida. Aí, da primeira vez, ele saiu assim e disse "–Olha, para de brincar desse jeito." Aí eu: "– Tá bom." Aí, quando ele entrou, eu continuei a colocar a perna de novo. Aí, ele falou: "– Passa para dentro." Aí, ele mandou eu encostar na parede e eu me ajoelhar. E ficar assim de frente para a parede. Aí, eu fiquei assim. Aí, ele pediu que eu tirasse a minha roupa. Eu tinha uns oito anos, eu acho, por aí. Aí, ele me violentou via oral. E aí, isso foi de tarde, e aí, quando minha mãe chegou, eu passei a noite acordada. Não consegui dormir direito.

E não foi só uma vez, foi várias vezes que ele ficava... Como é que a gente fala? Apalpando, né? Mexendo direto. (Isaura)

A recorrência da violência sexual dentro do ambiente doméstico novamente aparece como marca da opressão patriarcal, em que a dominação é a base das relações entre homens e mulheres. Esse caso, porém, possui o agravante de ser uma violência cometida por um adulto contra uma criança de 8 anos, configurando estupro de vulnerável. A fala da estudante, aos 14 anos, demonstra ainda o peso da violência sofrida na infância. A dificuldade com que a menina relata o caso demonstra a vergonha sentida pelo ocorrido e o medo que ainda possui. Além das lágrimas durante a fala, a explanação sobre sua falta de sono posterior e a continuidade das ações praticadas pelo padrasto são pistas dos efeitos psicológicos de tal violência.

E aí, a casa da minha avó estava em reforma e eu ficava indo pra a casa da sogra dela junto com ela. E aí ela percebeu a diferença, porque eu era uma criança que brincava e tal... aquele negócio todo. E ela percebeu que eu ficava mais na minha, ficava muito quieta, porque eu não era de ficar quieta, era de ficar brincando direto. Aí, eu passei duas semanas com ela enquanto estava de reforma a casa. Aí, ela disse: "– Eu vou te deixar hoje lá na tua mãe." Aí, eu: "– Vó, não quero ir não." Aí ela "– Não, mas eu vou deixar você." E eu: "– Não, vó. Mas eu não quero ir." E eu comecei a chorar e ela sem entender, né? Enfim, ela me levou. (Isaura)

Isaura passa a se esconder na casa da avó. A menina tem, ao mesmo tempo, medo e vergonha de denunciar. Assim, ela passa a ter seu espaço cerceado pela presença daquele homem. O medo novamente surge na dinâmica de controle empreendido pelo patriarcado. A garota comenta que a avó percebe a mudança de seu comportamento, demonstrando as mudanças comportamentais e psicológicas das pessoas vítimas de violência sexual.

A exploração sexual do corpo das mulheres é possivelmente o elemento mais vil e nocivo da divisão sexual do trabalho. É necessário que se leve em consideração não apenas a apropriação do homem sobre o corpo da mulher no sentido do trabalho doméstico, mas do corpo físico em si: da apropriação sexual dos corpos das mulheres, por meio do que é chamado de “obrigação sexual”, que transforma o corpo da mulher em parte da propriedade do homem, alienando a mulher de seu próprio corpo (CISNE, 2014).

A naturalização do uso sexual da mulher, isto é, da alienação do corpo dela, existe em função da desigualdade histórica construída pelas relações estruturais de dominação, que é fortalecida, por meio dos modelos de comportamento feminino e masculino os quais, por sua vez, edificam e naturalizam a heteronormatividade compulsória. O uso sexual do corpo, então, aparece como obrigação da mulher independente de seu desejo. Nesse sentido, o prazer sexual ainda é um direito apenas masculino na ideologia patriarcal, demonstrando a falta de

autonomia das mulheres sobre si mesmas, sendo despossuídas delas mesmas, tornando-se posses de outro.

O contrato matrimonial é o que “institucionaliza” a apropriação do corpo e da vida da mulher por parte do homem. No caso de Isaura, a violência por ela sofrida é ainda mais ímpia, posto que o contrato marital que existia com a sua mãe a silenciava, além de submetê-la ao seu violador. A descoberta da violência sofrida pela garota também se deu, por meio da fala de outrem. Isaura contou a uma amiga, que falou para a mãe da menina.

E eu tinha contado para uma amiguinha minha o que tinha acontecido e essa menina contou para a mãe dela. Aí, a mãe dela foi e contou para a minha avó. Aí, teve um dia que minha mãe estava no trabalho dela e a minha avó chegou. Aí minha vó chegou e disse: “– Lidiane, aconteceu uma coisa com a Isaura.” E minha mãe... ela já estava grávida já da minha irmã de três meses. E aí minha vó foi e disse assim: “– Olha, a Ana, que é a meninazinha que eu tinha contado, a Ana contou uma coisa que a Isaura contou para ela.” Aí, a mãe: “– O que foi?” Aí ela foi?” E disse assim: “– A Ana contou que o Robson ficou mexendo com ela.” Aí, contou para ela, né? (Isaura)

A invisibilidade da violência sexual sofrida por mulheres e crianças é efeito direto de uma cultura patriarcal e da machista concepção de que as mulheres são posses do homem e, portanto, ele tem direito aos seus corpos. A baixa autoestima, a exclusão social resultante do gênero e a consciência da desvantagem histórica das mulheres favorecem o silêncio daquelas que querem denunciar. Desde pequena, é legado à mulher uma vulnerabilidade emocional que enfatiza a possibilidade de ser descreditada. Em princípio, o medo somado à falta de informação sobre como denunciar, ou mesmo a ausência de uma educação sexual séria, que diferencie o abuso do carinho, são fatores que facilitam a falta de denúncias.

As vidas de Isaura e Mayara são atravessadas pela violência cometida por membros de suas famílias, gente conhecida pelas quais nutriam afeto e confiança. A descrença na fala das mulheres, em especial das crianças, fez com que Isaura preferisse esconder-se a denunciar. A menina se protegeu da forma que achou mais eficaz. Nenhum dos dois homens foi denunciado ou levado a juízo de acordo com as jovens. Elas narram também em suas histórias as mudanças de humor e comportamento, marcas características de crianças em situação de violência.

No caso de Isaura, que começou a ser abusada aos oito anos, assim como no de Mayara, que ainda não tinha 14 completos quando da violência, a presunção de violência é absoluta, bastando para a caracterização de estupro de vulnerável. Esta violência é marcada tanto pela questão etária como pela questão do gênero. Ou seja, por serem meninas jovens. O estupro é em todo tempo o resultado violento de relações desiguais de poder, em que se confrontam diversos atores: a autoridade do padrasto se contrapondo à obediência da criança e

a experiência do avô se opondo à imaturidade da criança. Por intermédio desses recursos e estratégias, as moças são manipuladas para que não os denunciem, havendo a possibilidade de continuidade das violências, seja por meio da sedução, da ameaça, da chantagem ou da força.

Na perspectiva histórica da legalidade, havia vários bloqueios para que as mulheres denunciasses as violências sofridas. Até a década de 1970, elas não eram sujeitos integrais de direito, equiparadas a menores de idade. Além disso, havia as hierarquias impostas entre as mulheres “honestas” e as “desonestas”, fazendo com que somente as primeiras fossem amparadas pela lei. As primeiras mudanças na legislação no sentido de tornar a mulher um sujeito de direito surgiram na década de 1970, quando passaram a ser questionados os crimes de “legítima defesa da honra”. No entanto, até as alterações introduzidas em 2009, pela lei nº12.015, o Código Penal Brasileiro, datado de 1940, ainda legitimava diversas violações dos direitos humanos contra as mulheres, eximindo de pena, por exemplo, o agente violador que se casasse com a vítima (COSTA, 2017).

De acordo com Isaura, a história que ela nos conta ocorreu também com sua mãe, trazendo à tona, memórias e traumas, tornando evidente a atemporalidade da prática de violência na consciência da menina que revela a dor da vivência.

Já mexeram com ela quando ela era criança. E é isso. É uma coisa que não é normal, mas que é uma coisa que acontece muito com a gente. E assim, eu sou esse tipo de pessoa, alegre e tudo, para não transmitir essa dor que fica dentro de mim, porque, quando a pessoa me conhece, a pessoa jamais pensa que eu fui quase estuprada, que eu tenho problemas assim, graves na família. Então é isso. (Isaura)

A reincidência desse ciclo de violência é também fruto de uma série de decisões políticas e legais que historicamente estão na salvaguarda do direito masculino em detrimento da dignidade humana das mulheres. Assim, a omissão institucional é outro elemento fundamental para o medo e a vergonha da denúncia. A naturalização da violência perpassa o Estado. Além da falta de crença no funcionamento da justiça e de suas instituições, como já comentado, não são poucos os episódios em que políticos e figuras públicas tratam a violência sexual como algo corriqueiro e de menor importância. Em 2003, o atual presidente Jair Bolsonaro, à época deputado, afirmou para a deputada Maria do Rosário: “– Eu falei que não estuprava você porque você não merece.”⁵⁸ Tal declaração é uma clara apologia à violência sexual, ao tratar o estupro como uma questão de “castigo” ou “merecimento” e não como um crime hediondo. Mais recentemente, em 2014, o ainda deputado repete a frase que incita a

58 Em 2003, o deputado Jair Bolsonaro atacou Maria do Rosário e afirmou: “Não te estupro porque você não merece” durante entrevista à Rede TV. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc> Acesso em: 27 maio 2019.

violência sexual durante o plenário da câmara e sai incólume.⁵⁹ Sua fala teve repercussão entre os movimentos feministas e o então deputado teve a cassação de seu mandato solicitada. Porém, nunca efetivada.

Os discursos como o de Jair Bolsonaro não são meras agremiações de palavras, mas a reverberação legítima de uma rede de discursos que se conectam, reproduzem e estabelecem os valores de uma sociedade patriarcal. A menina teve medo de denunciar sem necessariamente pensar na legislação, ou nos poderes envolvidos nisso. Mas a força das regras e normas da sociedade são também forjadas, por meio dos discursos e das condições materiais que são introjetadas no nosso comportamento, muitas vezes, de forma inconsciente. A relação de poder dentro de casa é fortalecida pela noção de que “ele é o homem da casa”, o “provedor do lar”. Embora o contrato matrimonial que sela e “legitima” a posse do corpo da mulher tenha sido feito com a sua mãe, o companheiro dela acaba tendo acesso ao corpo da menina de maneira indireta e velada. O contrato sexual que legitima a violência contra o corpo da mulher se apropria da mulher e também de tudo ao seu redor, como no caso, a criança (PATEMAN, 1993).

Quando figuras públicas de grande visibilidade, como Bolsonaro, tratam a violência sexual de maneira contemptível, isso põe a vítima em uma situação ainda de maior sujeição aos maus tratos, por entender que a ordem do discurso vigente não está para defendê-la, mas ao contrário, legitimar a violência a que está submetida. Ao afirmar que a deputada Maria do Rosário “não merece ser estuprada”, ao mesmo tempo ele afirma o seu oposto: que existem mulheres que merecem ser estupradas. Mas quem são essas mulheres? Que direito é dado a qualquer homem sobre o corpo e a vida de uma mulher? Seriam merecedoras as mulheres que entram neste contrato sexual, por meio do matrimônio, ou de relações da mesma natureza? Ou seriam as mulheres que vão de encontro à moral sexual imposta a elas? Ou as que fogem do padrão de gênero esperado de mulher feminina e dócil? A violência sexual contra a mulher é uma constante histórica, mas não a única história existente.

É importante pontuar duas situações relevantes para o fechamento deste tópico. A primeira diz respeito ao assédio, que foi a forma de violência mais discutida em todos os grupos focais, tendo sido apontado em todos eles, inclusive nos masculinos, como violência. Os jovens sempre ressaltavam a frequência com que ocorre o assédio. A reincidência das falas, acerca dessa modalidade de violência traz à tona, em primeiro lugar, o reconhecimento do assédio como violência contra a mulher por parte desses e dessas estudantes e, em

59 Em 2014, Bolsonaro reafirma a deputada Maria do Rosário que “não estupro você porque você não merece”
Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/> **Acesso em:** 27 maio 2019.

segundo, um dado assustador sobre a violenta recorrência de tal agressão entre as mulheres jovens de 14 a 18 anos.

Olha, eu não sou nem uma gostosona nem nada, né? Mas você passa na rua, você não pode botar um short que passam os rapazes no carro e coisa... (Hellen)

Em praticamente todos os grupos, houve falas semelhantes à de Hellen, demonstrando novamente que o assédio é uma violência ligada ao gênero e à relação de poder. Em todos os grupos focais, ao menos uma menina relatou tal experiência ligada a assédio e, em alguns deles, todas relataram. Mesmo nos dois grupos masculinos o assédio foi lembrado como um exemplo de violência sofrida por suas colegas.

A segunda situação que desejamos pontuar foi a ausência de qualquer fala em todos os 15 (quinze) grupos focais sobre a prostituição como uma forma de violência contra a mulher. Isto é, não é observado por nenhum dos 91 (noventa e um) interlocutores que a comercialização do corpo de uma mulher é algo que possa ser considerado violento.

6 O OLHAR SOBRE O OUTRO

Este último capítulo tem a intenção de elucidar algumas questões que apareceram de forma transversal em outros espaços deste texto sem que fossem devidamente aprofundadas. Durante os grupos focais houve uma grande amplitude de experiências narradas, cujo estudo seria impossível de sanar em uma pesquisa dissertativa, certamente seria mais possível construir uma dissertação para cada tópico discutido.

Dentro destes tópicos está a visão sobre o outro. O que foi discutido até aqui diz respeito à visão dos e das estudantes sobre eles próprios e sobre os outros. O outro é o distante, é a negação do que você é. As afirmações feitas pelos estudantes a cerca de homens agressores e de mulheres vítimas de violência criou a todo instante um distanciamento entre eles próprios e estes sujeitos, que embora em muitas de suas narrativas se misturem os personagens construídos de forma ideal típica por eles e suas próprias personalidades.

Em sua maioria os estudantes ao construir suas narrativas não se colocam nem na posição de vítima nem de agressor, eles buscam construir um distanciamento daquele universo. No entanto, através de suas falas é possível compreender que a violência, da forma como eles a compreendem, atravessa suas vidas e é explícito que há uma grande contradição nas construções de sujeitos em suas narrativas.

A polissemia dos significados da violência (PAIVA e FREITAS, 2015) fica evidente nas contradições construídas em suas falas sobre eles próprios e os sujeitos de suas narrativas. Todos tinham muito a dizer sobre a violência contra a mulher e como ela envolve e altera sua dinâmica, suas relações com seu corpo e seu espaço, ao mesmo tempo que é importante criar uma barreira que os protege das próprias experiências.

Toda esta dissertação é construída através da fala dos e das estudantes e representa fundamentalmente um espelho em que eles veem a sociedade através do próprio reflexo. Os conceitos que surgiram em suas falas foram encontradas de formas dispersas dentro da pesquisa quase de forma espontânea, porém, cada fala era facilmente conectada a fala de outros. Deste modo, a fala de nossos interlocutores foi o motor que construiu os significados sobre violência contra a mulher que aparecem nesta dissertação.

As moças, por exemplo, que demonstraram uma visão afirmativa sobre elas próprias, constroem ao mesmo tempo uma posição de vítima em suas narrativas para as demais mulheres. Mesmo as meninas que narraram violências sofridas tentavam em suas falas se distanciar da posição de vítima, o que não altera a violência de suas histórias. O fato de que estas querem se demonstrar mais fortes, enquanto apontam outras mulheres como frágeis

torna ululante que é através da visão sobre outras mulheres em que elas denotam seus próprios medos e vulnerabilidades

O medo foi um dos principais “ecos” observados neste trabalho, mesmo tão jovens, como o caso destas estudantes, o medo da violência constrói uma dinâmica de obediência e dominação dos homens sobre as mulheres. Uma das perguntas do questionário foi a que mais iluminou a noção do medo como um instrumento de controle, ao perguntar o que leva um homem a agredir uma mulher, abriu-se uma porta que reafirmava as contradições dos pensamentos desses meninos e meninas, que ao mesmo tempo que faziam afirmações contundentes de que nenhuma mulher merece sofrer violência, construíam a narrativa que justificavam situações de violência.

6.1 Violência Motivada?

Em apenas 1 (um), dos 15 (quinze) grupos focais houve uma defesa objetiva de que existe justificativa para agredir uma mulher. A questão “o que você acha que leva um homem a agredir uma mulher?” foi um elemento provocador de muitas discussões, as contradições de suas falas que objetivamente afirmavam não haver justificativa, por vários outros meios justificava e explicava o que foi necessário ocorrer para que tal violência ocorresse.

As vezes quando essas agressões ali acontecem é porque tem mulher que dá motivo, porque ele não vai fazer ali do nada não. Eles tem motivo para isso acontecer. Mas as vezes têm mulher que dá motivo para agredir ela. Porque o cara não bate assim por nada não. Tem mulher é que dá motivo. (Robério)

Apesar de muitos deixarem subentendidos que existe um elemento catalisador da violência, apenas um estudante realizou uma contundente que afirmasse tal situação, sendo o único a afirmar que existe algo que justifique, ou leve o agressor a cometer o ato, enquanto os demais, ainda que se contradissem em alguns momentos tinha falas bastante voltadas para a afirmação de que não há justificativa nem motivação para tal violência como é o caso da fala de Bruna:

As vezes nem tem motivo. Tem motivo não é que eles se sentem superior. Normalmente tem homens que é criado já assim, para fazer a mulher como se fosse saco de pancadas. (Bruna)

De acordo com os dados obtidos através das falas de meus interlocutores, pude observar que a maioria acredita que não existe uma motivação objetiva que leve um homem a

agredir uma mulher, no entanto 3 elementos apareceram repetidamente ao ser questionados sobre as motivações de uma agressão: primeiramente a noção que existe de superioridade masculina, onde os homens acreditam que são superiores e por tanto tem direito à violência contra o corpo feminino; em segundo lugar ciúmes e/ou traições e por último o consumo de álcool e drogas.

O sentimento de superioridade identificado pelos estudantes já aparece em diversas citações de falas dos e das estudantes. Através deste estado de inferioridade, o homem cria uma negação constante da vida da mulher em seus diversos aspectos, fazendo surgir e fortalecer o medo como instrumento de controle masculino. Todas as violências supracitadas que aparecem ao longo deste trabalho tem uma relação íntima de controle do homem sobre a mulher.

E conforme a mulher vai ficando independente é como se ele fosse perdendo a autoridade dele. Ele não aceita. Ele tem que mostrar o lugar dela.(Bruna)

Bruna afirma que a violência é um instrumento utilizado pelos homens para pôr as mulheres “em seu lugar”, novamente a violência é apresentada como um instrumento “educativo”, isso é, a representação da noção de superioridade masculina que aparece nesta fala como algo relacionado ao controle acaba por provocar diversas situações que são identificadas pelos estudantes como violentas e, ao mesmo tempo, são apresentadas como um “ensinamento” à mulher. A autonomia da mulher surge aqui como uma afronta à dominação do homem. Diversos outros estudantes apontam tal ligação entre tais circunstâncias em suas falas, ao mesmo tempo que tornam flexíveis a relação entre a dominação masculina com a permissividade feminina em manter-se em situação de violência como no caso de Valter que afirma que

Tem vezes que é sem motivo. Não sei. Porque a sociedade faz muito isso. Ele acha que é superior..Tem homem que se acha foda de mais. Eu acho que vem tipo, de muito atrás, muito atrás, a mulher sempre foi assim e a mulher vai continuando. E a mulher acaba se deixando. E ele vai achando “ah, eu domino ela”. E tem homem que vai se enchendo mais ainda, mais ainda, e eles acham como se não fosse marido dela, como se fosse pai dela. “ah, ela vai sair, eu não vou deixar”. (Valter)

O estudante Valter, ao ser questionado sobre o que levaria um homem a agredir uma mulher, busca apresentar uma análise histórica desta dominação através do que ele observa em seu redor demonstrando a dicotomia de sua percepção, ao mesmo tempo que afirma não haver motivo para a violência, coloca que tal situação parte da permissão da mulher que não se insurge, deste mesmo modo, ao questionar a autoridade do marido sobre a mulher, transfere a autoridade para outro homem, o pai.

A culpabilização da vítima foi um elemento frequente da fala dos estudantes em quase todos os grupos focais, embora mais nítido em situações outras, falas como a de Valter que aparecem em oposição à dominação masculina acabam reproduzindo a noção de que a mulher permite e, por tanto, é responsável pela violência sofrida.

Outro elemento que apareceu frequentemente na fala dos estudantes foi o uso de álcool e outras drogas como elemento capaz de fomentara a violência. Meninos e meninas concordam que o álcool ou o uso de entorpecentes contribuem para tornar os homens mais agressivos, sendo apontado como uma das causas da violência. As divergências em torno desta afirmação estão na questão de o álcool ser o agente causador, o motivador, ou apenas permitiria aflorar o que já existe como discutem os Ana Bruno e Fernanda no diálogo a seguir:

E também, casos a parte, gente que é alcoólatra, drogado. Às vezes nem tem raiva só sentiu ali vontade de bater, bateu saiu e pronto. É um caso a parte mas que também acontece muito. É por que diz que não se lembra de nada e põe toda a culpa no álcool ou então na droga. (Ana)

Mas eu também não acho que é totalmente culpa do álcool ou da droga, eu acho que ele também quer. É o álcool é só uma desculpa. (Fernanda)
Não dizem que para revelar quem você é, tipo, tem gente que bebe ou usa droga para chegar numa menina, para fazer alguma coisa, em fim.(Ana)

Eu não concordo não que ele coloque a culpa no álcool e na droga, porque alguma parte dele está consciente do que está fazendo. Porque se não ele não estaria vivo, não estaria acordado. Ele estaria dormindo. Eu concordo que o álcool é só uma desculpa para ele fazer o que ele quer. Tipo, uma desculpa para ele agir do jeito que ele quer. (Bruno)

Em diversos grupos focais em que o álcool apareceu como um agente causador de violência, foi afirmado que os homens ficam agressivos quando bebem, no entanto na maioria das falas foi pontuado que esta situação não é um aliviador situação, mas antes um agravante da violência. Os e as jovens de Ensino médio entrevistados são capazes de observar que o álcool entre outras drogas traz átona apenas o que já existe. De acordo com estes interlocutores, o álcool funciona como uma desculpa para um ato de violência, mas que na prática ele revela algo que foi formado em outras instâncias da socialização dos sujeitos.

O terceiro elemento repetidamente citado pelos estudantes como um fator que leva o homem a agredir uma mulher é o ciúme, eles identificam no ciúme uma relação muito tênue com a noção de posse, gerando um dinamizador da violência. Apresento aqui diferentes narrativas que representam a opinião dos estudantes sobre o ciúme e sua influência na violência doméstica

Eu acho que na maioria dos casos, tipo uma família, um casal, eu acho que a violência começa quando o homem tem muito ciúmes da mulher. Ciúmes pode as

vezes ser uma forma de amor, muita gente fala, mas acho que esses ciúmes de mais pode atrapalhar o relacionamento. (Victor)

Tipo, porque muita gente acha que a mulher provoca, ah por que ela fez ciúmes nele, ah porque ela traiu ele: Foda-se! Ela pode trair ele, ela pode fazer o que ela quiser, ela vai estar errada, mas isso não dá o direito de ele agredir ela. (Ana)

Victor identifica nos ciúmes que ele considera excessivo já uma forma de violência, de acordo com o mesmo, o que é por muitos considerado como uma forma de demonstrar amor, para ele é algo que prejudica o relacionamento. Da mesma forma, Ana realiza uma provocação questionando a legitimidade da violência, onde ela afirma que apesar da atitude equivocada – a traição ou a provocação – nenhuma situação daria ao homem o direito de violar o corpo da mulher.

A palavra ciúme é certamente uma das que mais se repete ao questionar aos atores “o que leva um homem ao agredir uma mulher?” Isto revela a percepção desses jovens sobre a reificação do corpo feminino, isso é, a ideia de que a mulher é um objeto que pode ser pertencente a alguém. A fuga da lógica da mulher servil, doméstica e sem desejo sexual ainda é um motivo observado por estes estudantes para que estas sejam violentadas, o homem agressor desconsidera o caráter humano da mulher como sugere a máxima que afirma “se ela não for minha não vai ser de mais ninguém”.

Depende porque tem homem que tem um ciúme obsessivo. É meu e não é de ninguém. Tem relacionamento que só de olhar... A pessoa olha para ela tipo, a pessoa nem olhou para a outra pessoa, tipo, eu olhei para ela mas ela não olhou para mim, mas o cara, o namorado dela, alguma coisa viu, e chega em casa aí a mulher apanha. E “por que tu tá batendo?” Porque o cara olhou. Ela não olhou mas ele olhou para ela e isso já é um motivo (Ketlyn)

A violência citada por Ketlyn motivada por um olhar alheio parece uma hipérbole, no entanto a lógica de objetificação da mulher legitima esse tipo de visão normativa. No caso exemplificado a mulher se quer teve uma ação que pudesse ser questionada ou julgada, no entanto, a mulher foi julgada por ações alheias, agindo sob a lógica de que é preferível “ver a mulher morta do que com outro”.

Embora não tenham sido identificados como atos violentos, relatos de perseguição, invasão de privacidade e redes sociais e o controle do contato da vítima com outras pessoas são exemplos de violências motivadas por ciúmes que foram citadas pelos jovens ao longo desta pesquisa. Tal circunstância evidencia novamente que ainda é necessário desmistificar o conceito de violência como algo eminentemente ligado à violência física.

Ao mesmo tempo que eram apresentadas situações de violência motivadas por ciúmes, houve também defesas sutis na tentativa de justificar alguns atos como no caso da

fala a seguir onde Bruno, apesar de afirmar não haver justificativa, há uma dúvida em sua fala que pode induzir a pensar que a raiva gerada por uma traição poderia ser uma justificativa para a violência,

A coerção, a pressão que ele sente. Não justifica, mas a pessoa já fica cega. Na hora o cara fica com raiva. Pro homem agredir a mulher é justamente a raiva. (Bruno)

Ademais, as discussões geradas em torno desta questão apresentada sobre o que eles acreditam motivar a violência trouxe a tona discussões profícuas entre os estudantes, que disputavam pela legitimidade de suas falas. Esta situação evidenciou a ausência de debates dentro do ambiente escolar sobre o que é, o que causa e como combater tal violência. A disputa entre os estudantes em torno desta pergunta tornou nítido a falta de conversas anteriores, principalmente nos grupos mistos, onde não havia consenso entre meninos e meninas, que embora muitas vezes dissessem coisas parecidas, se tornava necessário provar seus pontos.

Em alguns momentos tal discussão impedia a continuidade do debate, isso é, era impossível encerrar este ponto e dar seguimento às demais questões, tornando alguns grupos focais profundamente extensos neste embate de ideias. Neste sentido foi observado a grande necessidade de discutir tal temática na escola, fato que foi reafirmado pelos próprios estudantes ao serem questionados sobre as atividades realizadas pelas escolas ligadas a esta temática.

6.2 Combater a Violência Contra a Mulher Passa Por Debater a Escola

Como já discutimos ao longo deste trabalho, a violência contra a mulher foi por muito tempo, tida como algo normal. A mulher era posse do homem assim como seus demais objetos, e, apesar de sua grande incidência, permanece no campo do invisível. Um dos pressupostos dessa pesquisa partia da ideia que a violência de gênero por ser naturalizada, não é reconhecida como uma discussão central dentro do ambiente escolar, assim como a própria violência e suas vítimas são visíveis neste espaço.

Trazemos o campo da educação a este projeto, não apenas como locus de estudo, mas como parte do objeto, numa perspectiva de fazer pensar a educação como elemento transformador e a importância deste elemento pedagógico no combate às violências em geral e à violência contra a mulher em específico. Foi justamente na questão que dizia respeito à educação, a atenção dada a esta temática no ambiente escolar onde foi possível observar mais

uma contradição deste ambiente, no mesmo espaço em que os e as estudantes demonstravam profunda vontade de falar, de discutir, e trazer a tona várias discussões, ficava nítida a ausência da escola neste debate.

Através da escola, se dá a possibilidade de observar como se formam os homens e as mulheres, através deles mesmo: o ato de produzir intencionalmente o indivíduo histórico (SAVIANNI, 1991). Ainda segundo o autor, a escola, enquanto instituição, tem como função central a socialização do conhecimento sistematizado. O currículo escolar, que é via de regra imposto verticalmente, tem o poder de transmitir narrativas que geram significados às nossas experiências, tendo uma natureza impositiva e coercitiva (RODRIGUES, 2004).

Em nenhuma das cinco escolas que receberam a pesquisa foi relatado pelos alunos qualquer atividade contínua de discussão, combate ou formação sobre violência contra a mulher, assim, o espaço que, depois da família, tem maior capacidade influenciar na socialização dos jovens se omite neste debate. De acordo com os estudantes das 5 (cinco) escolas, o currículo escolar que além de um instrumento de dominação também é um espaço de contestação e disputa, em quase nenhum momento toca em temas como igualdade de gênero e violência contra a mulher.

De acordo com os interlocutores a violência contra a mulher só é debatida em duas situações: no dia 08 de março, dia internacional da mulher ou por algum professor ou professora que tem interesse especial em discutir tal temática. Há exceção da E5 em que os estudantes relataram haver atividades no contra turno sobre temáticas várias que vez ou outra é discutido gênero e violência.

Apesar da abertura das escolas em receber a pesquisa, e de relativo interesse na temática este desleixo com a temática não é de inteira responsabilidade do corpo docente e administrativo. Há hoje em curso uma disputa social pelos rumos da educação. Em 2014 as “questões de gênero” foram retiradas do texto original do Plano Nacional da Educação (PNE)⁶⁰ durante sua tramitação no congresso. A própria presença das discussões sobre questões de gênero no ambiente escolar é um elemento de disputa política e institucional. Esta disputa passou para os Planos Estaduais da Educação (PEE), no âmbito das assembleias legislativas dos Estados. No Ceará, após semanas de disputa na câmara, diversas intervenções de movimentos sociais em defesa da manutenção do debate de gênero e sexualidade no PEE-

60 Brasil. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CE, e de grupos religiosos disputando a retirada destes temas, o plano foi aprovado com mais de 120 emendas⁶¹, tendo sido retiradas as temáticas de gênero e sexualidade.

Isso nos traz a questionamento sobre a escola como instituição que reproduz a cultura dominante. Embora tenham recebido a pesquisa com algum entusiasmo, ao contrário das escolas particulares, a realidade é que a disputa pelo lugar de fala na sociedade põe a escola pública numa posição de conformidade, favorecendo os valores vigentes.

O Gênero, como anteriormente citado, uma categoria histórica, repleta de símbolos culturais e conceitos normativos, mas, acima de tudo, é um modo de significar as relações de poder (SCOTT, 1988). Entende-se que questões ligadas a gênero na Escola são produto de um grande embate cultural. Os movimentos sociais compreenderam a necessidade de se apropriar das instâncias culturais, entre elas a escola, para inscrever nela sua representação e história e disputá-la. O embate no terreno da cultura se mostra como uma luta marcada pela importância do poder de atribuir significados.

E com a crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como um fator essencial para garantir a inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar o preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. (RIBEIRO, 2012).

De acordo com Louro (1997) as políticas curriculares são alvo da atenção de setores conservadores, na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos. Segundo Vianna e Unbehaum (2004), a análise de leis, planos e decretos produzidos no âmbito da educação pública Federal nos leva à conclusão de que, no Brasil, a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas de Educação é mais recente e menos institucionalizada do que em outros campos, como por exemplo a saúde e o trabalho.

Isto sugere que a Educação Escolar, que deveria ser uma importante aliada no combate a este problema social, é, na prática, mais uma instituição omissa. Houve pouca mudança no currículo de formação docente que incorporasse a perspectiva de gênero à educação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) representam o maior avanço no sentido da adoção de uma perspectiva referente ao debate de gênero nas políticas educacionais, trazendo o debate de gênero em “temas transversais”. O PCN tem objetivo de nortear o currículo dos Ensinos Fundamental e Médio, no entanto, ele tem um caráter de

61 G1. No CE, deputados aprovam plano de educação com mais de 120 emendas . Disponível em: acesso em: 27 de ago. 2016

referência, e não há obrigatoriedade da adoção destes parâmetros, desta forma a existência do PCN não garante a sua adoção (VIANNA e UNBEHAUM 2006)

Isso nos traz novamente ao questionamento sobre a escola como instituição que reproduz a cultura dominante:

[...] se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece todo o sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios. (BOURDIEU, 1998 p.53)

É necessário que se traga à luz uma discussão que há muito vem sendo esquecida pelos currículos das licenciaturas: a criticidade e o potencial revolucionário da escola. A Escola, como instituição, é um instrumento de reprodução das desigualdades sociais. No entanto, a Educação pode ser um instrumento de libertação e emancipação através de um exercício dialético, onde os estudantes e professores conscientizam-se de que são sujeitos das transformações de sua realidade, gerando o emponderamento do corpo escolar. (FREIRE,1982)

Nesse sentido, busca-se também observar o papel do professor como agente de transformações sociais, que pode combater ou a violência, ou ajudar a perpetuar preconceitos. De acordo com a fala dos e das meninas haviam professores que traziam tais temáticas à sala de aula, mesmo que isso não fosse diretamente ligado ao currículo das suas disciplinas, ao mesmo tempo em que citaram outros docentes que fortaleciam a opressão patriarcal, reproduzindo piadas e muitas vezes até assediando as estudantes.

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar. (SILVA, 1996, p. 49).

Ao afirmar que a educação não é neutra, Freire (1982) propõe que a educação, como experiência humana, é também uma forma de intervenção no mundo que pode implicar no reforço das ideologias dominantes ou na sua desconstrução. Dessa forma a fala dos estudantes apontou a falta de discussão que por si só, já mantém o status quo estabelecido, assim, apontamos como possibilidade de mudança social uma educação crítica, que tenha posição definida, utilizando deste espaço de formação privilegiado para o combate à violência contra a mulher.

CONCLUSÃO

A chave deste trabalho, como citado anteriormente, está na pergunta de partida que o motivou: O que os estudantes do Ensino Médio da cidade de Fortaleza compreendem por violência contra a mulher? Tal questionamento guiou do traçado metodológico até as conclusões obtidas. Por meio do direcionamento gerado por essa pergunta, realizou-se a pesquisa cujos dados aqui apresentamos baseada nas formulações teóricas de James Scotts sobre os discursos públicos e ocultos, entendendo que a compreensão de um discurso só pode ser realizada por intermédio de um espaço onde eles circulem e se cruzem. Trabalhamos, portanto, com a técnica de grupo focal, cuja característica principal é ser uma entrevista grupal, onde os discursos podem aparecer de maneira mais próxima à realidade, demonstrando melhor as diferentes intencionalidades dos interlocutores em suas falas.

Desse modo, foram realizadas 15 (quinze) interações grupais, compostos entre 5 (cinco) e 7 (sete) estudantes, totalizando 91 (noventa e um) interlocutores. Desses, 50 (cinquenta) são mulheres e 41 (quarenta e um), homens. Suas idades giram entre 14 e 18 anos. Dos grupos focais realizados, 3 (três) foram constituídos apenas por mulheres, 2 (dois), por homens e os demais mistos. Nossa hipótese inicial era que seria nestes grupos apenas com homens, ou apenas com mulheres, que apareceriam os discursos ocultos. Os grupos focais serviram, portanto, como impulsionadores do diálogo entre os estudantes, no sentido de que um estudante provocava o outro e, assim, as falas se multiplicavam gerando mais dados.

Do ponto de vista dos grupos femininos, o espaço mais acolhedor e íntimo permitiu que surgissem dados que não apareceram nos grupos mistos. Nestes, não emergiram dados inéditos, mas somente o aprofundamento de informações que já haviam sido colhidas nos grupos formados somente por um gênero. Apenas entre meninas, elas construíram muitas vezes um ambiente de desabafo, em puderam contar histórias e relatos mais profundos, os quais não apareceram nos espaços mistos, a não ser de forma bem superficial.

Desse modo, no espaço dos grupos femininos, que o discurso oculto das mulheres transpareceu. A nosso ver, o grande êxito destes grupos foram os relatos que discorriam sobre detalhes íntimos de suas vidas pessoais. Além disso, foi também nesse espaço que elas se posicionaram de forma mais nítida sobre algumas questões como a representatividade de mulheres na política ou sobre o próprio feminismo. Logo, nesse aspecto do trabalho investigativo, pudemos constatar a importância da empatia, ao percebermos que nossa postura investigativa em diálogo com as interlocutoras gerava as informações mais profundas e necessárias à pesquisa.

Todas as incursões no campo, com a realização dos grupos focais, se deu em escolas do Estado. A ponte que permitiu o diálogo com os participantes da investigação foi construída com o auxílio e a colaboração de professores e gestores, por meio de uma metodologia de rede. Infelizmente, no processo, foi averiguado que as escolas particulares com as quais tentamos dialogar apresentaram uma barreira *a priori* com qualquer atividade que não tivesse ligação com o currículo das disciplinas escolares. Nesse sentido, foi constatado que, enquanto as escolas estaduais facilitaram a interlocução com os estudantes pelo interesse na construção da investigação, em função da dimensão do tema e das experiências ligadas à pesquisa e à universidade, as escolas particulares não demonstraram desejo algum de abrir suas portas para a pesquisa acadêmica. Podemos comprovar isso, na medida em que, mesmo tendo havido comunicação com um número razoável de instituições privadas, em todos os casos as interlocuções foram encerradas de modo a negar nossa entrada nesses estabelecimentos de ensino.

Dentro da escola, já em ambiente de diálogo com os participantes desta pesquisa, realizou-se o diálogo com os interlocutores, levando em conta também o seu tempo histórico numa perspectiva relacional, fazendo-se necessário observar, por meios do olhar deles mesmos o que existe de diferente e semelhante entre aqueles que constroem sua geração. De acordo com as falas coletadas e analisadas, esses jovens se veem como uma geração que possui amplo acesso ao conhecimento e à informação, por intermédio das redes sociais, mas reconhecem a não veracidade de muitas informações a que têm acesso.

Apesar do reconhecimento do poder da influência da internet em suas vidas e do potencial político da rede, esses jovens possuem uma visão profundamente negativa sobre a política institucional. O governo, para a maioria desses meninos e meninas, independente de quem ocupe os cargos, é uma instituição falha que não garante cidadania e não contribui para um sistema social mais justo.

Todavia, ao mesmo tempo em que negam a política institucional, com frequência enveredam em debates políticos dentro dos grupos de discussão, dando em suas falas o mote para se discutir violência contra a mulher sob um viés político, ao apontarem a violência contra a mulher como um elemento de disputa institucional. As moças e rapazes reconhecem a falta de representatividade da mulher nos espaços de decisão, o que surge nos discursos proferidos por muitas das estudantes. Embora não tenha sido uma opinião uníssona, posto que existem aqueles que afirmaram não haver diferença entre um homem ou uma mulher legislar, desde que o faça com igualdade, para parte desses jovens, é necessário que as

mulheres participem dos espaços políticos, para avançarem em seus direitos, defendendo que as mulheres legislem sobre seus corpos. Esse pensamento foi corroborado por vários meninos.

Neste sentido, houve dois fatos fundamentais que refletiram a compreensão do pensamento político sobre igualdade de gênero por parte desses estudantes. O primeiro foi a lembrança de Marielle Franco, que se tornou referência política de representatividade e empoderamento, principalmente para as meninas, sendo evocada em diversos grupos focais como um símbolo de luta por igualdade e justiça. Em segundo lugar, estão as representações que foram feitas sobre a ex-presidente Dilma Rousseff, quando, independentemente de serem ou não a favor do impeachment, reconheceram que a exposição da imagem dela e das frases proferidas e direcionadas a ela, entre outros artifícios de deslegitimação de sua imagem como presidente, eram questões que passavam longe de seu governo. Na verdade, são posturas violentas e destrutivas, baseadas no gênero a que ela pertence e não nas suas posições políticas.

A recorrente negação em torno da política nos levou a concluir que essa visão comum a estes jovens faz parte mais da ordem do discurso do que de suas vivências e realidades práticas. A disputa ideológica em torno das categorias de gênero e sexualidade balizam suas falas, e moldam politicamente seus discursos, sendo a rejeição política reincidentemente afirmada por eles. Isso, no que diz respeito apenas à política institucional. Tornou-se marcante, portanto, a afirmação constante de que os jovens são “mente aberta”, em uma afirmação política sobre a importância de se aceitarem as diferenças, e aqueles que fogem às normas sociais compulsoriamente impostas, referindo-se principalmente aos direitos das mulheres e em alguns casos LGBTT. As categorias “mente aberta” e “mente fechada” são utilizadas justamente para explicar a diferença entre a geração a que pertencem esses jovens e as gerações anteriores, que negavam a dimensão política do corpo da mulher e de sua luta.

Desse modo, partindo da perspectiva de uma consciência de classe trabalhada (IASI, 2006), pudemos refletir acerca da rebeldia de atores forjados para a docilidade e a influência das forças da alienação e da dominação ideológica, que é parte da base desta pesquisa. Chegamos, então, à conclusão de que a dinâmica de violência cotidiana sofrida por estes jovens acaba por abrir espaço para o fortalecimento de um movimento de empoderamento feminino, fortalecido pela influência das redes sociais.

A consciência da violência contra a mulher como violência, por si só, já é um fenômeno recente e que vai de encontro a uma história patriarcal e violenta da nossa sociedade. Além da consciência, foi possível observarmos que estes meninos e estas meninas

têm uma compreensão complexa do fenômeno aqui estudado, entendendo diversas nuances do que seja a violência marcada pelo gênero.

A percepção sobre os discurso (e os silêncios) destes jovens, a respeito da violência envolve processos coletivos de formação de consciência e pode ser voltada para a transformação ou a manutenção da ordem social e política. Nesse caso, foi possível concluir que, sobretudo da perspectiva das meninas, a transformação das estruturas e a mudança do sistema de dominação do homem sobre a mulher é algo almejado, compondo a dimensão histórica de luta das mulheres com novos modos de combater as opressões sofridas e de se rebelar contra elas. Desse modo, estas meninas refletem com muita frequência sobre as gerações futuras e o legado que pretendem deixar para elas.

Toda essa dimensão da fala dos participantes dos grupos focais, porém, reflete o período de tempo em que suas opiniões são forjadas, sendo suas categorias temporais confusas e imediatas, pensando alterações na estrutura social, de forma quase instantânea, sem levar em conta o fardo histórico de cada período. A segunda década do século XXI é marcada pelo crescimento de uma extrema-direita em nível mundial, ao mesmo tempo em que grande parcela da juventude, que outrora foi fundamental para a construção das lutas sociais, é capitulada por uma lógica que acredita nas redes sociais como instrumento de mudança, negando os espaços políticos institucionais.

A descrença nas instituições é generalizada nas falas dos e das estudantes, uma vez que demonstram insatisfação com a atuação dos “três poderes”: Executivo, Legislativo e Judiciário. A polícia entra nesse bojo talvez como a mais questionada em sua integridade, na medida em que afirmam sua completa ineficiência no combate à violência contra a mulher. Na grande maioria dos grupos focais, os interlocutores realizaram afirmações contundentes sobre os políticos, a justiça e a polícia agirem em benefício próprio e não em benefício da população.

Foi possível observar ainda, durante este trabalho investigativo, que os jovens em idade escolar conseguem compreender também o conceito de gênero, ou as diferenças sociais entre os dois sexos, embora não utilizem tais termos de forma objetiva. Fazendo uso de suas experiências, eles demonstram em suas falas uma visão quase sempre antagônica entre o feminino e o masculino, reforçando-lhes as oposições. Foi por meio da fala das mulheres que a natureza desta distinção ficou ainda mais nítida e completa. Elas relatam não apenas o que entendem por padrões de gênero, mas exemplificam também os privilégios de um gênero em detrimento do outro.

Ao explicarem que o feminino e o masculino como uma convenção social, os jovens explicam também que essas características marcadas pelo gênero são aprendidas, por intermédios dos processos de socialização, e elucidam a importância da família nesse processo. Sendo assim, criticaram as atitudes consideradas por eles e elas como “machistas”, vindas dos pais, das mães, das avós, entre outros.

A crítica aos padrões impostos também foi uma marca da percepção desses jovens que compreendem o gênero como algo que não é inato, mas algo ensinado e aprendido. Entendem, assim, as posturas pré-estabelecidas do masculino e do feminino como papéis a serem representados. A exigência social de docilidade e cuidado por parte das meninas, além da dificuldade delas de entrada no mercado de trabalho e o medo dos assédios; a maior liberdade para os homens em sair de casa e a não obrigatoriedade do trabalho doméstico para eles, são algumas das críticas observadas nos diálogos empreendidos nos grupos focais.

Nesta perspectiva, foi observado que a fala tanto dos meninos como das meninas reforça uma ideia de que esta geração é mais “mente aberta” que as anteriores, quando muitos meninos e meninas se afirmaram “feministas” e que repudiaram a violência contra a mulher. Ademais, viram as próprias normatizações de gênero como um elemento opressor dos corpos das mulheres.

A pesquisa nos propiciou surpresas positivas como a do emprego consciente do termo “machismo”, usado com grande frequência principalmente pelas meninas. Além disso, nenhum jovem entrevistado afirmou ser machista ou defender a violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, se contradisseram, ao apresentarem opiniões que justificavam a violência ou davam legitimidade ao poder dos homens sobre as mulheres. Mesmo as meninas, que se apresentaram profundamente progressistas, muitas vezes eram traídas em suas falas, reforçando lógicas que as põem em situação de fragilidade e submissão.

Neste sentido, pudemos analisar, também, algumas contradições das falas dos estudantes na perspectiva das distinções de classe retratadas pelos eles. Ao passo que compreendem e afirmam que as mulheres pobres e as ricas não vivenciam a mesma realidade, sendo uma delas duplamente preterida, realizam afirmações profundamente danosas a essa visão. Um momento relevante nessa discussão foi a reprodução da comparação entre a mulher da “favela” e a da “aldeota”, quando houve uma forte legitimação dos elementos que caracterizam a mulher de classe alta “da Aldeota”, enquanto apresentaram uma relação de desprezo às mulheres que não utilizam tais signos, as mulheres “da favela”. Estas são vulgarizadas nas falas de parte dos estudantes sem perceberem que tais mulheres cujos signos

não condizem com as aspirações da classe dominante são as que mais se aproximam de suas convivências.

A classe é identificada como um marcador que distingue a opressão sofrida pelas mulheres, diferenciando também a força do patriarcado sobre seus corpos. A dificuldade de conseguir emprego, a dependência financeira e os menores salários, além de postos de trabalho mais precarizados, também foram elementos destacados pelos estudantes como uma opressão que atinge especificamente as mulheres pobres. Assim, a fala dos estudantes levamos a refletir que não existe de forma apartada a mulher que sofre a opressão machista da que sofre com o capital, posto que elas são indissociáveis, pois o corpo da mulher não se separa de sua vida e de seu trabalho.

Na perspectiva do mercado de trabalho, as adolescentes demonstram, por meio de seus discursos que não observam, em seus corpos, nada que as distingua dos homens, de modo que eles tenham mais facilidades de entrada e permanência no mercado de trabalho. A despeito disso, a mulher da classe trabalhadora ainda possui a necessidade de se afirmar nesse espaço e buscar igualdade de salário e de oportunidades, posto que ainda não encontra tal espaço de realização na sociedade capitalista e patriarcal.

Consideramos também como ponto relevante, com relação à percepção dos e das estudantes sobre gênero e classe, o fato de que, embora muito tenha sido questionado sobre a obrigatoriedade de a mulher cumprir o serviço doméstico, nada foi falado sobre o peso dessa obrigação quando somado a sua carga de trabalho. Isto é, a dupla jornada feminina foi, em geral, invisibilizada na narrativa dos e das jovens. Apesar de não condizer com a realidade apresentada por seus relatos, ao se referirem à obrigatoriedade do trabalho doméstico, fazem-no de modo individualizado, como algo uno, como o único serviço da mulher. Porém, em sua grande maioria, as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres sobre quem os estudantes narravam acumulam várias jornadas de trabalho.

Interessante, inclusive, foi o peso da fala de alguns meninos, ao reforçarem e enaltecerem sua virilidade, afirmando sua força e poder. Essa necessidade de fortalecerem suas masculinidades e suas forças físicas é mais uma parte da formação da identidade de gênero deles. Os estudantes se remeteram a diversos momentos de violência contra mulher, vivenciados por suas mães, quando eles eram crianças, e afirmaram não ser possível que essas situações se repetissem hoje, posto que eles impediriam, colocando-se no papel de protetor. Ao demonstrar seu poder como guardião, eles proclamam também sua superioridade em força física, repetidamente afirmada nos grupos focais.

Existe, nessa linha de raciocínio, ainda uma outra contradição na fala desses meninos, qual seja: se, de um lado, eles se colocam como protetores e reiteram sua força, comunicam a não violência como uma decisão racional de um “homem de verdade”, por outro, afirmam de forma contundente que existem mulheres que “dão motivo”, ou que “fazem por onde” para sofrerem violência. No surgimento destas afirmações, em mais de um grupo focal, exaltaram-se alguns ânimos, na medida em que algumas das meninas se contrapuseram imediatamente a qualquer violência contra corpos femininos, negando a ideia de que existam justificativas para tal agressão. Ou seja, para elas, “não existe motivo” para a violência contra a mulher.

No entanto, elas não negaram que os fatores apontados para compor aspectos depreciativos do caráter da mulher. Assim, observou-se que a violência contra a mulher é absolutamente rechaçada por estas jovens em idade escolar, ao mesmo tempo que encontra legitimidade entre parte dos meninos quando fere valores sociais do universo masculino. Além disso, apesar de a maioria dos e das estudantes não concordarem com a afirmação de que existem motivos ou justificativas para agressões contra a mulher, todos e todas concordaram que tais elementos apresentados como motivações são depreciativos para o caráter feminino.

Verificamos, por meio das análises realizadas, que aparecem dois importantes aspectos da violência contra a mulher e da normatização desta violência e que reconhecidos pelos e pelas estudantes: a invisibilidade e o silenciamento da vítima de violência. Os participantes da pesquisa compreendem, dentro do imaginário social sobre a violência doméstica, o principal ambiente onde existe violência marcada pelo gênero, na medida em que essas situações são identificadas como algo de caráter familiar ou privado. Nesse sentido, eles afirmam tal situação como um sintoma da naturalização violência.

Vale ressaltar o surgimento de uma importante dicotomia do discurso sobre a violência sofrida pelas mulheres como algo ligado à passividade da mulher vítima de violência contra uma imposição social historicamente construída, que inibe as mulheres de denunciarem. Um fato relevante, quanto a essa dicotomia, é o reconhecimento por parte da maioria dos e das estudantes entrevistados do medo da violência como um eco que impede muitas mulheres de denunciarem. Nesse sentido, observamos a existência de uma argumentação em oposição à afirmação de uma parcela dos adolescentes entrevistados sobre o “desejo de apanhar” das mulheres que não denunciam. Essas duas linhas de argumentação apareceram recorrentemente nos grupos focais: a mulher que não denuncia ou se separa do

agressor por medo e a mulher que não o faz, porque “gostar de apanhar”. Essa segunda afirmação, todavia, foi exclusivamente masculina.

Outro aspecto que merece ser mencionado, em nossas conclusões, é o fato de que o medo aparece de forma mais sutil na fala dos rapazes, o que demonstra que, apesar de defenderem os direitos da mulher, receiam perder a posição de poder, que surge principalmente quando afirmam a existência de mulheres que merecem ser violadas. Assim, eles reforçam a dominação do homem sobre a mulher, ao tempo em que demonstram compreensão da violência e da força como instrumentos de controle do corpo feminino, como um elemento educador, para que as mulheres não fujam dos papéis impostos a elas. Desse modo, quando as mulheres seguem as normas do patriarcado e do universo do desejo masculino, não há a necessidade do uso de violência contra elas. No entanto, quando ameaçam a dominação masculina, torna-se necessário que elas sejam reeducadas, por meio de práticas coercitivas e violentas.

O efeito simbólico da visão do homem sobre a mulher que “merece” ou “faz por onde”, revela um efeito simbólico do imaginário destes jovens, sobre as imagens do agressor e da vítima de duas formas distintas. De um lado, a mulher boa, quase sempre representada pela figura da mãe ou da irmã, a qual, apesar da docilidade e do cuidado com os outros, é vítima de violência. Do outro, a mulher digna de violência, representada de forma distante como uma “piranguera”, que enlouquece o homem e o torna agressivo. Com relação ao perfil do homem, os rapazes que participaram dos grupos focais diferenciam o homem violento, representado por seus pais, padrastos, tios e avós, como irracional e agressivo que desconta suas raivas e frustrações na mulher sem que exista uma justificativa plausível. Por outro lado, afirmam um perfil de homem agressor educador. Ou seja, aquele que não age de modo irracional, mas como alguém que, muitas vezes, precisa ensinar uma lição à mulher, como se, de fato, estivesse educando-a, como se educa uma criança, para que ela possa seguir as regras deste universo social.

Assim, os e as estudantes, em sua grande maioria, reconhecem na violência do homem contra a mulher uma vinculação às relações estruturais de dominação. Eles apontaram, em suas falas, uma diversidade de formas de violência contra a mulher, além da física, como a violência psicológica, verbal, sexual, financeira, o assédio entre outras. Desse modo, demonstraram que reconhecem que a violência contra a mulher não é algo uno, mas antes algo direcional, do homem contra a mulher, baseado no gênero a que ela pertence.

Durante os relatos dos estudantes, foi possível perceber como o direito das mulheres permanece fortemente ligado às obrigações ditas femininas. A mulher, em nossa

sociedade, apesar de legalmente ser considerada um sujeito integral de direitos, não os tem integralizados, tornando-se visível a influência da divisão sexual do trabalho em uma assimetria que produz um estado de vulnerabilidade permanente para as mulheres. O aprendizado social que valoriza determinados atributos do feminino, entre eles seus “deveres”, é também raiz da violência que existe, principalmente no seio familiar.

A violência relatada pelos e pelas estudantes era, em sua maioria, praticada pelos pais, tios, irmãos, avós e padrastos. Homens que foram representados como os agressores não apenas das meninas, quando relatam violências sofridas, mas também como os algozes das mães, irmãs e amigas dos interlocutores. Uma das mais importantes características da violência doméstica relatada e identificada por diversos estudantes é a continuidade dos atos de violência como em um ciclo vicioso. Quase todos os relatos dos estudantes sobre as violências vividas atestam que elas não cessam em um ato específico, que ocorre de maneira singular, mas como uma ação constantemente reiterada.

Os relatos acerca da violência provocada pelos familiares dos rapazes participantes da pesquisa, em diversos momentos, reportaram a agressão como método educativo. Além disso, foi afirmado explicitamente por diversos estudantes que as denúncias não realizadas pelas mulheres ao seu redor, vítimas de violência doméstica, não se realizavam por conta das relações de afeto com o agressor. Desse ponto de vista, a violência contra a mulher, embora rechaçada pelos estudantes, torna-se socialmente aceita quando dentro do ambiente familiar. Desse modo, a família foi identificada pelos estudantes como um elemento difusor da reprodução das normas sociais e, por conseguinte, do patriarcado e do capital.

Mais um aspecto contraditório, na discussão realizada sobre violência doméstica, diz respeito à existência da violência sob a tutela e permissão das próprias mulheres. Isso se deu, porque surgiu, em alguns grupos focais, a afirmação de que a violência só existe, porque as mulheres permitem e a reproduzem. Nesse sentido, deve ser observado que, parte dos e das estudantes, não veem a força da ideologia patriarcal como um mecanismo que funciona, independente das ações individuais daqueles que as praticam, como engrenagens que são movidas por medo e alienação. De modo contrário, percebem na violência uma responsabilidade das vítimas sobre tal ato. O peso que se dá na responsabilização do indivíduo não condiz com a realidade social, na qual o patriarcado se perpetua como um sistema fortalecido pelo medo e que acaba sendo reproduzido pelas mulheres, sem que elas se beneficiem de um sistema violento do qual são produtos sociais.

Outra questão exaustivamente discutida entre os interlocutores foram as críticas à morosidade da justiça e das ferramentas de segurança do direito mulher. A agressão realizada

por um membro da família põe em xeque questões mais íntimas e emocionais, as quais colocam a vítima em risco por diversos aspectos. Dessa forma, ao se encaminharem as discussões sobre a lei Maria da Penha, foi observado que, apesar de todos os estudantes já terem ouvido falar dela e saberem razoavelmente que é uma lei que defende mulheres vítimas de violência, a grande maioria deles, mesmo aqueles que relataram já terem acionado tais mecanismos legais, não conhecem o funcionamento dos aparatos, instâncias e artifícios relacionados a essa legislação. Isto é, apesar de saberem que é uma lei que protege mulheres vítimas de violência desconhecem o funcionamento dela ou o modo como se beneficiar de tal lei.

A descrença no funcionamento dos mecanismos de proteção à mulher também foi falada constante durante a realização dos grupos focais. Não raras vezes, os estudantes afirmaram, sobre a atuação da polícia nestes casos, não “servir de nada”, fazendo referência à ineficiência dessa corporação parecer uma crença consensual entre os interlocutores. Ao mesmo tempo, eles criticaram a lentidão da justiça e afirmaram ter medo de o agressor vir a “fazer algo pior”, caso seja denunciado e fique solto. Isso demonstra o duplo temor sobre a efetividade da proteção prometida às mulheres.

É relevante pontuar que, a partir da Lei Maria da Penha, a violência doméstica, para efeito legal, passa a tipificar também outras formas de violência que não apenas a física. Essa informação ainda não é popularizada no conhecimento dos interlocutores. Assim, apesar de ser a violência física a mais forte na concepção imediata dos jovens sobre violência, foi a psicológica a forma de violência doméstica mais relatada por eles. Foram inúmeras as narrativas sobre xingamentos, abusos verbais, danos à autoestima, ridicularizações, humilhações, perseguições e ameaças à vida da mulher. Neste sentido, muitas interlocutoras não identificaram tais situações como questões que pudessem ser tratadas, por meio da lei de 2006, demonstrando novamente profunda ignorância sobre a legislação. No entanto, elas identificavam os abusos sofridos como situações de violência. Ou seja, tanto os rapazes quanto as moças são capazes de identificar a violência psicológica como uma parte importante de um sistema e dominação que obriga, informalmente, sem o uso da força física, a mulher a agir fora dos moldes que ela própria deseja. A violência psicológica foi identificada como um dos principais instrumentos de controle do corpo feminino.

Outro pilar de sustentação da violência doméstica identificado pelos estudantes foi a dependência financeira, configurando-se com mais um aspecto a coibir as denúncias. A violência financeira ou patrimonial foi apontada em diversos diálogos como um dos principais motivos para mulheres manterem relacionamentos violentos. Porém, esse tipo de violência é o

menos relatado que os demais, quando diz respeito a casos vividos no ciclo de relações dos e das estudantes. Ou seja, é sabido pelos estudantes o peso dessa situação na manutenção da violência doméstica, mas, apesar de diversos relatos sobre violências sofridas por mulheres próximas aos e às estudantes, nenhum se reconheceu em situação de violência econômica.

A violência sexual foi identificada principalmente nas vivências das meninas e relatada particularmente nos grupos focais femininos. Os relatos que contavam histórias de mãe, irmãs, amigas e delas próprias escancarou uma dinâmica de violência na vida dessas meninas. Assim, os grupos focais femininos se conformaram em espaço maior de exposição dessas situações, posto que, nos grupos mistos, a presença dos meninos não permitia que elas contassem histórias tão profundas e íntimas. Nos casos relatados pelas estudantes sobre si mesmas, observamos que a natureza da violência contra a mulher era marcada, principalmente, pela violação de crianças e adolescentes. Os abusos sexuais aos quais foram submetidas também foram em maior parte praticados por alguém com relações intrafamiliares e de confiança dessas estudantes.

Mais uma vez surge aqui o medo como instrumento de controle, quando as vítimas de violência afirmaram temer ter sua palavra questionada e posta à prova, acabando por se tornarem culpadas de uma violência sofrida. Essa culpabilização da vítima em crimes sexuais é uma questão recorrente, sobretudo na perspectiva de que a mulher em geral é única testemunha do crime. A dificuldade das moças em relatar os crimes contra elas cometidos e a recusa delas em falar sobre o assunto na presença masculina demonstram a vergonha sentida pelo ocorrido e o medo ligados ao estigma da condição de mulher vítima de violência, criando, assim, um pacto de silêncio.

Ainda nesta seara os relatos de invisibilidade das vítimas de violência sexual é efeito direto de uma cultura machista que põe a mulher na posição de posse masculina, dando a eles livre acesso sobre os corpos delas, favorecendo a dificuldade das que querem denunciar. A rede de discursos que constroem socialmente a fala dos homens em detrimento das mulheres, constroem os valores de uma sociedade em que sujeita as mulheres a situações de violência e depois legitima a violência que elas sofreram, uma vez que a regra não é defendê-la, mas acusá-la.

Considerando os dados coletados ao longo desta pesquisa, as análises empreendidas e as conclusões a que chegamos, reiteramos a relevância da temática trabalhada, no presente processo de investigação científica, acerca das percepções dos jovens estudantes de Fortaleza a respeito da violência contra a mulher. Nesse sentido, esperamos que esta Dissertação venha a contribuir para os estudos na área, posto que pudemos verificar a

presença de situações, muitas vezes limite, que envolvem estudantes fortalezenses no contexto da violência doméstica.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do Mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2000.

ABRAMOS, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

ARONOVICH, L. Os muitos preconceitos do Golpe. In: **Golpe 16** – Org. ROVAI, R. São Paulo: Edições Fórum, 2016.

BANCO MUNDIAL. **Desafios e oportunidades para a igualdade entre gêneros na América Latina e Caribe**. Washington: DC, 2003.

WORLD BANK. **Priorities and strategies for education: a World Bank review**. Washington: BIRD/World Bank, 1995.

BIANCHINI, A. **Homens agressores: grupos de reflexão, prevenção terciária e violência doméstica**. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/alicebianchin>. Acesso em: 04 abr. 2019.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12845-1-agosto-2013-776663-publicacaooriginal-140646-pl.html>; Acesso em: mai. de 2019.

BRASIL. Minha Casa, Minha Vida. Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm; Acesso em: 12 maio 2019.

BRASIL. Programa Bolsa Escola. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm; Acesso em: 12 maio 2019.

BRASIL. Rede Cegonha. 2013. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/rede-cegonha>; Acesso em: 12 maio 2019.

BECKER, H. **Falando de Sociedade**. Rio de Janeiro: Zarár, 2009.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, P. Violência simbólica e lutas políticas. In: **Meditações pascalianas**. Ceta: Oeiras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola conservadora**: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. In: **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

CARROLL, L. **Alice's Adventures in Wonderland**. New York, Penguins book: 2010.
CARVALHO, A.; GUERRA, E. O Brasil no século XXI: nos circuitos da crise do capital. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz: 2016.

CASIQUE, L.; FUREGTO, A. R. F. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. In: **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 6, p. 950-956, Dez. 2006 . **Disponível em:** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000600018&lng=en&n> **Acesso em:** 25 Jul. 2016.

CASTRO, R.; RIQUER, R. F. Research on violence against women in Latin America: from blind empiricism to theory without data. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 135-146, 2003.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo os dados da saúde. Brasília: Ipea, 2014. (Nota Técnica, n. 11).

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, B. S. **Femicídios e patriarcado**: produção da verdade em casos de agressores autoridades da segurança e defesa do Estado. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade de Brasília, 72 f. Brasília, 2017.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H. *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. In: **Revista de Psiquiatria**, v. 25, supl. 1, p. 9-21, 2003.

DAVIS, Â. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATA POPULAR; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de mulheres**. São Paulo, 2013. **Disponível em:** <https://agenciapatriciagalvao.org.br/> **Acesso em:** 2 abr. 2019.

DEEKE, L. P.; BOING, A. F.; OLIVEIRA, W. F.; COELHO, E. B. S. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. In: **Saúde Soc.** São Paulo, v.18, n.2, p.248-258, 2009 **Disponível em:** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000200008>. **Acesso em:** 20 fev. 2019.

DINIZ, D. **A Marca do Dono**. São Paulo: Jornal o Estado de São Paulo, 2013.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, /d, p. 7-143, 2002.

- FACCHINI, R.; SÍVORI, H. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. In.: **Cadernos Pagu** (50), 2017:e175000
- FACURI, C. O. *et al.* Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 889-898, Maio 2013. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013000500008&lng=en&nrm=iso> **Acesso em:** 28 maio 2019.
- FALQUET, J. Repensar relações sociais de sexo, classe e raça na globalização neo liberal. In.: **Mediações**. Londrina: v.13 ns 1-2, p. 12 -142, 2008.
- FLORÊNCIO, M.V. D. L.; FERREIRA FILHA, M. de O.; SÁ, L. D. A violência contra o idoso: dimensão ética e política de uma problemática em ascensão. In.: **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v. 9, n. 3, p. 847 – 857, 2007.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREITAS, G. J. de. **Ecos da violência**: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política UFJR, 2003.
- FUNDACIÓN ESCUELA DE GERENCIA SOCIAL. **Violência contra la mujer por la pareja**. Caracas: 2006.
- GARCIA-MORENO, C. *et al.* **Prevalence of intimate partner violence**: findings from the who multicountry study on women’s health and domestic violence. *Lancet*, London, v. 368, n. 9543, p. 12601269, 2006.
- GONDIM, S. M. G. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. Ribeirão Preto: Paidéia, 2002.
- IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, p. 33-41, 1998.
- IASI, M. **Metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- JINKINGS, I. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: **Por que gritamos golpe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LALANDA, P. **Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica**. *Análise Social*, vol. xxxiii (148), Lisboa, 1998.
- LEHER, R. **Um Novo Senhor da Educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

- LETTIERE, A.; NAKANO, A. M. S.; RODRIGUES, D. T. Violência contra a mulher: a visibilidade do problema para um grupo de profissionais de saúde. In.: **Rev. esc. enferm.** USP, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 467-473, Sept. 2008. **Disponível em:** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300008&lng=e
Acesso em: 28 ago. 2017.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In.: **Pro-Posições**, Ago 2008, vol.19, no.2, p.17-23. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>
Acesso em: 12 ago. 2017.
- LOWY, M. **A Jaula de Aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Boitempo: 2014.
- LOWY, M. O golpe de Estado de 2016 no Brasil. In.: **Blog da Boitempo**. São Paulo, 2016. **disponível em:** <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> **acesso em:** 2 ago. 2019.
- LOWY, M. Conservadorismo e extrema direita no Brasil e na Europa. In.: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.
- MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. de. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. In.: **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 40, n. 4, p. 604-610, Ago. 2006.
- MARTIN, F. M. La violencia en la pareja. In.: **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, DC, v. 5, n. 5, p. 245-258, 2001.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATTA, R. da. O Ofício do Etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”. In: Nunes, Edson de Oliveira. (org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- MEAD, M. **Sexo e Temperamento**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MESZÁROS, I. **A Montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORGAN, D. L. **Focus group as qualitative research**. London: Sage, 1997.
- OLIVEIRA, C. O Ódio como discurso político propagado nas redes e nas ruas a serviço do golpe. In: **Golpe 16 – (Org.) Rovai, R.** São Paulo: Edições Fórum, 2016.
- PAIVA, C. Á. A política econômica do Governo Dilma e a inflação. In: **Carta de Conjuntura da FEE**. São Paulo: 2014.
- PAIVA, L. F. **Contingências da Violência em um Território Estigmatizado**. Campinas: Pontes, 2014.

PAIVA, L. F. S., e FREITAS, G. J. F. **Ecossistema da violência nas margens de uma sociedade democrática**: o caso da periferia de Fortaleza. In *Sociedade e Cultura*, no.18.2, 2015.

PADOVANNI, N. C. No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital. In: **Cad. Pagu**. Dez 2011, no.37, p.185-218. ISSN 0104-8333.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. In: **Análise social**, 1990, p.139-165.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz, Terra e Pão, 1993.

PEREIRA, R. de C. B. R. *et al.* O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. In: **Família e Sociedade em Debate**, [S.l.], v. 24, n. 1, p. 206-235, jul. 2013. ISSN 2236-8493. **Disponível em:** <https://www.periodicos.ufv.br/ojs/oikos/article/view/3>. **Acesso em:** 28 maio 2019.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**. vol. 11, nº 2, Goiânia, 2008, pp.263 - 274.

RIBEIRO, Mônica Dias. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Sua Relevância como conteúdo Estruturante no Ensino Médio**. Revista Eletrônica LENPES-PIBID de Ciências Sociais – UEL, 202. disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/MONICA%20-%20ORIENT%20%20ANGELA.pdf> acessado em 14 ago. 2016.

RODRIGUES, Francisco José. Contemporaneidade, currículo e a perspectiva dos estudos culturais. In: **Educação e Liberdade**. VASCONCELOS, Maria Socorro (coord.). Fortaleza: Brasil Tropical, 2004. p 67-85.

SAFFIOTTI, H. **Gênero Patriarcado Violência**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, B. V. S. **A Difícil Democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAVIANNI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCOTT, J. C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SCOTT, J. Gender a Useful category of historical analysis. In: **American Historical Review**. vol. 91. New York, Columbia University Press: 1988. **Disponível em:** <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero>. **Acesso em:** 05 jun. 2018.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, E. de O.(org). **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 36-46.

VELHO, G. **Um Antropólogo na Cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. **Gênero na educação básica: quem se importa?** Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. Educ. Soc., Campinas , v. 27,n. 95,p. 407-428, Aug. 2006 . Disponível em: . Acessado em: 19 ago 2016.

VIANNA, Claudia P.; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988- 2002.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v. 34, n. 121, p. 77-104, jan./abr. 2004. disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em: 21ago. 2016.

SENADO FEDERAL. Secretaria de Pesquisa e Opinião. **Relatório de pesquisa SEPO 03 2005 – violência doméstica contra a mulher.** Brasília: março 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Secretaria municipal de cultura/ brasiliense, 2011.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.** Disponível em: http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015. Acesso em: 10 out. 2016.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo Perspec.** São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, set. 1999.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo.** Rio de Janeiro: Edições da UFRJ e Revan, 1994.